



Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Médio Purus /AM



Abril/2020

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro– Presidente

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

Ricardo Salles – Ministro

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio

Homero de Gorge Cerqueira– Presidente

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - DIMAN

Marcos de Castro Simanovic– Diretor

**COORDENAÇÃO GERAL DE CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - CGCAP**

Bernardo Ferreira Alves de Brito – Coordenador geral substituto

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANO DE MANEJO - COMAN

Erica de Oliveira Coutinho– Coordenadora

COORDENAÇÃO REGIONAL 7–RIO BRANCO/AC – CR7

Fábio Menezes de Carvalho - Coordenador

RESEX DO MÉDIO PURUS

José Maria Ferreira de Oliveira- Chefe

Brasília, 2020

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO PARA AS UC FEDERAIS DO INTERFLÚVIO PURUS-MADEIRA (ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR 319)

Lilian Leticia M. Hangae – Supervisora

Ana Rafaela D`Amico

Mônia Laura Faria Fernandes

Leila de Sena Blos

Luciano de Petribu Faria

Luiz Felipe Pimenta de Moraes

Erica de Oliveira Coutinho

Andrea Ximenes Mitozo

Cláudia Barbosa de Lima

Rosenil Dias de Oliveira

Maria Jocileia Soares da Silva

EQUIPE TÉCNICA

EQUIPE BASE – PLANEJAMENTO

Consolidação do Diagnóstico e Planejamento do Plano de Manejo:

Consultora: Bióloga e Msc. Andrezza Bellotto Nobre

Apoios técnicos: Ecóloga e Msc. Camila Cantagallo Devids; Biólogo e Msc. Rodrigo de Almeida Nobre; Ecólogo e Doutorando João Gabriel Ribeiro Giovanelli

EQUIPE BASE – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Katia Cury – **Coordenadora Geral do diagnóstico ambiental**

Gustavo Vasconcellos Irgang – **Assessor de Coordenação Técnica/ Coordenador Meio Físico**

Ayslaner Victor Gallo de Oliveira – **Coordenador Vegetação**

Solange A. Arrolho da Silva – **Coordenadora Ictiofauna**

Reginaldo Assêncio Machado – **Coordenador Herpetofauna**

José Flávio Cândido Jr. – **Coordenador Avifauna**

Júlio Cesar Dalponte – **Coordenador Mastofauna**

Ana Gabriela da Cruz Fontoura – **Coordenadora Turismo/Usos Públicos**

Rogério Vereza – **Análises do SIG**

EQUIPE BASE – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

Eduardo Antônio Audibert – **Coordenador de socioeconomia**

EQUIPE DE APOIO

Rogério Vereza – **Coordenador Executivo**

Eduardo Felizola – **Assessor de Coordenação Executiva**

Alexandre Irgang – **Especialista em Banco de Dados**

Andréia Aparecida Franco – **Pesquisadora Técnica Ictiofauna**

Celço Givanni dos Santos – **Pesquisador Técnica Vegetação**

Gelderson Pinheiro – **Pesquisador Técnico Uso Público**

Jamylle Souza – **Pesquisadora Técnica Mastofauna**

Leandro Lacerda Giacomini – **Pesquisador Técnica Vegetação**

Luiz Carlos Batista Turci – **Pesquisador Técnico Herpetofauna**

Reginaldo Carvalho dos Santos – **Pesquisador Técnico Ictiofauna**

Renata de Souza Oliveira – **Pesquisadora Técnica Vegetação**

Roberta Roxilene dos Santos – **Pesquisadora Técnica Meio Físico**

Rosalvo Duarte Rosa – **Pesquisador Técnico Ictiofauna**

Thaís Elias Almeida – **Pesquisadora Técnica Vegetação**

Vanuza A. Martins Oliveira – **Pesquisadora Técnica Ictiofauna**

Yuri Fernandes Gouvea – **Pesquisador Técnica Vegetação**

Créditos das imagens

As fotos da capa são de autoria:

ICMBio, 2015a. PORTAL DO ICMBio. Reserva Extrativista do Médio Purus realiza despesca de Pirarucu. Disponível em:

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/4524-reserva-extrativista-do-medio-purus-realiza-primeira-despesca-de-pirarucu.html>>.

ICMBIO, 2016b. Relatório consolidado do diagnóstico ambiental Reserva Extrativista Médio Purus.

ICMBio, 2018d. Relatório técnico mapeamento participativo das áreas de uso da Reserva Extrativista Médio Purus.

Ayslauer Gallo (28/10/2014)

Ana Gabriela Fontoura (29/10/2014)

Sumário

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO	1
Créditos das imagens	2
Sumário	3
Lista de figuras	5
Lista de tabelas.....	7
Lista de siglas.....	8
1. APRESENTAÇÃO.....	10
2. HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO	11
3. CARACTERIZAÇÃO DO INTERFLÚVIO.....	15
3.1. Contexto ambiental do Interflúvio.....	18
3.1.1. Principais ameaças e oportunidades para a conservação e o manejo sustentável.....	20
3.2. Contexto socioeconômico do Interflúvio	22
3.2.1. Ocupação regional e as Unidades de Conservação	22
3.2.2. População e condições de vida	22
3.2.3. Estimativa e perfil da população residente nas Unidades de Conservação federais do Interflúvio.....	23
3.2.4. Dinâmica econômica da área de influência e sua relação com as UC	25
4. BREVE DESCRIÇÃO DA RESEX DO MÉDIO PURUS.....	30
4.1. Localização e acessos	31
4.2. Aspectos ambientais	35
4.2.1. Meio Físico	35
4.2.2. Meio Biótico	38
4.2.3. Uso público	42
4.3. Aspectos socioeconômicos	43
4.3.1. População e condições de vida na área de influência da RESEX.....	43
4.3.2. Estimativa e perfil da população residente no interior da RESEX	44
4.3.3. Perfil da comunidade residente na RESEX do Médio Purus	45
4.3.4. Atividades produtivas e de subsistência.....	54
4.3.5. Renda	57
4.3.6. Organização social	57
4.3.7. Condição de inserção da RESEX e do seu entorno.....	58
5. VISÃO DA RESEX DO MÉDIO PURUS.....	60
6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	61

7. MODELO CONCEITUAL	63
7.1. Descrição dos alvos de biodiversidade e seus objetivos	66
7.2. Serviços Ecossistêmicos	70
7.3. Alvos de Bem-estar Social	72
7.4. Principais ameaças	73
7.5. Classificação das Ameaças	78
8. ESTRATÉGIAS E CADEIAS DE RESULTADO.....	79
8.1. Estratégia 1: Reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios	80
8.2. Estratégia 2: Estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado.....	85
9. PROGRAMAS DE GESTÃO	89
9.1. Programa de Gestão e Administração	90
9.2. Programa de Proteção e Fiscalização.....	91
9.3. Programa de Regularização Fundiária.....	93
9.4. Programa de Relações Interinstitucionais.....	94
9.5. Programa de Fortalecimento Comunitário	96
9.6. Programa de Educação Ambiental	98
9.7. Programa de Fortalecimento da Cadeia Agroextrativista	99
9.7.1. Sub-programa de Manejo de Fauna	103
Atividades específicas voltadas para o manejo do Pirarucu	105
Atividades específicas voltadas para a avaliação da viabilidade do manejo de crocodilianos.	105
9.8. Programa Pesquisa e Monitoramento	106
10. ZONEAMENTO	109
10.1. Zona de Conservação	115
10.2. Zona de Uso Moderado	117
10.3. Zona de Uso Comunitário	122
10.4. Zona Populacional.....	126
11. NORMAS GERAIS	131
12. MONITORAMENTO DO PLANO DE MANEJO	138
13. BIBLIOGRAFIAS	142
14. ANEXOS DO PLANO DE MANEJO	147

Lista de figuras

Figura 1. Etapas do Processo de Planejamento das UC Federais do Interflúvio Purus-Madeira (Fonte: ICMBIO,2012).....	12
Figura 2. Ciclo de gestão de projetos baseado no método de “Padrões Abertos para a Prática da Conservação” proposto pela Aliança para Medidas de Conservação (Fonte: CMP, 2013).14	
Figura 3. Mapa da localização da Região do Interflúvio Purus – Madeira, Unidades de Conservação e Terras Indígenas, com destaque para a localização da RESEX do Médio Purus.....	17
Figura 4. Mapa de localização da Reserva Extrativista Médio Purus no contexto nacional e no Interflúvio Purus-Madeira.	32
Figura 5. Mapa de acesso e localização da RESEX do Médio Purus.	33
Figura6. Áreas protegidas no entorno da RESEX do Médio Purus.	34
Figura 7. Aluviões Holocênicos gretados cultivados com mandioca nas margens do rio Purus (fonte: Diagnóstico Ambiental da RESEX Médio Purus, foto: Ayslaner Gallo, 28 de outubro de 2014).....	36
Figura 8. Planície Amazônica cultivada nas margens do rio Purus (fonte: Diagnóstico Ambiental da RESEX Médio Purus, foto: Ayslaner Gallo, 28 de outubro de 2014).....	36
Figura 9. Terrenos planos e baixos dominam RESEX do Médio Purus (fonte: Diagnóstico Ambiental da RESEX Médio Purus, foto: Ayslaner Gallo, 28 de outubro de 2014).	37
Figura 10. Lagos, furos e meandros abandonados configuram junto com o rio Purus a base da vida na RESEX do Médio Purus (fonte: Diagnóstico Ambiental da RESEX Médio Purus, foto: Ayslaner Gallo, 28 de outubro de 2014).....	38
Figura 11. Mapa das classes de Vegetação da RESEX do Médio Purus (fonte: Relatório Consolidado do Diagnóstico Ambiental – ICMBio, 2016b).....	39
Figura 12. Pontão: navio antigo abandonado (Fotos: Ana Gabriela Fontoura 29/10/2014).	42
Figura 13. Localização das comunidades na RESEX do Médio Purus, 2014. (Fonte: Pesquisa de Campo, Oliveira et al. 2017).	46
Figura 14. Localização das residências georreferenciadas na RESEX do Médio Purus sobre imagem de satélite (2014). (Fonte: Pesquisa de Campo, Oliveira et al. 2017).	47
Figura 15. Comunidade Cassianã.(Fonte: Andrade,2016 – Foto tirada na pesquisa de campo de 2014).....	47
Figura 16. Escola Municipal da Comunidade do Cassianã na RESEX do Médio Purus. (Fonte: Andrade,2016 – Foto tirada na pesquisa de campo de 2014)	48
Figura 17. Mapa de setores das comunidades na RESEX do Médio Purus.	51
Figura 18. Moradores da RESEX do Médio Purus Transportando Mudas de Mandioca. (Fonte: Andrade, 2016 – Foto tirada na pesquisa de campo de 2014)	55
Figura 19. Mapa de usos da RESEX do Médio Purus.	56

Figura 20. Um dos grupos discutindo as ameaças e fatores contribuintes para construção do modelo conceitual da RESEX do Médio Purus durante reunião ampliada do Conselho, em Lábrea/AM (agosto/2018).....	64
Figura 21. Modelo conceitual da RESEX do Médio Purus, contemplando alvos de conservação e bem-estar social, serviços ecossistêmicos, ameaças (caixas rosas), fatores de influência (caixas laranjas à esquerda da figura) e estratégias de ação (caixas amarelas à esquerda da figura).	65
Figura 22. Cadeia de resultado da estratégia1:Reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios	80
Figura 23. Cadeia de resultado da estratégia2: Estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado.	85
Figura 24. Identificação das áreas de uso no mapa base da RESEX do Médio Purus, durante a oficina realizada na comunidade do Acimã – RESEX do Médio Purus (agosto, 2018).	110
Figura 25. Mapa de zoneamento da RESEX do Médio Purus.	111

Lista de tabelas

Tabela 1. Lista das Unidades de Conservação Federais e Estaduais, Amazonas e Rondônia, na área de influência da BR-319.....	16
Tabela 2. Classes de Vegetação da RESEX do Médio Purus (fonte: Relatório Consolidado Do Diagnóstico Ambiental – ICMBio, 2016b).....	38
Tabela 3. Lista de comunidades divididas em setores da RESEX do Médio Purus.....	49
Tabela 4. Avaliação e classificação das ameaças prioritárias da RESEX do Médio Purus, de acordo com sua criticidade.....	78
Tabela 5. Ameaças priorizadas para definição das estratégias.....	79
Tabela 6. Resultados intermediários, metas e indicadores da estratégia 1: Reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios	81
Tabela 7. Resultados intermediários, metas e indicadores da estratégia 2:Estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado	86
Tabela 8. Áreas e porcentagens de cobertura da RESEX do Médio Purus ocupadas por cada zona.	110
Tabela 9. Pontos e coordenadas para a descrição das zonas.	112
Tabela 10. Níveis de indicadores e perguntas-chave.....	138
Tabela 11. Exemplo de Matriz de monitoramento para os alvos de biodiversidade e seus respectivos objetivos.....	139
Tabela 12.Exemplo de Matriz de monitoramento para estratégias e resultados intermediários.	140
Tabela 13.Exemplo de Matriz de monitoramento de ações/atividades.....	141

Lista de siglas

AAV	Agentes Ambientais Voluntários
ACADEBIO	Academia Nacional da Biodiversidade
APAVAP	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Vila do Assimã
APAVIL	Associação dos Produtores da Vila de Limeira
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASPAG-JG	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade José Gonçalves
ATAMP	Associação de Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CCDRU	Contratos de Concessão de Direito Real de Uso
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COMAN	Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo
COPROD	Coordenação de Produção e Uso Sustentável
CGCAP	Coordenação Geral De Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação
CGTER	Coordenação Geral de Consolidação Territorial
CGSAM	Coordenação Geral de Gestão Socioambiental
DCOL	Divisão de Consolidação de Limites
DGPEA	Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental
DIMAN	Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação
DISAT	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UC
DPP	Desenho do Processo de Planejamento
ESEC	Estação Ecológica
IUCN	International Union for Conservation of Nature
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FLONA	Floresta Nacional
FVA	Fundação Vitória Amazônica
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PARNA	Parque Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PQA	Programa Quelônios da Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UPN	Unidade de Paisagem Natural
USAID	United States Agency for International Development
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
WCS	Wildlife Conservation Society

1. APRESENTAÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9985 de 18 de Julho de 2000, estabelece que as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo e define este como um “documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

O presente documento compõe o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Médio Purus, uma das onze unidades de conservação federais da Região do Interflúvio Purus-Madeira.

A elaboração deste documento foi feita em colaboração com a equipe de Planejamento do Plano de Manejo (formada pelo gestor da Unidade de Conservação e representantes da Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo – (COMAN/CGCAP/DIMAN) e foi baseado em uma construção coletiva que contemplou reuniões comunitárias, oficinas de planejamento participativo e reunião de estruturação do planejamento.

Este Plano de Manejo apresenta inicialmente o histórico de planejamento da RESEX Médio Purus e uma caracterização e contextualização do interflúvio Purus-Madeira. Em seguida, apresenta uma breve descrição da UC elaborado a partir da síntese dos diagnósticos ambiental e socioeconômico. Os resultados dos diagnósticos e das oficinas de planejamento participativas subsidiaram a construção da etapa de planejamento da RESEX do Médio Purus que incluiu a construção da visão, objetivos específicos, o modelo conceitual, estratégias, cadeias de resultados, programas de gestão, zoneamento e normas gerais.

A consolidação do Plano de Manejo da RESEX do Médio Purus torna-se um instrumento de planejamento e gestão da UC que busca contribuir com a conservação da biodiversidade, gestão dos recursos naturais e a garantia do modo de vida tradicional das famílias beneficiárias.

2. HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO

O Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Médio Purus foi desenvolvido como parte do compromisso assumido pelo ICMBio dentro do Plano de Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319 (ICMBIO, 2008), parte da estratégia interinstitucional para prevenir os impactos derivados da repavimentação da rodovia BR-319, entre Manaus e Porto Velho. Nesta estratégia, a área de influência da BR-319 passou a ser compreendida como a Região do Interflúvio Purus-Madeira, incluindo os cursos médio e baixo destes rios no estado do Amazonas e parte do extremo noroeste do estado de Rondônia, incluindo o município de Porto Velho e um buffer de 30 km nos limites das UC federais, totalizando 27.800.104 hectares.

O ICMBio assumiu o planejamento e implantação das medidas necessárias para que onze unidades de conservação federais, localizadas nesta Região do Interflúvio Purus-Madeira, cumpram com seus objetivos ambientais e sociais, para impedir o desmatamento e a descaracterização dos ambientes amazônicos ao longo da área de influência da BR-319. A estratégia para a implementação dessas unidades foi estabelecida com base na parceria e articulação interinstitucional, visando a integração do planejamento, da proteção e do monitoramento destas áreas.

Para tanto, foi elaborado o Desenho do Processo de Planejamento – DPP (ICMBIO, 2012), como marco conceitual e teórico para orientação do processo integrado de elaboração dos Planos de Manejo das onze UC. Este documento definiu os conceitos e as diretrizes metodológicas, as formas de participação de diferentes atores sociais, o cronograma, as etapas e também os mecanismos para a capacitação dos gestores das UC durante o processo. A figura 1 mostra as etapas e as principais ações para a elaboração dos planos de manejo.

Na etapa de pré-organização, foram previamente identificados pelos gestores os “desafios de gestão” de cada UC (ICMBIO, 2011), elaborada a Base Cartográfica Temática da Região do Interflúvio e de cada UC e feita a classificação das Unidades de Paisagem Natural (UPN) ocorrentes na Região do Interflúvio e na área de cada uma das UC (IRGANG, 2009; 2012).

Para o diagnóstico ambiental da Região do Interflúvio e das onze UC federais foi contratado o consórcio das empresas GREENTEC Tecnologia Ambiental e MAPSMUT – Tecnologia, Natureza e Sociedade. Para os diagnósticos socioeconômicos, da Região do Interflúvio e das Unidades para a etapa do Planejamento, foram contratados consultores específicos.

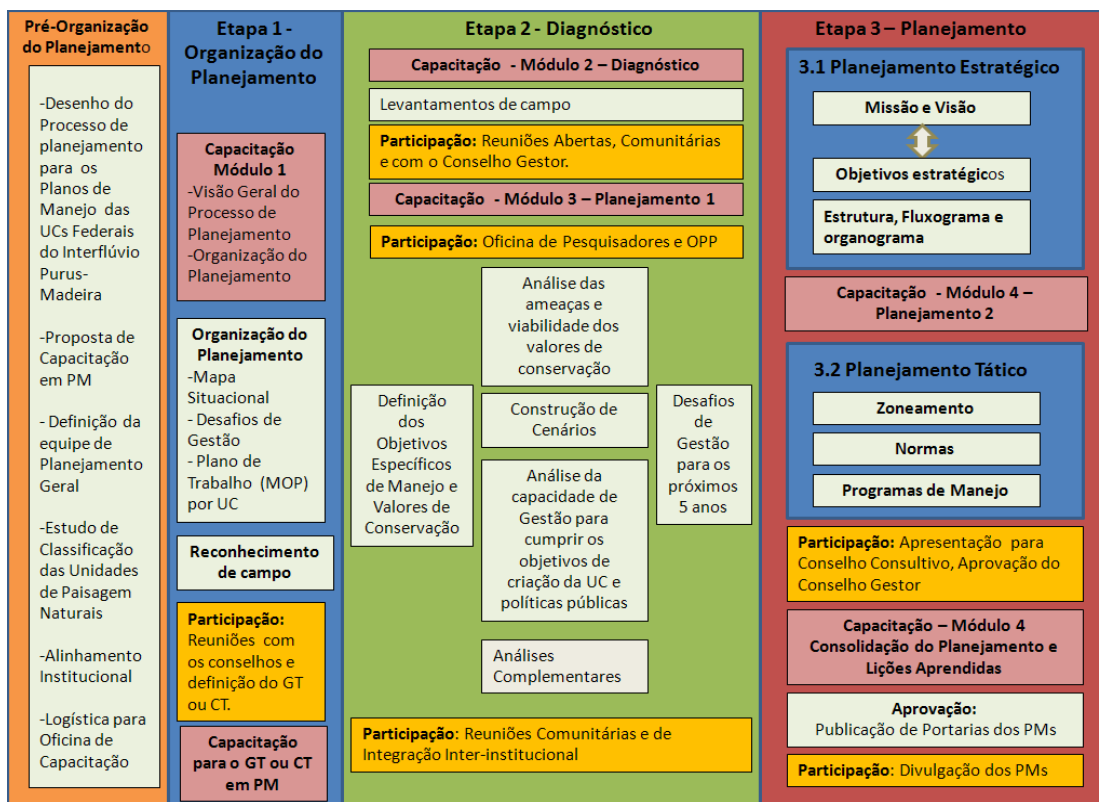


Figura 1. Etapas do Processo de Planejamento das UC Federais do Interflúvio Purus-Madeira (Fonte: ICMBIO,2012)

O Diagnóstico Ambiental da Região do Interflúvio e da Reserva Extrativista Médio Purus (ICMBIO, 2016a b, ANEXOS 1 e 3), incluindo dados secundários e de levantamentos de campo, abrangeu os meios físico (clima, geologia, geomorfologia, pedologia, hidrografia) e biótico (vegetação, ictiofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna), e também a parte de Uso Público.

Este diagnóstico ambiental utilizou como base a classificação das Unidades de Paisagem Natural (UPN) ocorrentes na região como um todo, integrada com bancos de dados de ocorrências biológicas, da riqueza específica e índices de diversidade. O mapa das UPN da Região do Interflúvio representa a síntese do arranjo tridimensional dos temas geologia, geomorfologia, hipsometria, solos e vegetação.

Os temas do meio biótico (vegetação, ictiofauna, herpetofauna, avifauna, mastofauna) e o Uso Público, tratados no diagnóstico da Região do Interflúvio, tendo como base a representatividade das UPN, foram todos trabalhados em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), o que permitiu que toda informação de campo fosse correlacionada aos dados do meio físico, além de facilitar sua padronização, sistematização, análise e espacialização.

Este método também permitiu a extrapolação espacial de ocorrência das espécies georreferenciadas por UPN, maximizando o alcance dos resultados obtidos e o

conhecimento dos padrões ambientais da região, contribuindo também para que os sítios amostrais fossem delineados de forma a bem representar a diversidade das áreas Interflúvio.

O Diagnóstico Socioeconômico da Região e da Reserva Extrativista do Médio Purus, incluindo descrição e interpretação da dinâmica socioeconômica existente na Região, na UC e seu entorno (ICMBIO, 2016c, 2018a, ANEXOS 2 e 4), foram elaborados com base nos dados secundários, contidos principalmente nos documentos: (a) “Diagnóstico Socioeconômico para Subsidiar a Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus Madeira: Relatório do Diagnóstico Socioeconômico – Dados Secundários” (ICMBIO, 2014); (b) Levantamento da população tradicional residente no interior da RESEX – convênio com a Universidade Federal de Viçosa (OLIVEIRA et al., 2017); (c) Publicação referente ao processo de criação da unidade, elaborada com a participação da ATAMP Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (ATAMP; ALEIXO, 2011); (d) Tese de doutorado de Andrade (2016), que teve como foco a RESEX do Médio Purus, na qual é feito um amplo levantamento de informações, uma breve pesquisa em fontes primárias e visita a instituições e organizações no município de Lábrea e na própria RESEX.

As análises contidas no diagnóstico ambiental foram consolidadas na “Oficina de Capacitação e Consolidação do Diagnóstico” (ICMBIO, 2015b), com a participação da Equipe de Planejamento, dos gestores das UC e dos consultores envolvidos, utilizando a metodologia Padrões Abertos para a Prática da Conservação (CMP, 2015).

Os resultados dos diagnósticos ambiental e socioeconômico foram apresentados na Reunião Ampliada do Conselho Deliberativo da RESEX em agosto de 2018 em Lábrea/AM (ICMBIO, 2018b). Estas reuniões objetivaram construir uma visão de futuro da RESEX, estabelecer seus principais alvos de conservação relacionando-os a serviços ecossistêmicos e de bem-estar social, identificar as ameaças e sua criticidade, criar estratégias de ação, construindo o modelo conceitual, além de elaborar um pré-zoneamento e discutir as normas gerais da UC. Anteriormente a essa reunião, foi realizada uma Oficina de Capacitação dos Membros do GT-PM das Reservas Extrativistas Ituxi e Médio Purus-Lábrea/AM, em julho de 2018, com o objetivo de instruí-los a respeito do que consiste um Plano de Manejo e seus objetivos, explicando cada etapa que o compõe e como utilizá-lo visto que é o principal instrumento de gestão da UC.

Os resultados e contribuições obtidas durante todo o processo foram utilizados para embasar a elaboração do planejamento da RESEX, estabelecido durante a Reunião de Planejamento, realizada em outubro de 2018, com a participação da Equipe de Planejamento, da chefia da UC e da consultora contratada.

Todo esse processo de análise estratégica e estruturação do planejamento em si, tiveram como fundamentação o método “Padrões Abertos para a Prática da Conservação”, que é um dos utilizados pelo ICMBIO, com vistas a um planejamento mais

eficiente das UC federais pela padronização de conceitos e terminologias, bem como pela definição de passos e orientações gerais para implementação bem-sucedida de projetos de conservação da biodiversidade (CMP, 2013).

Esse método foi proposto pela Aliança para Medidas de Conservação (Conservation Measures Partnership – CMP) e desenvolvido por agências ambientais multilaterais parceiras¹, sendo baseado no manejo adaptativo de gestão de projetos, com ciclo contendo cinco passos (Figura 2):

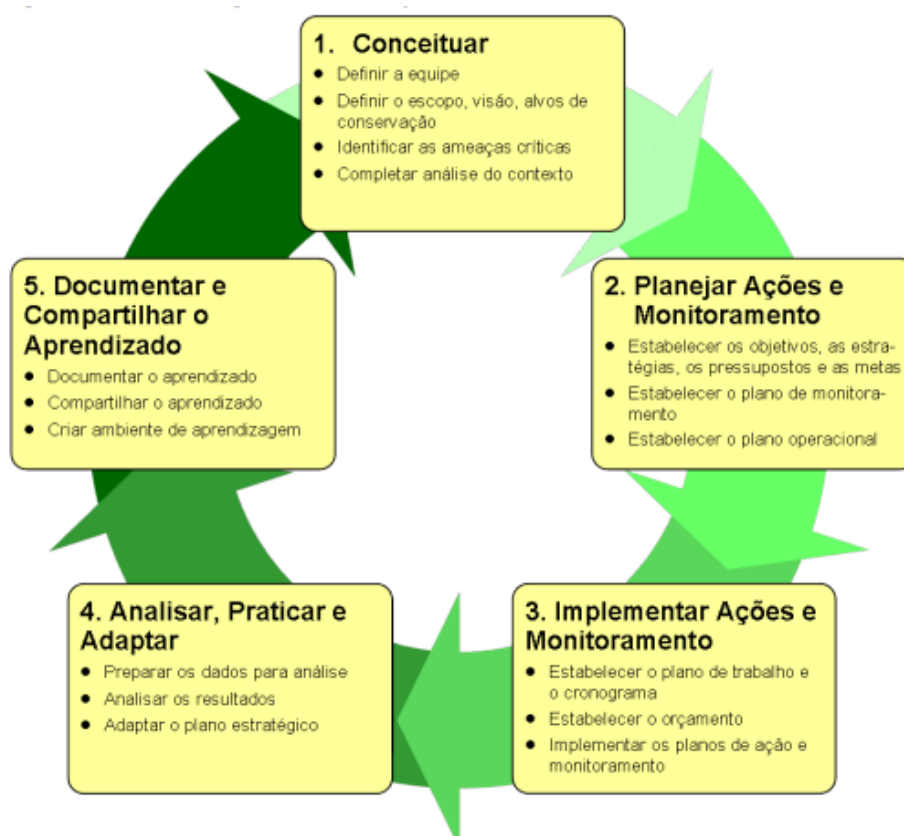


Figura 2. Ciclo de gestão de projetos baseado no método de “Padrões Abertos para a Prática da Conservação” proposto pela Aliança para Medidas de Conservação (Fonte: CMP, 2013).

Assim, no planejamento buscou-se atender às demandas pactuadas com os representantes do Conselho da RESEX valorizando e fortalecendo a gestão integrada e participativa para a conservação dos recursos naturais.

No que diz respeito ao zoneamento e às normas da UC, foram apresentados subsídios para sua delimitação nos documentos de Diagnóstico Ambiental da RESEX do Médio Purus, no Mapeamento Participativo das áreas de uso da RESEX do Médio Purus, nos resultados das Oficinas Participativas (oficina com pesquisadores – Oficina de Capacitação em Diagnóstico – e reunião ampliada do Conselho Deliberativo da UC). Para o desenvolvimento dessa etapa no presente Plano de Manejo já foram consideradas as

¹ African Wildlife Foundation (AWF), The Nature Conservancy (TNC), Wildlife Conservation Society (WCS), World Wide Fund (WWF), Foundations of Success, entre outras.

orientações vindas do novo roteiro metodológico para elaboração e revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2018c).

Entende-se que o planejamento da RESEX do Médio Purus se caracteriza por ser dinâmico, flexível, realista e exequível, visando estabelecer a relação de prioridades entre as ações, devendo ser desenvolvidos de acordo com a capacidade de gestão da equipe e a disponibilidade de recursos para sua elaboração e implementação. Leva-se em consideração também os princípios do manejo adaptativo, ou seja, sendo reavaliado de acordo com a implementação, monitoria e avaliação dos programas de manejo/planos específicos e demais ações em curso, aprimorado conforme avança a gestão da UC. Desta forma, se permite uma melhor condição de atualização das recomendações de manejo, contribuindo assim para uma maior flexibilidade do plano de manejo e maior efetividade de gestão da UC. De forma geral, o plano de manejo torna-se o ponto de partida do processo contínuo de planejamento e não o seu fim, sendo um documento em constante construção e adequação, customizado de acordo com as necessidades e prioridades de cada UC (ICMBio, 2018c).

3. CARACTERIZAÇÃO DO INTERFLÚVIO

O Interflúvio Purus-Madeira representa uma grande área de 27.800.104 hectares, equivalente a aproximadamente 5,4% da área total da Amazônia Legal, situada na região de influência da BR-319. O Interflúvio abrange 11 unidades de conservação federais e 14 estaduais, sendo 09 no Estado do Amazonas e 05 do Estado de Rondônia (Tabela 1 e Figura 3) (ICMBIO, 2016a).

As unidades de conservação constituem uma importante estratégia que visa a proteção da biodiversidade, bem como propicia a manutenção e valorização das comunidades tradicionais da região do Interflúvio. As UC federais e estaduais, juntamente com as Terras Indígenas, compõem um grande mosaico funcional de ambientes naturais, conectados por corredores terrestres e aquáticos. Nesse contexto está a RESEX do Médio Purus, localizada nos Municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá, Estado do Amazonas.

Tabela 1. Lista das Unidades de Conservação Federais e Estaduais, Amazonas e Rondônia, na área de influência da BR-319.

Unidades de Conservação Federais	Estado
Parque Nacional Mapinguari	AM e RO
Parque Nacional Nascentes do Lago Jari	AM
Reserva Biológica do Abufari	AM
Estação Ecológica de Cuniã	AM e RO
Reserva Extrativista Lago do Cuniã	RO
Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande	AM
Reserva Extrativista do Médio Purus	AM
Reserva Extrativista Ituxi	AM
Floresta Nacional Humaitá	AM
Floresta Nacional Balata-Tufari	AM
Floresta Nacional Iquiri	AM

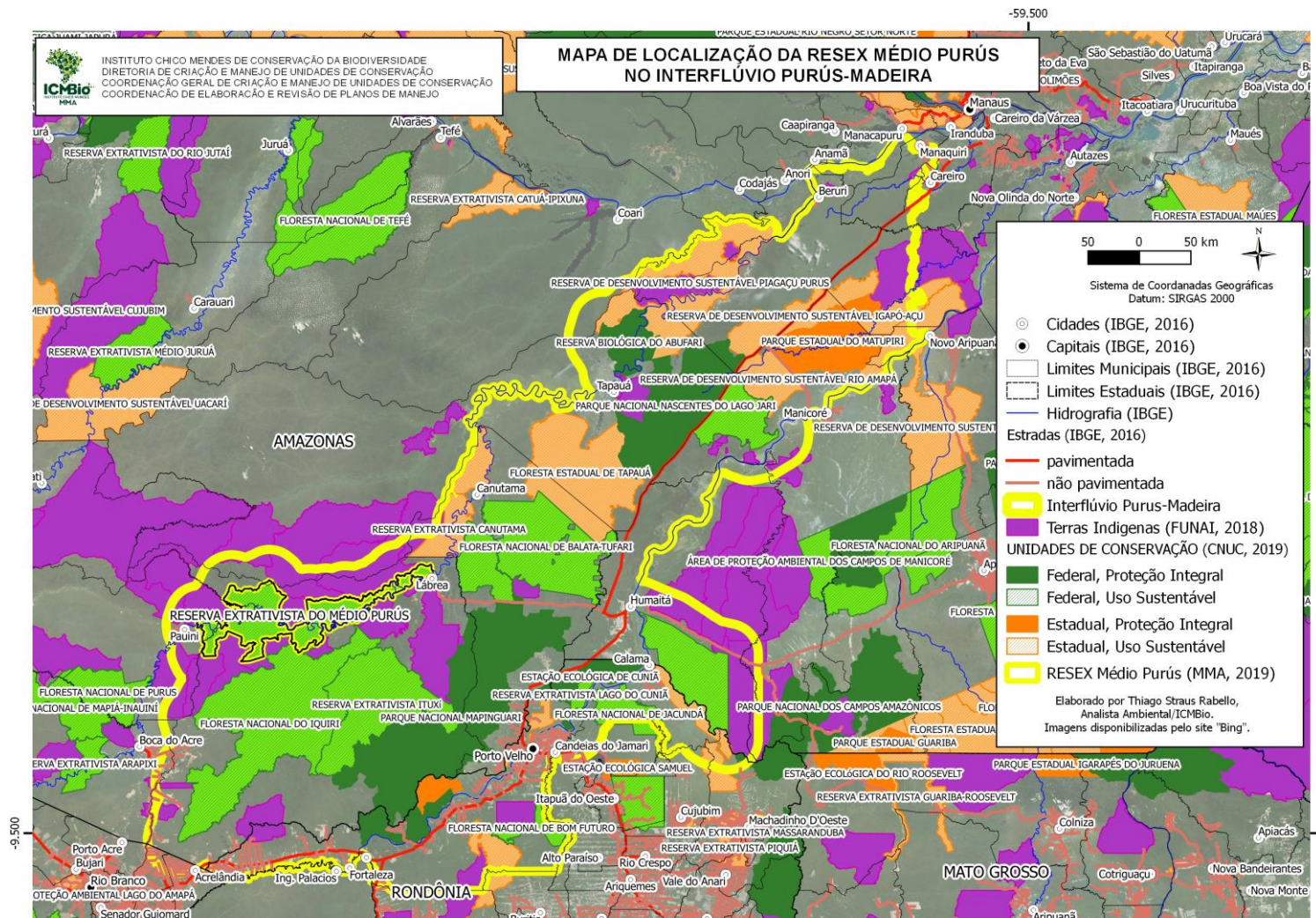


Figura 3. Mapa da localização da Região do Interflúvio Purús – Madeira, Unidades de Conservação e Terras Indígenas, com destaque para a localização da RESEX do Médio Purús.

3.1. Contexto ambiental do Interflúvio

Na Região do Interflúvio Purus-Madeira predomina a floresta ombrófila, mas também ocorrem inúmeras áreas abertas naturais e um gradiente de diversos tipos vegetacionais entre estes dois ambientes extremos. Os habitats mais úmidos são bastante expressivos na região, incluindo áreas de várzeas, lagos e igapós, que se estendem por centenas de quilômetros ao longo dos rios. Esta heterogeneidade ambiental associada a alta biodiversidade torna esta região oeste da Amazônia uma das mais relevantes para a ciência e para a conservação em todo o bioma (ALVES; BRITO, 2013).

Na porção norte do interflúvio a presença humana ainda é relativamente pequena em função da maior dificuldade de acesso, na porção sul ocorrem maiores extensões de áreas antropizadas. Com a melhoria das estradas e abertura de outras vias de acesso, essa região deverá sofrer pressões já experimentadas em outras regiões amazônicas, o que aumenta a relevância das unidades de conservação (ICMBIO, 2016a).

Com relação a vegetação, nas onze UC federais do interflúvio ocorrem grandes blocos contínuos de floresta ombrófila, com predomínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e da Floresta Ombrófila Aberta, ocorrendo também, grandes áreas de ambientes savânicos, áreas com Campinarana e Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre (BATISTA, 2012; IBGE, 2012). Apenas 7% da vegetação natural foi registrada com alterada, porém, esses 7% representam 1.932.330 hectares. O potencial florestal da Região do Interflúvio é bastante expressivo, com madeiras de reconhecido valor econômico, sendo calculado um total de 265 espécies com potencial madeireiro, entre estas, seis em riscos de extinção: ucuúba *Virola surinamensis*; garapeira *Apuleia leiocarpa*; jutai *Hymenaea parvifolia*; castanha-da-amazônica *Bertholletia excelsa*; angelim-pedra *Hymenolobium excelsum*; itaúba *Mezilaurus itauba* (ICMBIO, 2016a).

Nesta região também estão localizadas as maiores áreas de habitats não florestais do oeste amazônico. Estes ambientes abertos naturais (savanas ou campinaranas) constituem encraves em meio ao ambiente florestal predominante. Tais encraves, por sua localização em escala global, dimensões e distribuição na paisagem, são altamente relevantes para a ciência e estratégicos como áreas de distribuição de meta-populações para algumas espécies (ICMBIO, 2016a).

Vale ressaltar que, de acordo com a análise de similaridade de espécies realizada entre as onze UC, nenhuma combinação alcançou uma similaridade maior do que 36% em relação à ictiofauna e 37% quanto à avifauna, ficando em cerca de 40% para a mastofauna, exceto para os Parques Nacionais Mapinguari, Nascentes do Lago Jari e a Floresta Nacional Balata-Tufari com similaridade de 60% para mastofauna. Em alguns casos, os valores mais altos de similaridade não foram encontrados entre UC contíguas. Assim, supõe-se que as UC do Interflúvio não funcionem como réplicas umas das outras, o que reforça a importância de cada uma das onze UC para a representação e

conservação adequada da biota da Região do Interflúvio Purus-Madeira (ICMBIO, 2016a).

Entre os componentes da fauna, os mamíferos desempenham papéis fundamentais como dispersores e predadores de sementes, influenciando a regeneração da vegetação (JORDANO *et al.*, 2006), indicadoras da saúde ambiental (BONDE; POWELL, 2004), provendo recursos que mantêm espécies que exercem funções ecológicas importantes (NICHOLS *et al.*, 2009), ou como predadores de topo da cadeia alimentar que regulam herbívoros generalistas (TERBORGH *et al.*, 2001). Considerando dados primários e secundários, há registros de 122 espécies de mamíferos silvestres, com exceção de morcegos, na Região do Interflúvio, o que representa cerca de 50% da riqueza estimada para o bioma Amazônia (254 espécies não-voadoras). Entre estas, 27 espécies são endêmicas ao bioma Amazônia, 17 espécies são globalmente consideradas ameaçadas de extinção e 19 espécies consideradas ameaçadas no Brasil. Ocorrem também endemismos interfluviais entre os primatas, sabendo-se que cada interflúvio entre os afluentes do rio Madeira é habitado por uma espécie diferente de sagui e por espécies diferentes de zogue-zogue. Guildas de mamíferos frugívoros-chave foram registradas em todas as UC da Região do Interflúvio Purus-Madeira (Anexo 1) (ICMBIO, 2016a).

Para a avifauna foram registradas 454 espécies, sendo que duas delas não haviam sido registradas em estudos anteriores na região: *Cypsnagra hirundinacea*, chamada de bandoleta, e o *Falco femoralis* falcão-de-coleira. As aves atuam de modo efetivo e abrangente na manutenção dos processos e funcionalidade dos ecossistemas com sua capacidade para realizar polinização, feita principalmente pelos beija-flores, dispersão de propágulos, realizada por aves frugívoras (como os cracídeos, cotingídeos, traupídeos, etc.), controle de populações de presas como os insetívoros (por exemplo, os tamnofilídeos) e predadores (entre outros, gaviões e corujas), ciclagem de nutrientes (todas as espécies, com destaque para os urubus, etc.). Ainda, as espécies ameaçadas totalizaram 14, sendo: azulona *Tinamus tao*; inhambu-de-cabeça-vermelha *Tinamus major*; inhambu-galinha *Tinamus guttatus*; mutum-de-fava *Crax globulosa*; gavião-real *Harpia harpyja*; pomba-botafogo *Patagioenas subvinacea*; tucano do-bico-preto *Ramphastos vitelinus*; tucano-grande-de-papo-branco *Ramphastos tucanus*; papagaio-moleiro *Amazona farinosa*; papagaio-da-várzea *Amazona festiva*; curica-de-bochecha-laranja *Pyrilia barrabandi*; marianinha *Pionites leucogaster*; tiriba-do-madeira *Pyrrhuras nethlageae* e arapaçu-barbudo *Deconychura longicauda* (ICMBIO, 2016a).

Quanto à herpetofauna, de maneira geral, tanto anfíbios como répteis são importantes indicadores da qualidade ambiental, sendo suscetíveis às alterações ambientais (AZEVEDO-RAMOS; GALATTI, 2001; VOGT *et al.*, 2001; TOCHER *et al.*, 1997; SILVANO; SEGALLA, 2005; RODRIGUES, 2005; VITT; CALDWELL, 2014), estando em declínio em diversas partes do mundo. A presença de espécies florestais, como *Osteocephalus leprieuri*, *Scinax garbei*, *Trachycephalus resinifictrix*, *Dactyloa transversalis*, *Bothrops brazili*, e *Xenopholis scalaris* e espécies estenóicas de ambientes

abertos naturais, como *Dendropsophus cf. nanus*, *Leptodactylus labyrinthicus*, *Varzea cf. bistrinata* e *Bothrops matogrossensis* demonstra a boa qualidade dos ambientes, indicando o alto grau de preservação das UC do Interflúvio Purus-Madeira e a importância ecológica do mesmo na preservação das espécies da herpetofauna. Considerando os dados secundários e primários relativos à herpetofauna, foram registradas 170 espécies de anfíbios e 179 espécies de répteis, entre estas, 04 espécies de anfíbios e 07 de répteis constam da lista de espécies ameaçadas, quase ameaçada ou com dados insuficientes, sendo: rã *Pristimantis reichlei*; tartaruga-da-amazônia *Podocnemis expansa*; iaçá *Podocnemis sextuberculata*; tracajá *Podocnemis unifilis*; cágado *Peltocephalus dumeriliana* e o jabuti-amarelo *Chelonoidis denticulate* (ICMBIO, 2016a).

Quanto aos corpos d'água da Região do Interflúvio, conclui-se que estes formam uma extensa e complexa rede de drenagem, mantendo todo o sistema aquático interligado, entre os rios, lagos, igarapés. Eles ainda mantêm pequena vinculação com o ambiente de terra firme, especialmente com a floresta, onde estão assentadas suas cabeceiras e da qual recebem grande parcela da biomassa e dos nutrientes que alimentam todo o sistema. No levantamento de campo, os 57 trechos amostrados confirmaram a ocorrência de uma grande heterogeneidade ambiental, com corpos d'água de diferentes tamanhos e características, o que possibilita a existência de uma vasta riqueza de espécies de peixes, chegando-se ao registro de 494 espécies e, quando considerados os dados secundários, 646 espécies para o Interflúvio. Entre estas, dez espécies estão incluídas na Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, na categoria de Ameaçadas de Extinção e Quase Ameaçadas, 84 espécies são consideradas endêmicas para a Região e três são indicadoras de qualidade ambiental: *Belonion apodion*, *Potamorrhaphis guianensis* e *Potamorrhaphisei genmanni* (conhecidas popularmente como peixe-agulha). Muitas espécies de peixes utilizam os corpos d'água de médio a pequeno porte como moradias efetivas ou como vias de mão dupla, deslocando-se ao longo deles para baixo e para cima, em busca de condições mais apropriadas para a alimentação, desova, dispersão e outras necessidades vitais de seus dinâmicos ciclos de vida (Anexo 1) (ICMBIO, 2016a).

3.1.1. Principais ameaças e oportunidades para a conservação e o manejo sustentável

A importância ecológica das UC do Interflúvio está diretamente relacionada com a manutenção das relações de grupos funcionais e dos serviços ecossistêmicos de provisão, regulação, cultural e de suporte ofertados pelos vários ecossistemas aquáticos e terrestres presentes na região. Seus principais componentes e processos precisam ser mantidos e protegidos a fim de funcionarem de maneira plena e adequada (ICMBIO, 2016a).

A porção sul do Interflúvio sofre muito com diversas ameaças de devastação Amazônica, visto que é nessa região que o desmatamento, assim como os focos de calor, aparece de forma mais expressiva próximo aos núcleos populacionais e vias de acesso, sendo que, dos 27.678.110 hectares da região analisada, em cerca de 7% da área foram registrados polígonos de desmatamento (ICMBIO, 2016a).

Por isso, é de extrema relevância a efetividades dessas UC, em virtude desse espaço territorial ter séculos de história relacionada a exploração extrativista, focada nos recursos disponíveis nas margens dos principais rios e que, ainda hoje, as comunidades tradicionais permanecem atuantes na conservação de seu patrimônio histórico e cultural, material e imaterial (ICMBIO, 2016a).

Esse processo de degradação ocorre de maneira bastante semelhante com os rios e lagos da região do Interflúvio Purus-Madeira, que são utilizados pelos pescadores e comunidades ribeirinhas. Ainda mais em função dos peixes serem a principal fonte de renda para a maioria das famílias residentes nas margens dos rios e lagos. No entanto, a pesca comercial pode estar levando as populações das espécies de alto valor comercial e de subsistência à sobre-exploração (LIMA, 2010).

Quanto ao manejo sustentável dos recursos naturais, para a manutenção de populações da fauna saudáveis, é necessário considerar os efeitos da caça de subsistência, a caça e a captura de filhotes e o tráfico de animais e, de modo especial, as ameaças existentes sobre espécies de mamíferos aquáticos e semiaquáticos (ICMBIO, 2016a).

Duas grandes ameaças relacionadas ao meio físico são os barramentos no rio Madeira e Iquiri e o garimpo, as quais representam fatores desencadeantes de outras ameaças relacionadas e que podem interferir significativamente na conservação das UC na Região do Interflúvio como um todo (ICMBIO, 2016a). Além disso, a pavimentação, abertura e manutenção das estradas, especialmente das BR-319 e BR-230, constitui uma ameaça importante na região do Interflúvio, pois os efeitos ambientais negativos aparecem de forma inter-relacionada, afetando tanto o meio físico como o meio biótico, obstruindo os corpos d'água, alterando e fragmentando os habitats, juntamente com a expansão da ocupação humana, além de favorecer a caça e o comércio da fauna, o desmatamento, as queimadas e a pesca ilegal (UFAM-DNIT, 2008, ICMBIO, 2016a).

Mesmo sob risco dessas ameaças, o estado atual de conservação dos ecossistemas avaliados nas UC federais da Região do Interflúvio, incluindo aqueles considerados de maior relevância como o Complexo do Chapéu e os tabuleiros do rio Purus, na Reserva Biológica do Abufari, o lago do Cuniã, na Reserva Extrativista Lago do Cuniã, e as várzeas ao longo dos grandes rios, foram considerados muito bom (ICMBIO, 2016a).

Com relação a oportunidades, a região do Interflúvio Purus-Madeira se apresenta como melhores estratégias de planejamento do que em outras regiões já devastadas da Amazônia onde o foco hoje já é a recuperação. A conservação e a promoção do uso

sustentável, assegurando a cultura e os modos de vida dos povos tradicionais, são os grandes desafios de gestão integrada desta região (ICMBIO, 2016a).

3.2. Contexto socioeconômico do Interflúvio

3.2.1. Ocupação regional e as Unidades de Conservação

O conjunto de unidades de conservação no Interflúvio Purus-Madeira é produto do processo de ocupação da região e atua sobre os conflitos pelo uso dos recursos naturais. Porém, mesmo formando extensos blocos de áreas protegidas, a diversidade de categorias e, conseqüentemente, objetivos das unidades, sobreposta a contextos locais distintos, nos quais se mesclam os perfis de ocupação histórica regional (indígenas, ribeirinhos e produtores agropecuários), estabelecem uma série de conflitos e de sobreposições territoriais, tais como: (a) comunidades indígenas utilizando recursos naturais das unidades de conservação e requerendo a incorporação de áreas das unidades a seus territórios; (b) comunidades ribeirinhas extraindo recursos de unidades de conservação de proteção integral; (c) pressões de ocupação resultantes do avanço da fronteira agrícola (ICMBio, 2014; ICMBio, 2016c)

O tamanho da população dos municípios precisa ser compreendido no âmbito da rede de influência das cidades e a forma como eles são polarizados por centros maiores. No caso do interflúvio Purus-Madeira, identifica-se dois vetores de polarização distintos, o de Manaus e o de Porto Velho (ICMBio, 2016c).

Quase todos os municípios do Interflúvio Purus-Madeira localizados no estado do Amazonas são centros locais, isso significa que correspondem ao menor nível hierárquico do IBGE, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, sendo polarizados diretamente por Manaus e, em grande medida, está relacionada com a rede fluvial de acesso (ICMBio, 2016c).

O vetor de polarização de Porto Velho, município atualmente classificado como Capital Regional B (nível inferior, portanto ao de Manaus), polariza em sua área de influência municípios do interflúvio em Rondônia, Machadinho d'Oeste e Candeias do Jamari, classificados como centros locais (ICMBio, 2016c).

Entretanto, os fluxos de deslocamentos e relações estabelecem outro tipo de estruturação quando dispõe de condições de acesso e proximidade a centros de outros estados, como no caso de Humaitá, no Amazonas, Centro local também polarizado diretamente por Porto Velho (ICMBio, 2016c).

3.2.2. População e condições de vida

A urbanização e crescimento da população na região do Interflúvio não apresentou um padrão homogêneo ou constante ao longo das últimas décadas nos municípios,

indicando se tratar de uma região de perfil de ocupação ainda não completamente consolidado nos moldes nacionais, de redução constante da população rural em detrimento da urbana.

Recentemente, o crescimento da população dos municípios do Interflúvio foi maior, comparativamente, do que o registrado no período 1991/2000, no qual o crescimento foi de apenas 1,9% a.a. No período 2000/2010, contudo, somente Tapauá registrou taxa negativa de crescimento da população total de -0,8% a.a. (ICMBio, 2016c).

A diferenciação da dinâmica populacional entre os municípios do Interflúvio é muito afetada pela migração (deslocamento de população de um município para outro). No caso dos municípios do Interflúvio Purus-Madeira, os recentes movimentos migratórios estão condicionados pela oferta de infraestrutura de transporte proporcionada pelas rodovias, contribuindo para o adensamento da ocupação e a expansão da ocupação agropecuária, ainda que mais concentradamente ao logo das rodovias. A atratividade de população migrante entre a população urbana foi de 9,3%, e de 7,3% entre a população rural (ICMBio, 2016c).

O desenvolvimento humano (IDH) Municipal dos municípios do Interflúvio Purus-Madeira, em 2010, estava enquadrado predominantemente na faixa considerada Baixo IDH, com valores entre 0,496 (Pauini) e 0,605 (Humaitá). As exceções são Candeias do Jamari (0,649) classificado como médio e Porto Velho (0,736) classificado como alto. Contudo, a tendência de evolução do IDH Municipal é de melhoria contínua, registrando taxas que podem ser consideradas elevadas, ainda que tenham desacelerado na última década intercensitária em relação à anterior em diversos municípios do Interflúvio Purus-Madeira (ICMBio, 2016c).

3.2.3. Estimativa e perfil da população residente nas Unidades de Conservação federais do Interflúvio

A população residente no interior das UC federais do Interflúvio era estimada em 9.736 pessoas residentes (IBGE, 2010). Na faixa de entorno de 3 km, a população estimada era de 32.301 pessoas residentes, e na faixa de 10 km de entorno, por incluir áreas urbanas de alguns municípios, era estimado um total de 82.141 pessoas residentes em domicílios particulares e coletivos. Segundo a estimativa, o conjunto das unidades de conservação do Interflúvio e do seu entorno, somava um total de 22.527 domicílios particulares e coletivos, sendo 2.172 destes domicílios no interior das UC (ICMBio, 2016c).

A população residente no entorno das UC é predominantemente urbana, já a população no interior das UC é totalmente rural. Entre esta população há 2.770 indígenas nas áreas rurais (8,7% desta população) e 1.351 em áreas urbanas (2,3% desta população), a maior parte na RESEX do Médio Purus e entorno (ICMBio, 2016c).

Outro indicador demográfico expressivo é a taxa de analfabetismo, aqui considerada na população com 15 anos ou mais de idade. Em 2010, a taxa de analfabetismo era elevada,

chegando a 27,4% entre as pessoas residentes em áreas rurais e 17,8% nas áreas urbanas. No interior das UC esta taxa era ainda mais elevada (32,9%), indicando um padrão socioeconômico negativamente diferenciado desta população, mesmo em relação ao entorno das unidades (ICMBio, 2016c).

A maior fragilidade registrada na área rural foi em relação às condições de saneamento básico, que não são mais problemáticas devido à baixa densidade da ocupação. O esgotamento sanitário era precário, já que 27,2% dos domicílios não possuíam banheiro ou sanitário, enquanto 44,6% utilizavam fossa rudimentar e apenas 3,0%, fossa séptica ou rede geral. A principal forma de abastecimento de água era a categorizada pelo IBGE como “outra forma” (67,2%), possivelmente, com captação de água diretamente em rios e igarapés. A destinação do lixo domiciliar mais comum era a queima na propriedade (80,5%), o que pode estar associado à ocorrência de incêndios e queimadas acidentais, inclusive dentro das unidades, tendo em vista a população residente. Em 2010, ainda era restrita a oferta de energia elétrica nos domicílios rurais (38,6% não possuíam energia elétrica) e principalmente no interior das UC (43,7%) sendo uma parcela importante (33,2%) abastecida por outras fontes, geralmente motores geradores (ICMBio, 2016c).

Em 2010, entre os domicílios rurais das UC do Interflúvio e de seu entorno, 54,4% apresentavam rendimento per capita domiciliar até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, considerado como linha de pobreza para fins de atendimento por políticas públicas, além de 11,5% declarados como “sem rendimento per capita”. Entre os domicílios urbanos, 26,2% registravam rendimento per capita nesta faixa de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, sendo que 6,7% figuravam como sem rendimento per capita. No interior das unidades do Interflúvio a população residente estimada com rendimento mensal domiciliar per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo era de 63,9%, não deixando dúvida sobre sua condição de pobreza (ICMBio, 2016c).

O público residente no interior das UC do Interflúvio, com níveis de rendimento baixo e grande proporção de analfabetos, apresenta um perfil com grandes dificuldades para responder às ações de conscientização e mesmo de controle e fiscalização. A falta de oportunidades e as precárias condições de vida, postas em perspectiva de futuro negativa, por estarem inseridos em áreas com restrições de uso dos recursos naturais, tendem a dificultar o estabelecimento de acordos e a implementação de políticas mais sustentáveis, exigindo constante ação de fiscalização e um grau elevado de tolerância a certas práticas, tendo em vista a frágil condição social da maioria (ICMBio, 2016c).

No entorno imediato das UC, o perfil da população residente não se diferencia significativa da população do seu interior, exceto quando há proximidade de núcleos urbanos. Contudo, mesmo a população das áreas urbanas, nas faixas de entorno, apresenta um perfil de baixa renda, ainda que não tão acentuado, elevado analfabetismo e condições de urbanização precárias em termos de saneamento básico (ICMBio, 2016c).

Nestas condições, o relacionamento com as UC do Interflúvio no que concerne ao manejo de recursos naturais possui um forte viés de subsistência e manutenção da qualidade de vida e da segurança alimentar dessas populações (ICMBio, 2016c).

3.2.4. Dinâmica econômica da área de influência e sua relação com as UC

A dinâmica econômica dos municípios que compõem o Interflúvio está estruturada em dois blocos, sendo: a. o primeiro, formado por Porto Velho e os outros dois municípios do interflúvio em Rondônia (Candeias do Jamari e Machadinho d'Oeste), que podem ser considerados como um bloco metropolitano, com 31,45% da população estimada e 39,21% do PIB do estado, em 2013; b) 14 municípios no Amazonas que, por sua vez, participam com apenas 3,55% do PIB estadual, embora sua participação na população do Amazonas seja de 10,92% (ICMBio, 2016c).

Atualmente no Brasil é verificado um processo de interiorização do dinamismo econômico, caracterizado, ainda, pela concentração da economia nas capitais regionais, porém, com taxas mais elevadas de crescimento em centros urbanos regionais menores. No interflúvio, pelo menos neste curto período analisado (2010/2013) é possível verificar que há dinamismo econômico maior nos municípios menores, em relação a Porto Velho. Esta, provavelmente, venha a se configurar como uma tendência de longo prazo no interflúvio, caso as ligações rodoviárias, principalmente a BR-319, venham a ser completadas e mantidas em condições de trafegabilidade adequadas (ICMBio, 2016c).

A estrutura setorial do PIB dos municípios do interflúvio se caracteriza pela predominância do setor de serviços mercantis (comércio e serviços exceto administração pública). Em 2013, o somatório do Valor Agregado Bruto (VAB) dos municípios do interflúvio resultava em uma participação de 34,1% de serviços mercantis, seguido da administração pública (25,8%) e indústria (19,8%). O setor agrícola representava somente 9,4% do PIB do conjunto dos municípios do interflúvio (ICMBio, 2016c).

Em ambientes de pouco desenvolvimento, faltam recursos para estruturar ações públicas de controle (no sentido de coibir) e de incentivo (no sentido de desenvolver) à novas iniciativas produtivas e de geração de renda. Compelidos pela falta de oportunidades e pelo ambiente sem presença efetiva e permanente de instituições públicas, de mercados privados mais estruturados e de ganhos com o engajamento no âmbito institucional, regiões de baixa ocupação e pouco desenvolvimento acabam desenvolvendo atividades que não seguem a legislação. Este é o ambiente institucional mais favorável para a prática comercial de atividades ilegais, algumas delas vistas como necessidades de sobrevivência. Este é o caso da comercialização de pesca ilegal, de extração de madeira e de caça, que é praticada sem constrangimentos, pois as

instituições locais não impõem limitações efetivas e também não contribuem para a geração de alternativas econômicas sustentáveis (Anexo 2) (ICMBio, 2016c).

Assim sendo, uma parcela da atividade econômica não está adequadamente representada nas estatísticas anteriormente apresentadas, mas podem estar melhor demonstradas nos dados do Censo Demográfico de 2010, relativos à condição de ocupação da população (se trabalha ou não) e à classe da atividade exercida (ICMBio, 2016c).

Esses resultados mostram que, no conjunto dos municípios do interflúvio, havia um total de 355,6 mil pessoas ocupadas, das quais 56,9% no município de Porto Velho, enquanto todos os demais municípios possuíam total de ocupados na faixa entre 4,9 mil (Beruri) e 17 mil (Manicoré) pessoas (ICMBio, 2016c).

A maior concentração de pessoas ocupadas no setor terciário era com as atividades de comércio e serviços (incluindo administração pública e serviços domésticos) (ICMBio, 2016c).

Já, no setor primário, sem considerar Porto Velho, o setor agropecuário era o que concentrava a maior parcela de pessoas ocupadas, destacando-se a agricultura que chegava a 60,9% do total de ocupados em Canutama, e a pesca, que concentrava de 11,0% a 19,9% do total de ocupados dos municípios de Anori, Manaquiri, Beruri, Careiro da Várzea e Tapauá, todos no Amazonas (ICMBio, 2016c).

Em 2014, segundo a pesquisa de Produção Agrícola Municipal do IBGE, todo o conjunto dos municípios do interflúvio contava com apenas 56 mil hectares plantados com cultivos temporários ou anuais, muito concentrada nos 3 municípios de Rondônia (29,7 mil hectares), em Porto Velho (14,2 mil) e Machadinho d'Oeste (12,7 mil), já no Amazonas, Manicoré (9,8 mil) (ICMBio, 2016c).

O principal cultivo era o de mandioca (49,5% da área plantada de cultivos temporários no conjunto dos municípios do Interflúvio, em 2014), além de consideráveis áreas plantadas com arroz (24,8%) e milho (22,9%) e de algumas especialidades locais, como a lavoura de melancia em Canutama (84,4% da área do município de cultivos temporários), de arroz em Humaitá (47,1%), a malva em Anori, Beruri e Manaquiri, o abacaxi em Careiro da Várzea, o feijão em Lábrea e o milho em Anori, Borba e Lábrea. Não há registro de plantio de soja nos municípios amazonenses do interflúvio (ICMBio, 2016c).

Quanto aos cultivos permanentes, a área plantada no Interflúvio, em 2014, era de 20.250 hectares, estando principalmente concentrada nos cultivos de café (52,8%), de banana (24,0%) e cacau (14,7%), estando as maiores áreas nos municípios de Machadinho d'Oeste (7,4 mil hectares), Porto Velho (6,6 mil) e Manicoré (2,8 mil) (ICMBio, 2016c).

A atividade pecuária, principalmente a bovina, é muito expressiva na região. Em 2014, somente os três municípios do Interflúvio em Rondônia concentravam quase o mesmo rebanho bovino (1,2 milhão de cabeças) que todo o estado do Amazonas (1,4 milhão), principalmente em Porto Velho (741 mil cabeças). Outros municípios possuíam um rebanho bovino importante: Lábrea (340 mil cabeças), Machadinho d'Oeste (267,8 mil cabeças) e Candeias do Jamari (197,7 mil cabeças) (ICMBio, 2016c).

Entre os produtos da pecuária, possui algum destaque a produção de leite, muito reduzida em relação ao total do rebanho, e pequena produção de ovos e mel (ICMBio, 2016c).

Quanto a aquicultura, em 2014, o conjunto dos municípios do Interflúvio em Rondônia produziu 7,7 mil toneladas de peixes (83,2% de tambaqui e 14,7% de pirarucu) e no Amazonas, 1,3 mil toneladas, principalmente de tambaqui (92,0%) e matrinxã (7,7%) (ICMBio, 2016c).

A pesca é uma atividade importantíssima em toda a região e presente nas UC e no seu entorno, apesar de não haver registros que informem sobre volume e valores envolvidos, ocorrendo muitas vezes de forma ilegal (ICMBio, 2016c).

Em relação à extração vegetal, em 2014, a produção de açaí (16,9 mil toneladas) concentrava-se nos municípios do Amazonas e a de castanha-do-pará (7 mil toneladas), correspondia a 46,6% da produção do Amazonas e 56,3% de Rondônia (ICMBio, 2016c).

A borracha também é explorada nos municípios do Interflúvio, com produção de 741 toneladas produzidas (látex coagulado), em 2014, sendo a maior produção em Manicoré (350 toneladas, 33,4% da produção do Amazonas) (ICMBio, 2016c).

Quanto à extração de madeira, os municípios do Interflúvio no Amazonas, em 2014, se destacavam na produção de carvão (32,8% da produção estadual), e lenha (33,0% da produção estadual). A produção de madeira em tora estava mais concentrada nos municípios em Rondônia, com 2,1 milhões de metros cúbicos e 223,4 mil metros cúbicos nos municípios do Amazonas. Porém, estes valores podem não corresponder com o volume efetivamente explorado (ICMBio, 2016c).

Sobre o extrativismo mineral, existiam 163 processos de licenciamento mineral registrados para áreas no interior das onze unidades federais do Interflúvio, em 2015, sendo 128 requerimentos de pesquisa e lavra, relacionadas principalmente ao Parque Nacional Matinguari (Anexo 1) (ICMBio, 2016c).

De modo geral, o perfil verificado na população tradicional das UC do Interflúvio e entorno inclui, como foi visto, baixos níveis de renda e diferentes graus de pluriatividade, associando pesca com agricultura e extrativismo, com objetivo de autoconsumo e de comercialização (muitas vezes através de atividades ilegais tanto de pesca, quanto de extração de madeira), complementado pela caça como forma de assegurar fontes de alimentação, embora haja registro de uma parcela de pessoas ainda

ocupadas atualmente com a caça comercial (NUSEC/UFPA, 2014). Os levantamentos realizados pelos gestores das UC são pródigos em exemplificar como é disseminada a prática de pesca e caça e, também, extração de madeira e de açaí, em todas as comunidades, para finalidades comerciais e de subsistência (Anexo 1).

A forma das ocupações recentes difere deste padrão de ocupação tradicional, tais como fazendas e assentamentos do INCRA, nas proximidades da BR-319, nas quais o uso de áreas de pesca e extração não é coletivo e a caça é realizada basicamente na propriedade e no entorno próximo. Em termos de atividades econômicas, entretanto, não há diferenciação significativa em relação às comunidades tradicionais (caça, pesca e extração de madeira), exceto pela pecuária extensiva e por uma agricultura ainda incipiente. A atividade produtiva agrícola de lavoura é, em grande medida, inviabilizada pelas precárias condições de acesso às posses e de escoamento da produção. Há nestes locais grandes propriedades, com algum grau de organização produtiva, mas contando basicamente com os mesmos recursos das demais, e pequenas propriedades, algumas abandonadas ou retomadas recentemente com a eminência do asfaltamento da BR-319 (ICMBIO, 2016a).

De certa forma, as UC federais do Interflúvio são ameaçadas pela falta de alternativas econômicas rentáveis para os municípios, com exceção de Porto Velho, que acaba atuando como polo regional e fonte de pressões crescentes de urbanização e ocupação do seu entorno (ICMBio, 2016c).

Contudo, a maior parte dos municípios é incapaz de ocupar produtivamente e prover a renda demandada pelas famílias residentes, a não ser, muitas vezes, através de atividades que dependam diretamente da extração de recursos naturais. Nestas condições, de pobreza e falta de alternativas econômicas, o combate às práticas ilegais é altamente dificultado, pois os que praticam estas atividades possuem nível socioeconômico e, especialmente, de instrução, muito baixo, o que os torna pouco receptivos a informações que indiquem os prejuízos ambientais e socioeconômicos destas práticas. Afligidos pelas demandas mais imediatas, grupos com este perfil tem mais dificuldade para responder a campanhas de informação e, principalmente, o estabelecimento de acordos de convivência que contem com regras que restrinjam ainda mais seus poucos recursos de sobrevivência (ICMBio, 2016c).

Se por um lado a pavimentação e a construção das estradas BR-319 e BR-230 apresenta-se como oportunidades sociais e econômicas para a região, podendo facilitar o transporte, a comunicação, o comércio, o turismo, entre outros, por outro, quando avaliadas sob a perspectiva da conservação ambiental, representam uma das principais ameaças a serem consideradas (ICMBIO, 2016a).

A reconstrução da rodovia BR-319 poderá gerar fortes processos de degradação ao Interflúvio Purus-Madeira e as UC federais, tanto no âmbito das UC localizadas em áreas de influência direta, quanto indireta. Os efeitos de desmatamento, seguido dos

assentamentos humanos na forma de “espinha-de-peixe” e acesso facilitado a regiões que anteriormente permaneciam intactas, através da abertura de estradas vicinais e caminhos, é o cenário previsto para a região, na ausência de políticas públicas que definam claramente a presença governamental (UFAM-DNIT, 2008).

4. BREVE DESCRIÇÃO DA RESEX DO MÉDIO PURUS

A Reserva Extrativista do Médio Purus foi criada pelo Decreto Federal S/No, de 08 de maio de 2008 e possui área de 604.231,22 hectares. Está situada no Município de Lábrea, Pauini e Tapauá, no estado do Amazonas e visa proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas comunidades de Vila Acimã, Ajuricaba, Bananal, Barranco do Bosque, Bela Rosa, Boa União, Boca do Ituxi, Boca do Mamoriá, Buraco, Cacau, Cachoeira do Hilário, Cacianã, Capacini, Ermida, Espírito Santo, Estação, Praia da Gaivota, Jucuri, Jurucuá, Yutari, Laranjeira, Maciari, Maloca, Metaripuá, Miracema, Nova Morada, Novo Brasil, Pacoval, Porongaba, Praia do Santarém, Sapatini Velho, Pupuri, Quissã, Realeza, Recanto, Remanso, Samaúma, Samoará, Santa Cândida, Santa Fé, Santa Rosa, Santo Vitório, São José, São Luis, São Paulo, Tamacuru, Várzea Grande e demais comunidades incidentes na sua área de abrangência. A RESEX do Médio Purus, juntamente com as outras 10 UC, fazem parte da estratégia interinstitucional para prevenir os impactos derivados da repavimentação da rodovia BR-319, com 877km de extensão, entre Manaus e Porto Velho. A criação e a implementação de Unidades de Conservação no entorno da BR-319 objetiva impedir o desmatamento e a descaracterização dos ambientes amazônicos ao longo desta estrada.

Sua criação atendeu a reivindicação apresentada ao IBAMA, em 2001, pela Associação dos Produtores da Reserva Extrativista de Lábrea. Residem na UC cerca de 1.200 famílias, distribuídas em 97 comunidades, na calha do rio Purus.

O Conselho Deliberativo da RESEX do Médio Purus foi criado em 2010, pela Portaria ICMBionº 112, de 28 de agosto de 2010, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.

Até o momento, para viabilizar a conservação dos ambientes naturais da RESEX do Médio Purus e suas espécies associadas, existia o Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Médio Purus, aprovado através da Portaria 126 de 08/11/2012. É um instrumento legal com a finalidade de direcionar o uso dos recursos naturais, “estabelecer relações sociais e objetivos comuns na busca da sustentabilidade socioambiental e econômica dos extrativistas produtores e pescadores da RESEX do Médio Purus, mantendo os ecossistemas ecologicamente equilibrados” (BRASIL, 2012). As regras internas para utilização dos recursos naturais da RESEX foram definidas e compactuadas em conjunto com a população. Segundo o documento *“O Plano de Utilização direciona o uso dos recursos naturais, estabelece relações sociais e objetivos comuns na busca da sustentabilidade socioambiental e econômica dos extrativistas produtores e pescadores da RESEX Médio Purus, mantendo os ecossistemas*

ecologicamente equilibrados, serão respeitados: a cultura, a forma ribeirinha de vida, e os trabalhos extrativistas, que utilizam os recursos naturais em escala comercial, como o pescado, a castanha, a copaíba e muitos outros produtos da floresta, bem como garantida a conservação da biodiversidade, através do manejo adequado da fauna e da flora". Contudo o documento não será mais válido, sendo substituído pelas normas aqui descritas no Plano de Manejo.

4.1. Localização e acessos

A RESEX do Médio Purus está localizada no território do município de Lábrea (95,4%), contando com uma parcela nos municípios de Pauini (4,6%) e de Tapauá (0,3%), no estado do Amazonas (Figuras 4 e 5).

O principal acesso à RESEX se dá pelo município de Lábrea, que se localiza às margens do Rio Purus na região sul do estado do Amazonas (Figura 5). Os acessos a Manaus são apenas por via aérea ou fluvial, neste caso a distância de é de 1.672 km. Por via rodoviária a cidade mais próxima é Humaitá a cerca de 220 km por estrada sem pavimentação (BR-230 - Transamazônica).

Nas proximidades da RESEX do Médio Purus estão localizadas muitas áreas legalmente protegidas, especialmente terras indígenas, as quais interferem no uso e ocupação do solo de maneira a restringir o avanço de atividades produtivas e proteger as comunidades, contribuindo desta forma para inibir o avanço da fronteira agrícola.

A figura 6 mostra o grande número de Terras Indígenas nas proximidades da RESEX. Fazendo divisa diretamente com a RESEX estão a TI Apurinã do Igarapé Mucuim, na porção central da RESEX, demarcando de forma visível as porções leste e oeste da Unidade; ao sul a TI Seruini/Marienê, a TI Tumiã, a TI Acimã, a TI São Pedro do Sepatini, a TI Paumari do Lago Marahã e a TI Paumari do Rio Ituxi; e ao norte a TI Guajahã, a TI Catipari/Mamoriá, a TI Hi-Merimã e a TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti. Ao Leste, em um dos poucos trechos da RESEX que não é limítrofe com alguma terra indígena, está em estudo a área denominada Baixo Seruini, da etnia Apurinã. Além das TI a RESEX faz divisa também com a FLONA do Iquiri, e, portanto, está inserida em um mosaico de áreas protegidas.

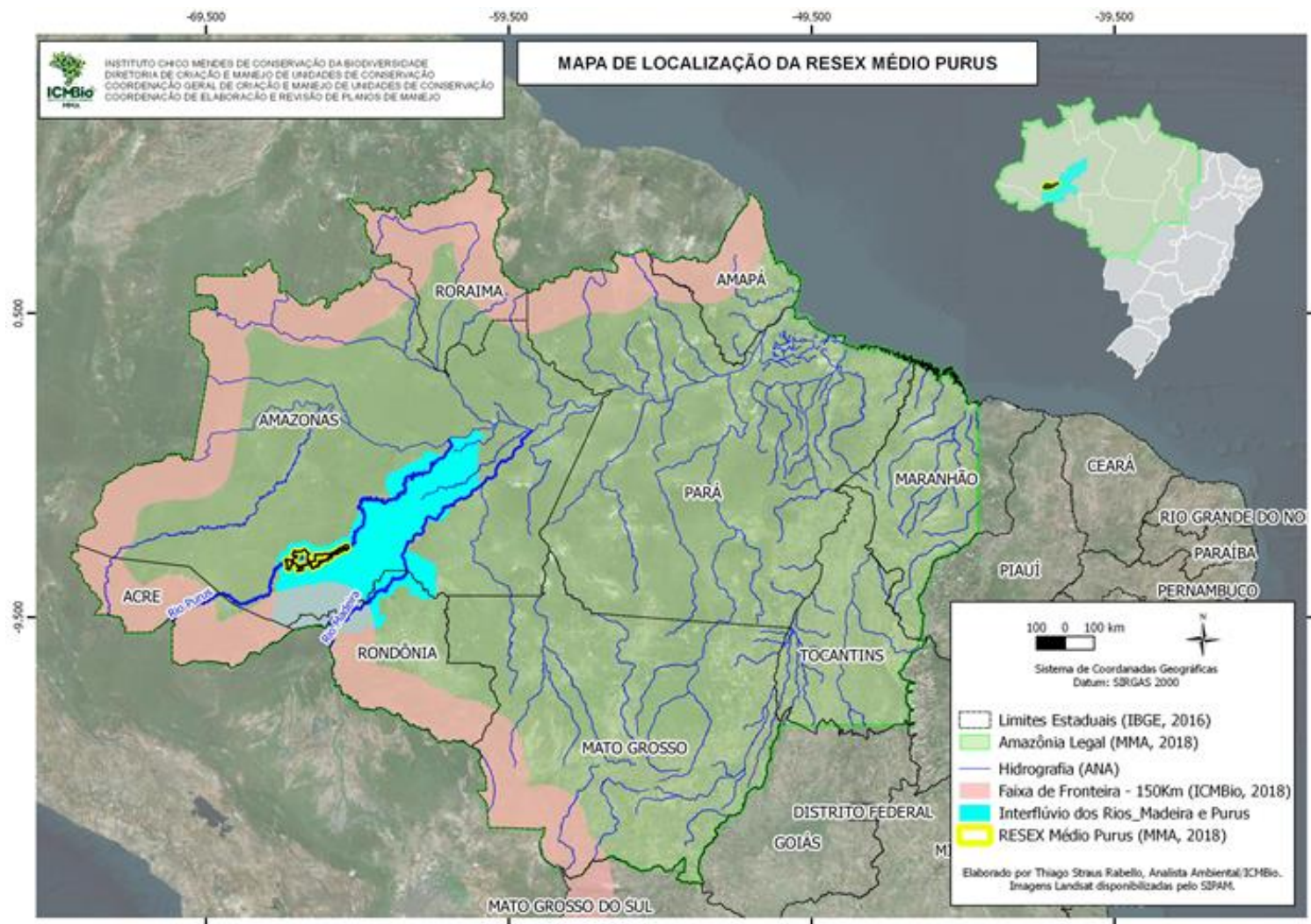


Figura 4. Mapa de localização da Reserva Extrativista Médio Purus no contexto nacional e no Interflúvio Purus-Madeira.

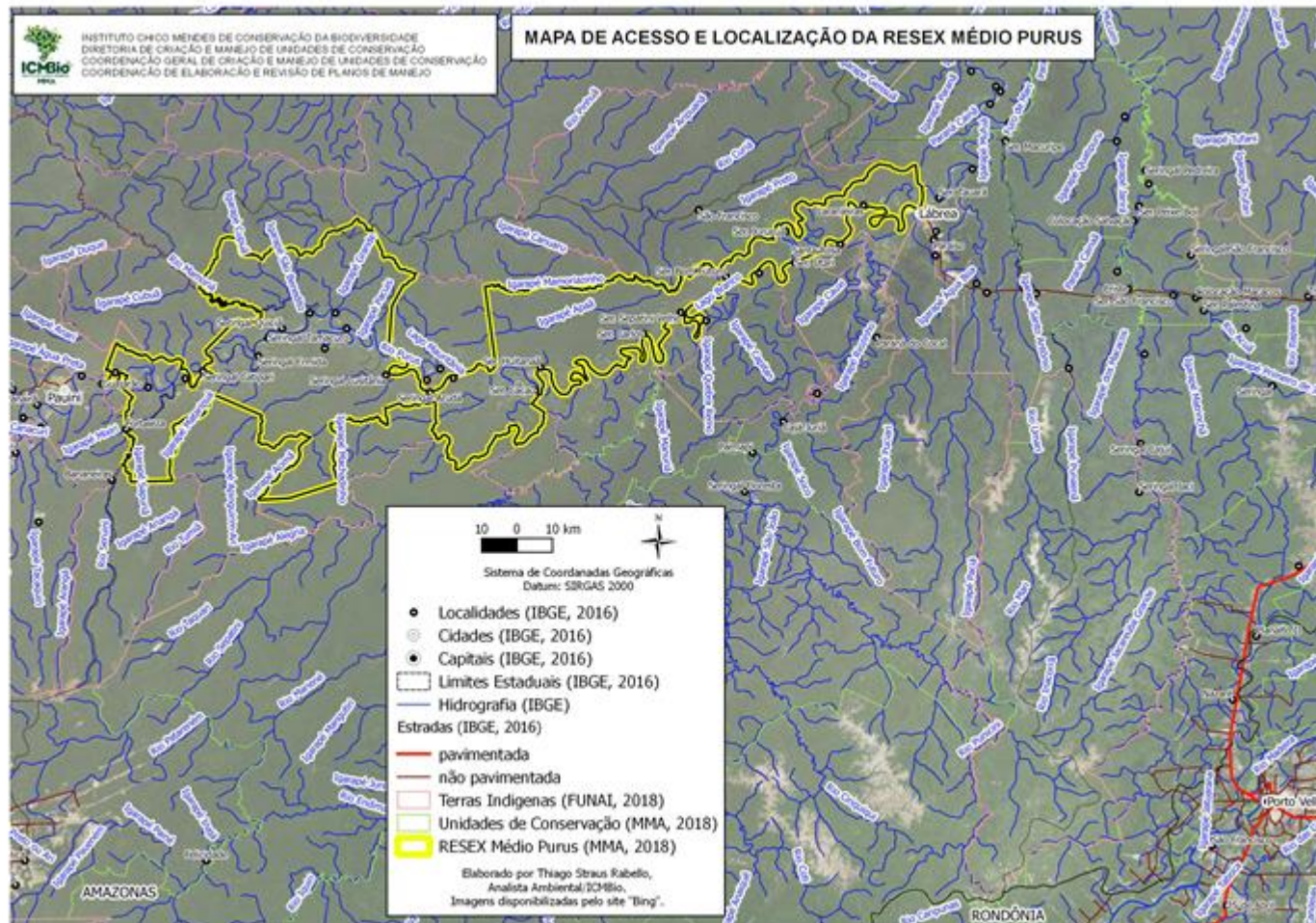


Figura 5. Mapa de acesso e localização da RESEX do Médio Purus.

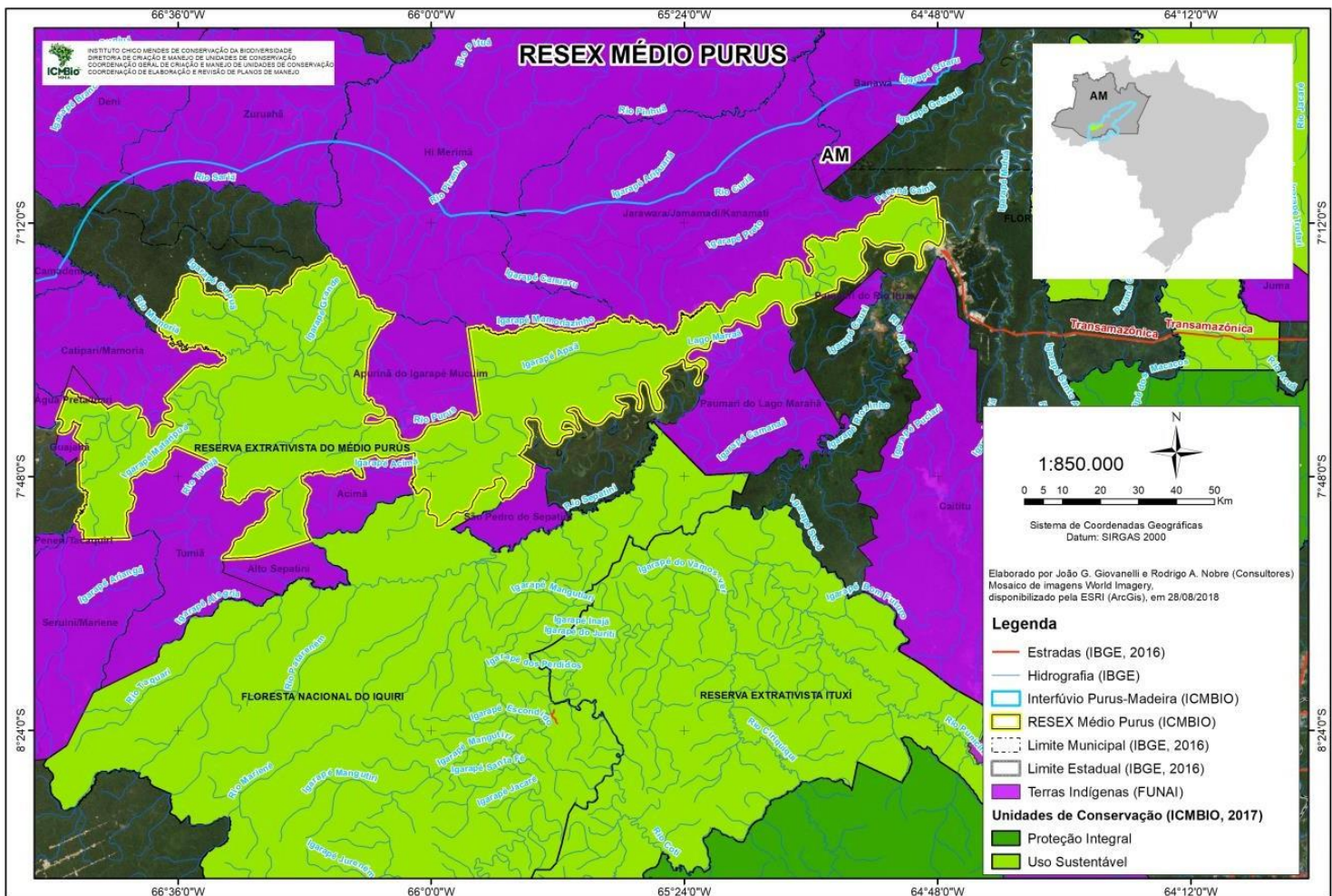


Figura 6. Áreas protegidas no entorno da RESEX do Médio Purus.

4.2. Aspectos ambientais

O diagnóstico ambiental da RESEX do Médio Purus que inclui os temas meio físico (clima, geologia, geomorfologia, pedologia, hipsometria, declividade e hidrografia), vegetação, ictiofauna, herpetofauna, avifauna, mastofauna e uso público, encontra-se, de forma detalhada, no **Anexo 3**. Uma caracterização ambiental resumida é apresentada a seguir feita a partir do documento específico ICMBio (2016b).

4.2.1. Meio Físico

De acordo com a Classificação climática de Köppen-Geiger, na RESEX do Médio Purus existe apenas um tipo de clima principal, o Clima Tropical de Monções (Am), que se caracteriza por ser megatérmico, com temperatura média do mês mais frio do ano superior a 18°C, estação invernal ausente e forte precipitação anual (superior à “evapotranspiração” potencial anual), caracterizado também por médias pluviométricas superiores a 1.500mm de chuvas anuais e mês menos chuvoso com não menos de 60mm. Apesar do clima único, a área da RESEX apresenta duas áreas com estacionalidades distintas: mais ao norte a tendência é para que ocorram 45 a 55 dias sem chuva por ano e numa a área maior, mais ao Sul, a tendência é para mais dias sem chuva (55 a 64 dias/ano).

Em termos geológicos, na área da RESEX do Médio Purus são encontradas três diferentes unidades geológicas, Formação Içá presente em 46,39% da área, Aluviões Holocênicos que representam 36,86% da área e Terraços Holocênicos que corresponde a 12,82% da área. 2,93% da área da RESEX não possui informação sobre as unidades geológicas (Figura 7).

Com relação a geomorfologia, na área da RESEX do Médio Purus são encontradas quatro diferentes unidades geomorfológicas: Planície Amazônica 56,55%, Depressão do Purus - Tapauá (32,15% de área ocupada), Depressão do Ituxi – Jari (10,91%), Depressão do Purus – Juruá (0,39%) (Figura 8).



Figura 7. Aluviões Holocênicos gretados cultivados com mandioca nas margens do rio Purus (fonte: Diagnóstico Ambiental da RESEX Médio Purus, foto: Ayslaner Gallo, 28 de outubro de 2014).



Figura 8. Planície Amazônica cultivada nas margens do rio Purus (fonte: Diagnóstico Ambiental da RESEX Médio Purus, foto: Ayslaner Gallo, 28 de outubro de 2014).

Na área da RESEX do Médio Purus são encontrados oito diferentes tipos de solos, sendo que os mais representativos são Gleissolo Háplico Ta Eutrófico que representam aproximadamente 35,70%, Argissolo Vermelho-Amarelo Alumínico que representa 29,12% da área e Argissolo Vermelho-Amarelo Distrófico com 22,47%. Os Argissolos apresentam limitações relacionadas à baixa fertilidade, acidez, teores elevados de alumínio e a suscetibilidade aos processos erosivos, principalmente quando ocorrem em relevos mais movimentados. Os Argissolos tendem a ser mais suscetíveis aos processos erosivos devido à relação textural presente nestes solos, que implica em diferenças de infiltração dos horizontes superficiais e subsuperficiais. A sua utilização exige um manejo

adequado, com a adoção de correção, adubação e de práticas conservacionistas para o controle da erosão (IBGE, 2006). Os Gleissolos são solos característicos de áreas alagadas ou sujeitas a alagamento (margens de rios, ilhas, grandes planícies, etc.). Apresentam baixa fertilidade natural (distróficos), podendo também apresentar problemas com acidez (pH muito baixo) e teores elevados de alumínio, de sódio (salinos) e de enxofre (tiomórficos). Com relação às características físicas, são solos mal ou muito mal drenados, em condições naturais (IBGE, 2006).

As altitudes dentro da área da RESEX do Médio Purus variam desde 12 metros até 148 metros acima do nível do mar (Figura 9). A análise das declividades da RESEX do Médio Purus indicou que a maior parte da área (91,07%) é formada por terrenos planos, com declividades entre zero e 1,66° e cerca de 8,56% da área com terrenos suave ondulados, com declividades de até 3,6°.



Figura 9. Terrenos planos e baixos dominam RESEX do Médio Purus (fonte: Diagnóstico Ambiental da RESEX Médio Purus, foto: Ayslaner Gallo, 28 de outubro de 2014).

Considerando os grandes tributários do rio Amazonas (Otto bacias nível 2) a área da RESEX do Médio Purus está inteiramente inclusa na bacia do rio Solimões e intersecta 10 bacias de nível 5, segundo a classificação das Otto Bacia. O interior da RESEX compreende 18.580 hectares com lâmina d'água, o que representa apenas 3% da sua área, incluindo, porém, um total de 117 corpos hídricos. A foto da Figura 10, mostra aspectos do rio Purus no interior da RESEX.



Figura 10. Lagos, furos e meandros abandonados configuram junto com o rio Purus a base da vida na RESEX do Médio Purus (fonte: Diagnóstico Ambiental da RESEX Médio Purus, foto: Ayslaner Gallo, 28 de outubro de 2014).

4.2.2. Meio Biótico

A RESEX do Médio Purus, juntamente com a REBIO Abufari, dentre as UC estudadas no Interflúvio Purus-Madeira, são as únicas a compreender trechos a oeste do rio Purus, situadas então no Interflúvio Purus-Juruá. Tem sua vegetação fortemente marcada pelo regime hídrico do rio Purus e principais lagos onde dominam as Floresta de Várzea e Chavascals. Em platôs e terraços, dominam as Florestas de Terra Firme. A classe mais representativa é dominada por Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas e Aluvial (77,22%), como ilustram os dados na Tabela 2 e no mapa na Figura 11.

Tabela 2. Classes de Vegetação da RESEX do Médio Purus (fonte: Relatório Consolidado Do Diagnóstico Ambiental – ICMBio, 2016b).

Classe de Vegetação	Área (ha)	Área (%)
Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas	312.439	51,71%
Floresta Ombrófila Densa Aluvial	154.132	25,51%
Floresta Ombrófila Aberta Aluvial	121.650	20,13%
Água	15.424	2,55%
Agropecuária	505	0,08%
Formações Pioneiras Influência Fluvial	77	0,01%
Total	604.227	100%

MAPA DAS TRILHAS AMOSTRAIS NAS CLASSES DE VEGETAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO PURUS

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
 DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
 COORDENAÇÃO GERAL DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

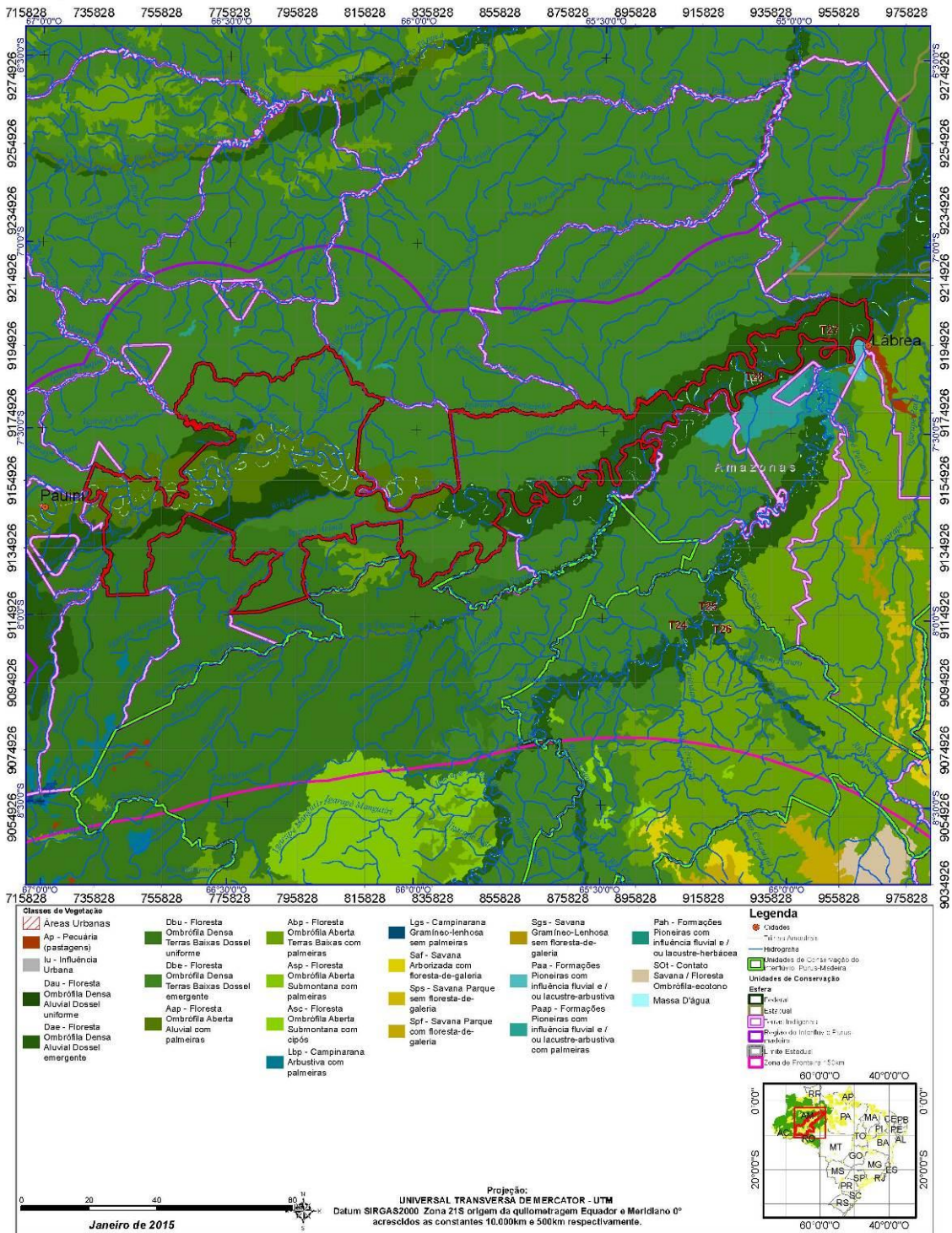


Figura 11. Mapa das classes de Vegetação da RESEX do Médio Purus (fonte: Relatório Consolidado do Diagnóstico Ambiental – ICMBio, 2016b).

Foram coletados 86 espécimes, referentes a 80 espécies, distribuídas em 74 gêneros e 42 famílias. A família mais representativa foi Rubiaceae, com onze espécies, Solanaceae e Piperaceae, com quatro espécies cada e Apocynaceae e Marantaceae, com três espécies cada. A RESEX do Médio Purus contribuiu no contexto das UCs do interflúvio, com 5 registros, onde 2 registros foram únicos para esta unidade, sendo eles: *Solanum tegore* (Solanaceae) e *Pourouma cecropiifolia* (Urticaceae).

Considerando o recurso florestal madeireiro foram inventariados 463,1m³, resultando no volume médio estimado de 289,4m³ por hectare. O cedro (*Cedrela odorata*-Meliaceae) e a virola ou ucuúba (*Virola surinamensis* - Myristicaceae) são as espécies madeireiras classificadas como vulneráveis. Para o recurso florestal não-madeireiro destinado a alimentação foram 19 registros, atribuindo a média estimada de 12 por hectare, com destaque para espécies como, açaí (*Euterpe precatoria*), bacabinha (*Oenocarpus minor*), bacuri (*Garcinia madruno*), cacau (*Theobroma cacao*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*).

Com relação a queimadas e desmatamentos, de forma geral, para a região da RESEX do Médio Purus, os focos de calor estão distribuídos no entorno da UC, principalmente nos limites leste e oeste. Aparentemente, relacionados aos centros populacionais (cidade, vilas e comunidades). O desmatamento está concentrado em pequenos polígonos ao longo do rio Purus e principais afluentes e podem estar relacionadas à manutenção de pequenas áreas destinadas a agricultura pela população tradicional residente.

Quanto a fauna, no diagnóstico ambiental foram identificadas 138 espécies de peixes, 63 espécies de anfíbios, 36 espécies de répteis, 99 espécies de aves e 41 espécies de mamíferos de médio e grande porte, considerando os registros feitos diretamente na UC, as extrapolações por UPN e dados secundários (listas completas nos Anexos 1 e 3).

Com relação a ictiofauna, foram registrados 343 exemplares, distribuídos em oito ordens, 21 famílias, 47 gêneros e 54 espécies. Destas, a ordem Characiformes com maior representatividade, seguida de Siluriformes e Perciformes. A fauna de peixes do rio Purus e dos lagos compartilham somente duas espécies em comum que ocorrem em todos os trechos: a piava *Hemigrammus cf. geisleri* e a sardinha *Triportheus albus*. Algumas espécies só foram coletadas no rio Purus: *Apionichthysfinis*, *Pimelodella serrata*, *Pimelodella boliviana* e *Colomesus asellus*; enquanto outras somente na região dos lagos, como o muçum *Synbranchus marmoratus*, bodó *Loricarii chthysacutus*, *Hypophthalmus fimbriatus*, *Brachyrhamdia marthae*, *Corydoras cf. ambiacus* e aruanã *Osteoglossum bicirrhosum*, entre outros. Utilizando os resultados obtidos em bibliografias de estudos que ocorreram na área do médio rio Purus, tem-se um acréscimo de 83 espécies de peixes, aumentando para 138 táxons registrados. Deste total *Oreochromis niloticus* é considerada exótica, *Copella nigrofasciata* e *Pyrrhulina cf. brevis* categorizadas como “Quase Ameaçada” de extinção. Apesar de não terem sido coletados indivíduos de pirarucu *Arapaima gigas* estes foram visualizados no

principal lago de manejo da comunidade, sendo uma das principais espécies que devem ter suas populações conservadas. Segundo informações de pescadores que moram na RESEX, os peixes mais pescados e comercializados na região são o surubim *Pseudoplatystoma fasciatum*, caparari *P. tigrinum*, dourada *Brachyplatystoma rousseauxii*, piramutaba *B. vaillantii*, tambaqui *Colossoma macropomum* e filhote *B. filamentosum*.

Com relação a herpetofauna, foram registradas 63 espécies de anfíbios e 36 de répteis, onde os táxons de maior interesse para a conservação no momento são a lagartixa-de-parede *Hemidactylus mabouia*, por ser sinantrópica e introduzida e não se conhecer o real efeito da espécie nos ambientes naturais, o jacaretinga *Caiman crocodylus* o jacareaçu *Melanosuchus niger*, tartaruga-da-amazônia *Podocnemis expansa*, iaçá *P. sextuberculata*, tracajá *Podocnemis unifilis*, por serem alvo de caça e consumo por humanos e, estas três últimas, por estarem quase ameaçadas de extinção (ver MMA, 2015a e IUCN, 2015). Também, a rã *Pristimantis reichlei* está classificada como DD “dados insuficientes” na lista de espécies ameaçadas no Brasil (MMA, 2015b).

Com relação a avifauna, na UC houve um registro de 99 espécies, no entanto, há um potencial de 323 espécies no total. Foram registradas três espécies ameaçadas durante os levantamentos: *Ramphastos tucanus* tucano-grande-de-papo-branco considerado vulnerável pela lista da IUCN mas não pela lista brasileira, *Ramphastos vitellinus* tucano-de-bico-preto considerado vulnerável pela lista da IUCN mas não pela lista brasileira e *Pyrhura snethlageae* tiriba-do-madeira, considerado vulnerável pela lista da IUCN mas não pela lista brasileira.

Para a mastofauna, foi possível listar 41 espécies de mamíferos de médio e grande porte para a UC. A RESEX do Médio Purus inclui áreas de domínio de dois interflúvios (Purus-Madeira e Purus-Juruá), o que permite uma riqueza potencial particularmente elevada de mamíferos de médio e grande porte na UC. As espécies de destaque foram: a. Ariranha *Pteronura brasiliensis*: predador de topo e indicador de alta qualidade de ecossistemas aquáticos e ótima base de estoques pesqueiros; b. Onça-pintada e Suçuarana *Panthera onca* e *Puma concolor*, por serem predadores de topo em ecossistemas terrestres, com grandes áreas de uso, cuja presença indica a existência de uma base de presas. Embora a área esteja sob forte pressão humana, a presença de felinos grandes indica que os distúrbios podem ser apenas locais e que iniciativas de uso sustentável dos recursos naturais podem reverter possíveis quadros de rarefação faunística, causados, por exemplo, pela caça de subsistência. Foi constatada a presença de cães e porcos domésticos, que são espécies exóticas invasivas com grande potencial negativo para a fauna, respectivamente pela perseguição e pela disseminação de doenças para as espécies silvestres, e pela competição com ungulados nativos (*Pecari* e *Tayassu*).

4.2.3. Uso público

O uso público na RESEX do Médio Purus pode ser desenvolvido em todas as cinco classes de uso: recreativo, comercial, científico, educacional e de desenvolvimento pessoal.

No momento, a RESEX do Médio Purus não possui visitação estruturada, mas já recebeu grupos de estudantes de Lábrea em atividades educacionais.

Traços históricos remanescentes do ciclo primeiro da borracha, com esqueletos de navios que transportavam o látex por volta dos anos 1879 e 1912, completam o cenário fantástico para o uso público nesta UC.

Alguns atrativos identificados no diagnóstico e apontados pela comunidade com potencial de Uso Público são: a. Pont o: Esqueleto de navio abandonado no primeiro ciclo da borracha (Figura 12); b. Igarapé Cain : Igarapé rico em fauna aquática, répteis e avifauna, com presena de araras e outras aves. Igarapé onde se encontra o esqueleto do navio; c. Aldeias Indígenas: O igarapé Cain  faz divisa com terras indígenas. Se funcionalmente agregada   visitao da UC, pode vir a complementar o produto turístico de forma bastante valiosa; d. Trilha ao igarapé Cain : Caminhada por floresta com paisagem bela e única. As diversas árvores de grande porte, como sama mas, assacus e apuizeiros impressionam. A fauna é bastante ativa, visto que essa área era um antigo caminho de seringal, mas há algum tempo não está mais sendo utilizada; e. Seringal na Comunidade Buraco: Local de uso das famílias para a extrao de látex da casca das seringueiras (*Hevea brasiliensis*); f. Sama mas: A samaumeira   uma árvore tipicamente amazônica, conhecida como a “ rvore da vida” ou “escada do céu”. Alguns indígenas a consideram como “a mãe” de todas as árvores; g. Tabuleiros de Quelônios: Pontos onde pode ser incentivado o uso, em especial, o educacional, científico e de desenvolvimento pessoal; h. Lago Grande: Lago com uma bela paisagem, onde já são feitas atividades de educao ambiental, como a soltura de quelônios com alunos e professores das escolas das comunidades; e outros.



Figura 12. Pont o: navio antigo abandonado (Fotos: Ana Gabriela Fontoura 29/10/2014).

4.3. Aspectos socioeconômicos

O diagnóstico socioeconômico da RESEX do Médio Purus encontra-se em detalhe no **Anexo 4**. O texto a seguir apresenta um resumo dos aspectos socioeconômicos obtidos a partir do documento específico ICMBio (2018a).

4.3.1. População e condições de vida na área de influência da RESEX

A RESEX do Médio Purus apresenta a sua maior parte localizada no território do município de Lábrea (95,4%), contando com uma parcela nos municípios de Pauini (4,6%) e de Tapauá (0,3%). No ano de 2010, a população residente nos municípios da área de influência da RESEX somava 75 mil pessoas, com 37,7 mil pessoas residentes em Lábrea, 19,1 mil habitantes em Tapauá e 18,2 mil habitantes em Pauini. O conjunto dos municípios da área de influência participavam, em 1991, com 3,5% da população do estado do Amazonas, participação essa que se reduziu a 2,4% em 2000 e 2,2% em 2010.

Os municípios da área de influência registraram um processo de urbanização intensa entre 1991, cuja taxa de urbanização era de 34,6%, e 2000, com taxa de 53,7%. Entretanto, de 2000 para 2010 a taxa de urbanização praticamente se manteve estável, registrando 58,8% para o conjunto da população dos três municípios. Pauini e Tapauá registram um processo de crescente urbanização, com taxas de apenas 17,7% e 29,6% de população urbana em 1991, respectivamente, aumentando para 41,3% e 45,7% em 2000 e atingindo 51,0% e 55,7%, respectivamente em 2010. Porém, mesmo com este crescimento, em 2010 pouco mais da metade da população destes municípios residia em áreas urbanas. Lábrea possui maior grau de urbanização, porém, de 2000 para 2010 houve redução em suas taxas de urbanização, que passou de 66,6% em 2000 para 64,2% em 2010. Mesmo assim, mais de um terço da população de Lábrea residia na área rural em 2010.

Em 2010, o IDH Municipal de Lábrea e Tapauá estavam próximos (0,531 e 0,502) do limite inferior da faixa considerada baixo IDHM. Pauini, por sua vez, em 2010 registrava IDH Municipal de 0,496, portanto, no limite superior da faixa de muito baixo IDHM. Todos esses IDHM são muito menores que o IDH do estado do Amazonas, que era 0,674 naquele mesmo ano. Educação foi a dimensão que contribuiu de forma mais negativa na composição do IDHM 2010 dos municípios de influência da RESEX, sendo composto pelos indicadores de escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem. A posição relativa dos municípios se modifica, com Pauini registrando o menor IDHM-E (0,317) em 2010, classificado como muito baixo IDH, e Lábrea o maior, porém apenas 0,347, ficando, portanto, na mesma faixa.

4.3.2. Estimativa e perfil da população residente no interior da RESEX

Com base na estimativa realizada por setores censitários, a RESEX do Médio Purus era estimada uma população residente em 2010 de 3.973 pessoas, distribuídas em 713 domicílios rurais. A etnia indígena se faz presente no interior e no entorno da Unidade, sendo estimado um total de 181 pessoas residentes autodeclaradas indígenas na RESEX.

Em termos demográficos, a participação de crianças até 14 anos na população rural é elevada, representando 46% do somatório da população rural estimada residente na RESEX. As pessoas em idade ativa (15 a 64 anos) correspondem a pouco mais da metade (51,3%) da população rural estimada da UC em 2010. Nesse mesmo período, a taxa de analfabetismo, aqui considerada na população com 15 anos ou mais de idade, ainda era elevada, sendo estimada em 39,2% da população residente na UC.

A principal forma de abastecimento de água entre a população rural em 2010 era através de “outras formas”, principalmente captada diretamente em rios, correspondendo a 97,7% dos domicílios estimados na RESEX.

O esgotamento sanitário também é muito precário nos domicílios estudados, sendo que 68,7% dos domicílios na UC não possuem banheiro ou sanitário. Entre os que possuem, as formas de esgotamento mais comuns são vala (13,4%) e “outro” (12,3%), ou seja, grande parte do esgoto sanitário na área da Unidade é lançado diretamente no ambiente.

A destinação do lixo domiciliar mais comum no interior da Unidade é a queima na propriedade (75,3%).

Em 2010 ainda era restrita a oferta de energia elétrica nos domicílios e estava presente em apenas 46,7% dos domicílios estimados na RESEX.

Em termos socioeconômicos, o rendimento médio dos domicílios em 2010 era muito baixo, correspondente a apenas 1,1 salário mínimo.

As informações censitárias disponíveis, portanto, apontam para uma situação socioeconômica desfavorável dessa população, ou seja, segundo as informações compiladas, é possível constatar que em 2010 a população estimada residente em domicílios particulares permanentes no interior da RESEX representava uma significativa concentração de domicílios com baixa renda e infraestrutura de saneamento e energia elétrica insuficientes, situação que podia ser observada também, de maneira geral, na população residente em áreas rurais do entorno. Nas áreas urbanas, a condição dos domicílios era melhor, porém, significativa parcela dos domicílios estimados não contava com infraestrutura de serviços adequada.

4.3.3. Perfil da comunidade residente na RESEX do Médio Purus

De acordo com o levantamento realizado por OLIVEIRA e colaboradores (2017), no ano de 2014, para subsidiar o documento “Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico sócio produtivo”, residiam no interior da RESEX do Médio Purus 4.432 moradores, distribuídos em 996 famílias, portanto com média de 4,5 pessoas por família ou questionário. O levantamento de campo realizado pelo ICMBio em novembro de 2014, identificou 152 comunidades ou famílias isoladas (Figura 13), embora a pesquisa amostral, conforme metodologia do estudo, tenha sido realizada em 93 comunidades, além de 14 questionários sem informação de comunidade. A Figura 14 indica a localização dos domicílios que foram georreferenciados.

Contudo, conforme informação do chefe da unidade, o levantamento socioeconômico de 2014 teria levantado 1.062 formulários, sendo que ainda faltariam entrevistar 100 famílias, que não responderam o questionário. Ainda segundo o chefe da unidade, naquela época havia aproximadamente 1.200 famílias com uma população de mais de cinco mil pessoas. Na avaliação atual (julho de 2018) da equipe da UC a população da RESEX seria de 1200 famílias e cerca de seis mil pessoas. Entre 2008 e 2013 teria havido um processo de migração dos moradores da unidade para a cidade. Os motivos para essa migração seriam a falta de ensino adequado nas comunidades e a expectativa de muitos que com a criação da RESEX “eles iam morrer de fome porque tudo ia ser proibido”. Com a criação dos novos polos de ensino médio parte da demanda por educação foi atendida. Com a consolidação da RESEX, a resistência em relação a ela foi diminuindo e estaria havendo um processo de retorno desses ex-moradores por falta de melhores condições de vida na cidade.

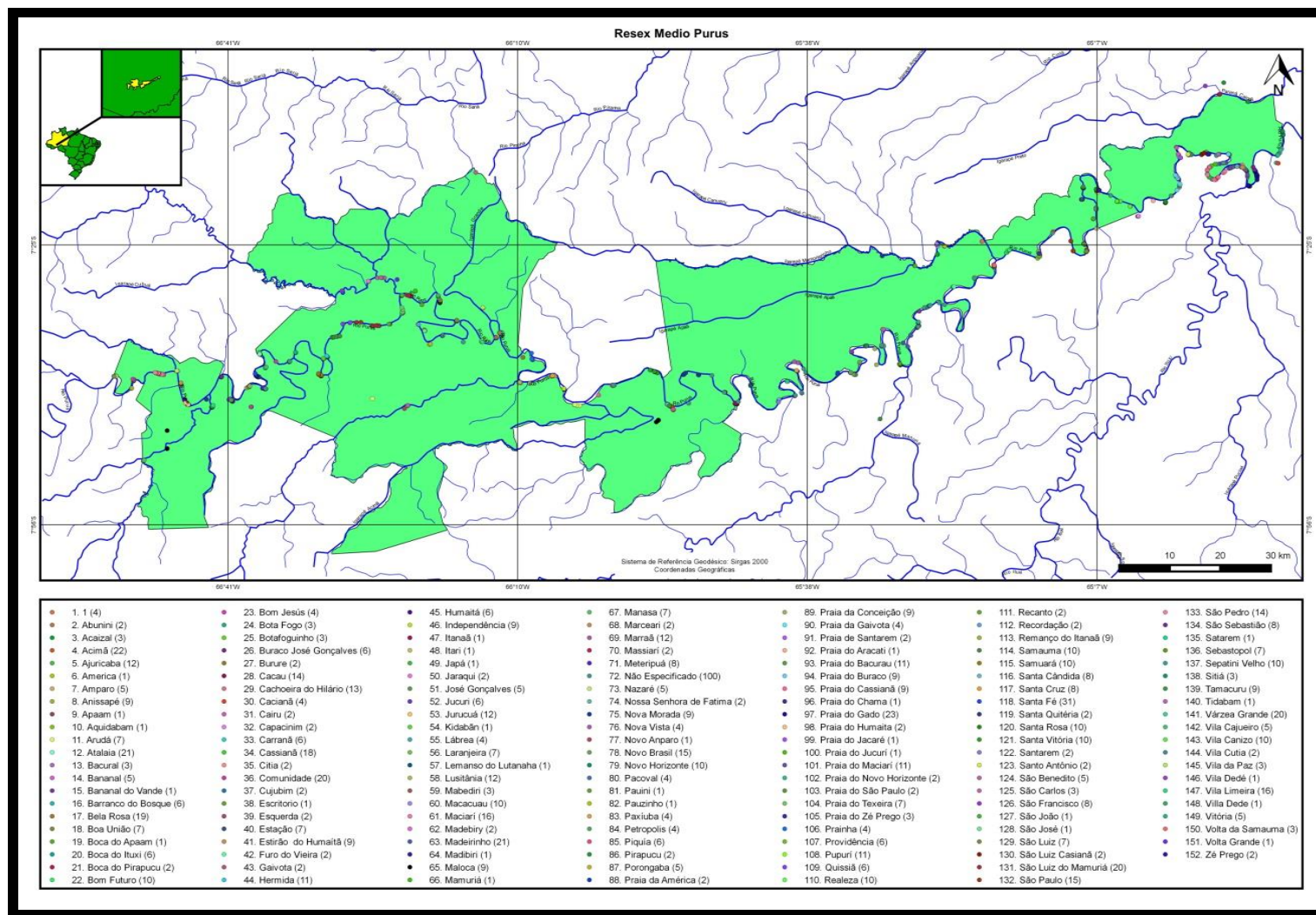


Figura 13. Localização das comunidades na RESEX do Médio Purus, 2014. (Fonte: Pesquisa de Campo, Oliveira et al. 2017).

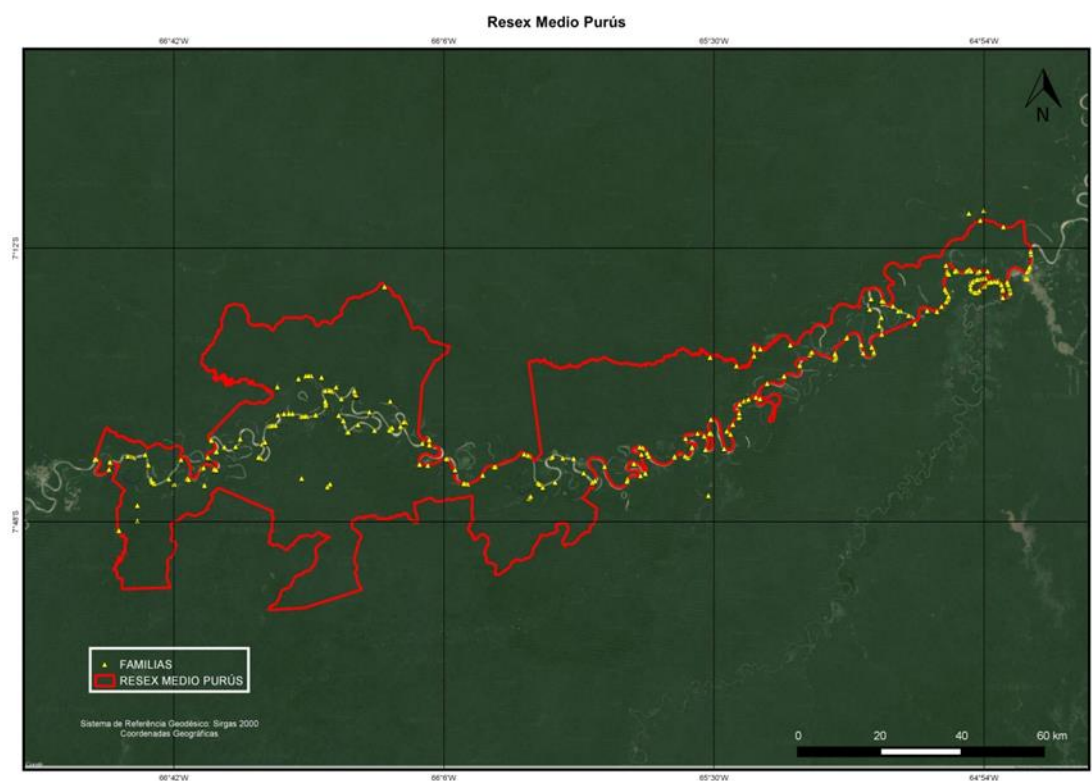


Figura 14. Localização das residências georreferenciadas na RESEX do Médio Purus sobre imagem de satélite (2014). (Fonte: Pesquisa de Campo, Oliveira et al. 2017).



Figura 15. Comunidade Cassianã. (Fonte: Andrade, 2016 – Foto tirada na pesquisa de campo de 2014)



Figura 16. Escola Municipal da Comunidade do Cassianã na RESEX do Médio Purus. (Fonte: Andrade,2016 – Foto tirada na pesquisa de campo de 2014)

Para organizar um número tão grande de comunidades numa área geográfica tão extensa, a solução foi dividir as comunidades por setores, eleger representantes e contemplar, na diretoria, as lideranças de comunidades, da ATAMP e de outras associações ali existentes. Atualmente, ela é formada por 11 setores e 101 comunidades. A tabela abaixo apresenta as comunidades que compõe cada setor e a seguir é apresentado o mapa dos setores (Figura 17).

Tabela 3. Lista de comunidades divididas em setores da RESEX do Médio Purus

SETORES	COMUNIDADES
Setor 11 06 Comunidades	Atalaia
	Anissapé
	São Pedro
	Nazaré
	Estirão do Humaitá
	Humaitá
Setor 10 11 Comunidades	Santa Quitéria
	São Sebastião
	Vila Dedé
	Vila Limeira
	Praia da Conceição
	Metaripuá
	Santa Fé
	Vila Cajueiro
	Ajuricaba
	Carranã
	Botafogo
Setor 09 11 Comunidades	Botafoguinho
	Samuará
	Ermida
	Tamacurú
	Quissã
	São Luiz do Mamoriá
	São João
	Praia do Texeira
	Boca do Mamoriá
	São Benedito
	São Francisco
Setor 08 10 Comunidades	Petrópolis
	Bela Rosa
	Boa União
	São José
	Porongaba
	Pacoval
	Realeza
	Praia da Gaivota
	Várzea Grande
	Prainha
Setor 07 11 Comunidades	Lusitânia
	Minharim
	Santa Cruz
	Independência
	Arudar
	Cachoeira do Hilário
	Santa Vitoria
	Vila Acimã
	Piquiá
	Maloca
	Igualdade
Setor 06 08 Comunidades	Nova Morada
	Cacau
	Remanso do Itanaã
	Santa Cândida
	Bom Jesus
	Santarém
	Paxiuba
Nova Vista	

Setor 05 09 Comunidades	América
	Novo Brasil I
	Novo Brasil II
	São Francisco
	Citiá
	Remanso do Novo Brasil
	Amparo
	São Carlos
	Sebastopool
Setor 04 13 Comunidades	Madeirinho
	Vitória
	Sepatini Velho
	Furo do Vieira
	Pupuri
	Marahaã
	Volta da Samauma
	Pauzinho
	Macacual
	Açaizal
	Boca do Apaã
	Bom Futuro
	Providencia
Setor 03 08 Comunidades	São Paulo
	Recanto
	Bananal
	Estação
	Samauma
	Jurucuá
	Vila Canizio
	Capacini
Setor 02 07 Comunidades	Santa Rosa
	Comunidade José Gonsalves (Buraco)
	Praia do Jacaré
	Cairú
	Laranjeira
	São Luiz do Cassianã
Setor 01 08 Comunidades	Praia do Zé Prego
	Bacurau
	Jucuri
	Cassianã
	Maciari
	Boca do Ituxi
	Praia do Gado
	Barranco do Bosque
Novo Horizonte	

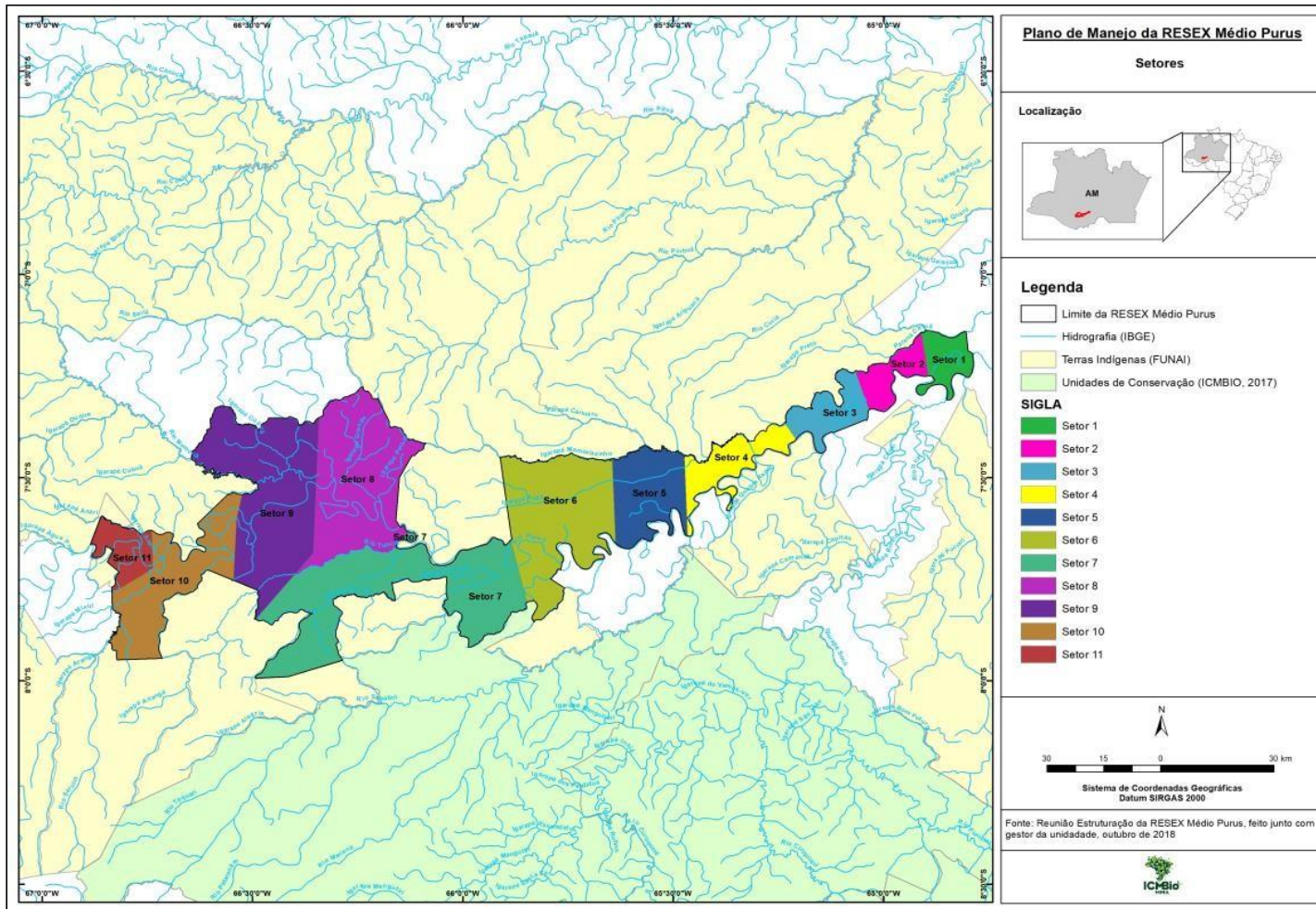


Figura 17. Mapa de setores das comunidades na RESEX do Médio Purus.

De acordo com o levantamento de Oliveira e colaboradores (2017), os responsáveis familiares entrevistados na RESEX são na sua maioria (72,8%) naturais de Lábrea e Pauini (22,5%), sendo que 98,5% são naturais do estado do Amazonas. Entre a população residente, 95,7% são naturais dos municípios da área de influência da RESEX, isso significa que a população residente é predominantemente de origem local, uma das características das comunidades tradicionais.

Predominam na população residente na RESEX os homens (53,4%). As famílias são constituídas predominantemente de filhos (54,9%), sendo que as crianças com idade de 0 a 9 anos representavam 25,4% da população e a população até 19 anos somava mais da metade dos moradores da RESEX (52,7%). Os idosos (acima de 60 anos de idade) representam apenas 4,6% da população (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A escolaridade da população residente era baixa em 2014, com 23,8% de analfabetos ou semianalfabetos e apenas 5,8% com educação infantil ou alfabetização. A maior concentração de escolaridade (36,1%) é entre os que possuíam até o 5º ano do fundamental (4ª série do primeiro grau), seguida da faixa de 6º ano à conclusão do ensino fundamental (15,8%). O perfil de baixa escolarização e a predominância de crianças e adolescentes está associado a uma condição de sub registro civil. Apenas 48,7% dos moradores possuíam carteira de identidade e 48,8% CPF. O documento menos frequente é a posse de identificação social (28,5%), que dá acesso a programas sociais, e de carteira de pescador (7,6%) (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

As famílias residentes na RESEX não possuíam documentação de suas posses, sendo que 41,4% informaram ter ocupado a área, 21,6% que é uma posse, 17,4% terem recebido por herança e 16,5 por doação. Somente 1,9% informou haver comprado a área onde reside. A maioria das famílias informou estar na área desde que nasceu (33,6%). Há mais de 31 anos informaram estarem residindo 11,8% das famílias, enquanto há menos de cinco anos 15,2% e de 6 a 10 anos 10,7% (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A acessibilidade à área que residem as famílias na RESEX é muito precária. O acesso às sedes de Lábrea e Pauini é feito exclusivamente por meio fluvial. Os principais motivos para os deslocamentos são a aquisição de bens e utilização de serviços (33,4%), atendimento de saúde (27,2%), recebimento de auxílios e pensões (21,9%), além de visitas a familiares (8,5%) e lazer (2,7%). A comercialização de produtos extraídos ou produzidos na RESEX é a motivação de deslocamento de apenas 1,7% dos entrevistados (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A maioria dos domicílios são construções basicamente de madeira com cobertura de telhas, zinco ou alumínio. A maioria das casas foi construída a menos de cinco anos (49,9%) ou de cinco a menos de 10 anos (30,4%) (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

No que tange aos serviços de educação, estes são avaliados predominantemente de forma positiva pelos responsáveis familiares entrevistados, incluindo a escola em si, os serviços de transporte escolar e a merenda fornecida. Chama a atenção o resultado de

que 19,1% dos responsáveis familiares participaram de algum programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A participação em cursos de capacitação profissional, entretanto, é mais reduzida, com apenas 8,4% dos responsáveis familiares informando que alguma pessoa de sua família já participou de cursos deste tipo. A habilidade profissional predominante entre os responsáveis familiares (82,6% são homens) é a carpintaria, que somada a fabricação de canoas, marcenaria e carpintaria naval, perfaz 68,1%. A segunda área é a relacionada à pesca, com a produção de malhadeiras e a atividade de pescador somando 14,2%. Agricultores se declaram ser apenas 1,8% e seringueiro 0,9% (OLIVEIRA et al., 2017).

O atendimento de saúde também era considerado precário e avaliado de forma mais negativa do que os serviços de educação pelos entrevistados, que precisam percorrer longas distâncias para obtenção de atendimento médico. Os serviços de agentes comunitários de saúde são acessados por 78,8% dos entrevistados, mais da metade com frequência pelo menos mensal (OLIVEIRA et al., 2017).

Andrade (2016) complementa o quadro de oferta de serviços de educação e saúde, mencionando a existência de aproximadamente 50 escolas em Lábrea e mais de 40 em Pauini. Em Lábrea, havia Ensino Fundamental e Médio e em Pauini era oferecido apenas Ensino Fundamental. A partir de 2010, a prefeitura estaria fornecendo transporte escolar em todas as comunidades que permitiria acessar esta rede de ensino dos municípios. Quanto aos serviços de saúde, os moradores relataram a Andrade (2016) que a RESEX possui apenas três postos de saúde, que não funcionam. Porém, há a presença de Agente Comunitário de Saúde (ACS). A prefeitura tem uma “UBS fluvial”, um barco que realiza atendimentos de saúde periodicamente nas comunidades da RESEX. Segundo o chefe da unidade, contudo, a UBS Fluvial existe de fato, mas não oferece serviço regularmente, sendo comum ser feita apenas uma visita ao ano. Houve vezes que comunidades ficaram dois anos sem o serviço da UBS no período mencionado por Andrade (2016). Além disso, na maioria das vezes não vai uma equipe médica completa, faltando profissionais e medicamentos para os atendimentos.

Os alimentos mais consumidos pelas famílias são peixe (25,0%) e farinha (23,8%), seguido de arroz (12,9%) e feijão (8,6%). Legumes, verduras (5,5%), leite (3,6%), além de outros como frutas, ovos, frango, carne bovina são consumidos com menos frequência (OLIVEIRA et al., 2017).

Em termos de saneamento básico, 94,5% dos domicílios informaram não possuir água encanada dentro do domicílio, abastecendo-se através de recipientes com os quais a água é buscada em rios e igarapés, sendo que a grande maioria trata a água com hipoclorito. Apenas 7,9% dos domicílios possuem instalações sanitárias, a maior parte delas fora do domicílio. A forma predominante de iluminação é através de velas ou lamparinas (50,2%), sendo que 22,4% dos domicílios possuem energia elétrica oriunda de gerador comunitário e 18,6% de gerador domiciliar (OLIVEIRA et al., 2017).

4.3.4. Atividades produtivas e de subsistência

De acordo com OLIVEIRA *et al.* (2017) o extrativismo vegetal era praticado por 42,4% dos responsáveis familiares. Entretanto, alguns dos produtos de extrativismo vegetal informados não são classificáveis nesta categoria (feijão, terceiro produto mais citado com 7,6%, mandioca, banana, batata doce, melancia). Subtraídos estes produtos, o total de informantes que desenvolvem atividades de extrativismo é de 38,3% das famílias. Os principais produtos do extrativismo são a castanha do brasil (45,7% entre os que praticam extrativismo vegetal) e a seringa (43,2%), além de andiroba (5,0%), copaíba (2,4%), entre outros com menor frequência. A atividade de produção extrativista é desenvolvida ao longo de todo ano, porém, mais concentrada nos meses de fevereiro, março e junho a novembro. A principal dificuldade indicada pelos extrativistas em relação à comercialização é a avaliação que o preço não compensa (59,2%), seguida da falta de transporte (14,7%), a distância do mercado (8,7%) e a dificuldade de conservação (7,8%). Ou seja, a dependência da comercialização na própria unidade representa uma limitação na melhoria da posição de barganha do preço em relação aos preços.

Mais da metade dos responsáveis familiares entrevistados (53,5%) informou que sua família desenvolveu atividade pesqueira em 2013. A principal espécie pescada é o surubim (36,3%), seguido do pacu (10,4%), do matrinxã (7,9%), entre um grande número de outras espécies. A atividade pesqueira é realizada por membros da família, ocorrendo durante todo o ano, com maior concentração em junho e julho. Os entrevistados relatam que problemas relacionados com a dependência da comercialização no local, como o preço baixo pago pelos compradores (16,2%), dificuldades de armazenamento (3,4%) e distância (1,5%) parecem ter menor peso do que problemas de produção, como a chuva, sol, insolação (38,1%), escassez de peixes (4,2%), perda ou falta de materiais de pesca (3,8%), entre outros motivos. Aparentemente, a comercialização de pescado é avaliada como mais vantajosa financeiramente para os pescadores (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Complementando as atividades produtivas, aquelas de origem vegetal foi informada por 45,0% dos responsáveis familiares relativamente ao ano de 2013. O principal produto cultivado é o feijão (53,9%), seguido da mandioca (23,7%), milho (8,5%), melancia (6,4%), banana (3,1%), entre outros cultivos, principalmente de frutas. Quanto à comercialização dos produtos agrícolas, as principais dificuldades relatadas foram os preços baixos pagos pelos compradores, a distância dos locais de compra dos produtos, a exigência de qualidade dos produtos pelos compradores, a falta de transporte, entre outras. Estes aspectos também estão relacionados com a falta de produtividade dos cultivos e à distância dos mercados (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Quanto a atividade pecuária, o relatório de Oliveira *et al.* (2017) informou separadamente o que foi chamado de criação animal, sendo indicada por apenas 6,7% dos responsáveis familiares entrevistados, dos quais a metade (51,6%) pratica a

produção de aves e 25,8% de ovinos. O rebanho da pecuária, considerando toda a atividade de criação de animais, é muito reduzido, sendo composto por 360 aves, aproximadamente 220 caprinos e 65 suínos, além de 118 cabeças de bovinos.

O artesanato foi informado como atividade por 6,2% dos responsáveis familiares entrevistados, utilizando diversas matérias primas locais, como cipó (31,0%), madeira (18,4%), folha de palmeira (12,6%), barro (10,3%), fibras (8,0%), e outros (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Apenas três responsáveis familiares informaram ter realizado extração de madeira, sendo extraídas a maçaranduba, o angelim, a ituana e o lacre, sendo a madeira utilizada para reparos e construção de moradia (66,7%), fabricação de móveis (16,7%) e fabricação de embarcações (16,7%)(OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Os implementos e equipamentos que as famílias da RESEX possuem para desenvolver suas atividades produtivas e para o seu deslocamento são muito simples, resumindo-se a veículos de transporte fluvial, principalmente canoas, além de kit de coleta de seringa, rádio de comunicação, motosserra, motor de farinha, enxadas e outros instrumentos de trabalho. As benfeitorias se resumem a galinheiro (51,6%) e casa de farinha (36,9%), além de outras em quantidade muito reduzida (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Somente 18,6% dos responsáveis familiares com atividades produtivas informaram ter recebido assistência técnica, principalmente da empresa estadual de ATER e cooperativas, em menor proporção (OLIVEIRA *et al.*, 2017).



Figura 18. Moradores da RESEX do Médio Purus Transportando Mudas de Mandioca. (Fonte: Andrade, 2016 – Foto tirada na pesquisa de campo de 2014)

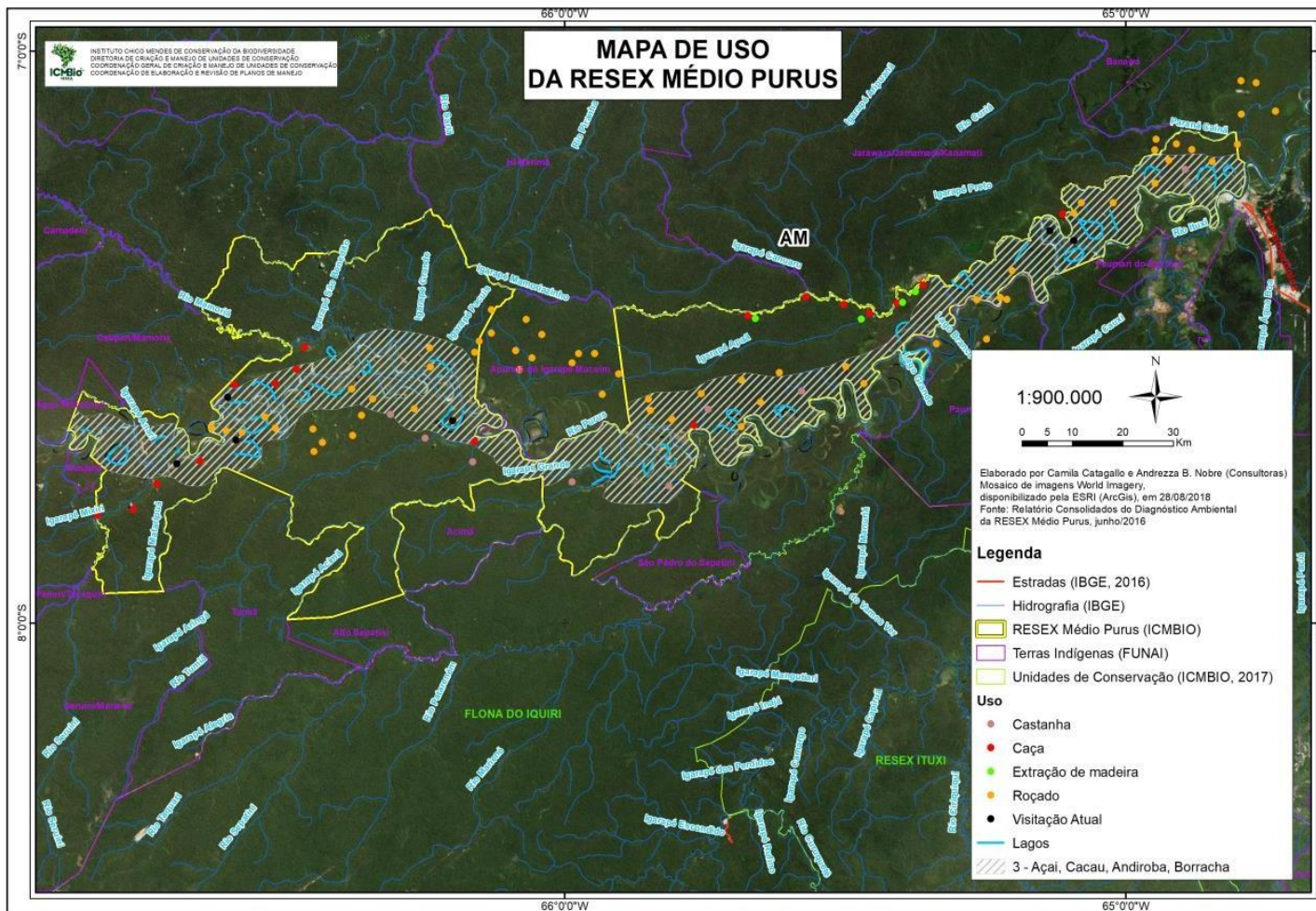


Figura 19. Mapa de usos da RESEX do Médio Purus.

4.3.5. Renda

Considerando as atividades produtivas levantadas, a principal ocupação da população da RESEX está ligada às atividades agrícolas e extrativas, além de algumas outras atividades de serviços em reduzida proporção. Entre os responsáveis familiares, 39,3% informaram como principal ocupação agricultor, 20,9% pescador, 20,6% dona de casa, 5,7% seringueiro, 5,5% trabalhador em extrativismo vegetal, 2,6% autônomo, além de diversas outras ocupações incluindo funcionários públicos, professor, comerciante, carpinteiro, artesão, e outras diversas ocupações (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Considerando a reduzida rentabilidade das atividades produtivas, a maioria das famílias tem acesso a programas governamentais, com 48,7% das famílias sendo beneficiárias do Programa Bolsa Família, 25,3% do programa Bolsa Verde, 18,2% com aposentadoria e outros auxílios previdenciários e 2,4% com seguro defeso. A renda mensal informada pelos responsáveis familiares em 2014 obtida pelos benefícios e programas sociais, entre os que recebiam este tipo de benefício, era de até meio salário mínimo em 68,3% das famílias e de $\frac{1}{2}$ a um salário mínimo em 25,7% (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A renda mensal das famílias apurada pelo estudo em 2014, considerando todas as fontes, pode ser considerada muito baixa, predominando o rendimento mensal até um salário mínimo por família (67,4%) (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

4.3.6. Organização social

Segundo dados de Oliveira e colaboradores (2017), a população da RESEX possui um grau de organização incomum em situações similares em outras unidades de conservação. As entidades que congregavam maior número de participantes eram as associações de produtores (28,4%) e as associações de moradores (20,1%), seguida da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus ATAMP (11,5%), entidade que congrega as associações do conjunto de comunidades que fazem parte da RESEX. Colônia e associações de pescadores também são formas de organização presentes na RESEX, assim como sindicatos, associação de seringueiros e cooperativas, que poderiam ser agrupadas na categoria de associações de produtores. Ou seja, a organização social na RESEX se dá, predominantemente, com referência aos diferentes tipos de atividades produtivas. Quanto às três instituições consideradas mais presentes na RESEX, os responsáveis familiares apontaram o ICMBio (48,1%) e também a igreja (27,4%), tendo em vista a participação destas instituições na criação e implementação da RESEX. Foram mencionados também a Prefeitura Municipal (9,7%), o IBAMA (4,8%), o IDAM (4,0%), o INCRA (2,2%) seguido de outras instituições e organizações menor frequência de indicações.

4.3.7. Condição de inserção da RESEX e do seu entorno

A estrutura econômica regional na qual a RESEX do Médio Purus está inserida pode ser classificada como rural de expansão da fronteira agrícola, processo que de certa forma foi detido ou refreado pela presença de grande número de áreas legalmente protegidas, incluindo unidades de conservação ambiental e terras indígenas (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A economia regional está ligada à atividade agropecuária e extrativa, mas com baixa densidade de ocupação e reduzida agregação de valor à atividade produtiva, fruto de uma pecuária extensiva e de grandes áreas utilizadas para extrativismo vegetal, pesca e agricultura rudimentar. Essa situação de inserção econômica regional confere uma condição diferenciada para a relação da RESEX com a estrutura econômica do entorno. Em primeiro lugar, por estar inserida em um mosaico de áreas protegidas, a região conta com nucleações urbanas pouco estruturadas nas sedes municipais e um considerável número de pequenas comunidades e famílias dispostas ao longo do rio Purus, apenas com serviços básicos ou nem isso. Em segundo lugar, a área de entorno, em função do elevado grau de proteção de áreas, não tem perspectiva de realizar o processo típico que marcou outras áreas que não contaram com este tipo de obstáculo, em que foi conduzido um adensamento populacional e desenvolvimento de maior infraestrutura de rodovias e energia, oferecendo um ciclo de desenvolvimento econômico proporcionalmente maior. Ou seja, no entorno da RESEX, não há este processo de adensamento de ocupação e renda, cumprindo seu papel de controlar a expansão da fronteira agrícola, mas também restringindo as alternativas de desenvolvimento econômico local, tendo em vista o padrão de ocupação e uso do solo preponderante (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Outra condição diferenciada da RESEX do Médio Purus é dada pela motivação de sua instituição, visto que a demanda de instituição da unidade foi da própria população residente, que identificou na constituição de uma reserva extrativista uma proteção para sua atividade produtiva e seu modo de vida, tanto da exploração do trabalho e grilagem de terras, quanto da exclusão das áreas pela instituição de novas terras indígenas. Na base da criação da RESEX do Médio Purus, portanto, está a busca de garantia de acesso à terra e aos recursos naturais que são indispensáveis para a população residente, constituída de mais de quatro mil pessoas, manter seu modo de vida e permanecer explorando estas áreas. Parte deste objetivo foi atingido com a criação da RESEX, com a entrega do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), legitimando o uso da terra e dos recursos naturais pelos comunitários que residem na UC. As CCDRU foram emitidas para as associações de cada unidade, envolvendo a participação do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), com a mediação do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM) e da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM), além dos órgãos responsáveis. A partir deste contrato os moradores legitimamente reconhecidos como residentes na

unidade poderão dispor de documentação comprobatória de sua condição de moradia, com direitos para o uso dos recursos naturais da RESEX nos termos do Plano de Utilização, Plano de Manejo e demais instrumentos regulatórios, bem como a legislação vigente. Tal documentação comprobatória pode ser utilizada em outros contratos, inclusive de crédito ou de contratação de serviços ou outros recursos (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

As famílias beneficiárias, que constituem a população tradicional da RESEX, serão homologadas pelo Conselho Deliberativo, com o apoio da Concessionária e de acordo com o Perfil da Família Beneficiária estabelecido em portaria pela Concedente (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Assegurada a condição de posse e acesso aos recursos naturais, se colocam desafios e oportunidades para a gestão da RESEX do Médio Purus, no que se refere à estruturação de uma economia comunitária capaz de manter e dar qualidade de vida à população residente na Unidade (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Conforme foi visto no diagnóstico, o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, apesar de boas experiências com o manejo do pirarucu, por exemplo, ainda depende de aumento da produtividade do trabalho, estruturação de sistemas produtivos sustentáveis e acesso competitivo a mercados que remunerem o diferencial da produção local (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A RESEX do Médio Purus tem como fator positivo na busca de uma estruturação econômica sustentável e suficiente para assegurar qualidade de vida mínima à população residente, a capacidade de mobilizar um grande número de instituições e apoios, que marcou a história da RESEX até o presente e que precisa assumir um papel protagonista e criativo no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, capacitação da população residente e agregação de valor ao trabalho dos extrativistas, pescadores e produtores residentes na Unidade (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

5. VISÃO DA RESEX DO MÉDIO PURUS

A definição de uma visão tem o propósito de estabelecer a condição ideal desejável para a RESEX e seus beneficiários em um tempo adiante, possibilitando estabelecer os passos para o cumprimento de seus objetivos específicos. Ainda, a visão deve ser construída pensando no alcance dos objetivos em relação aos alvos de conservação estabelecidos, traduzida da forma mais simples possível para facilitar a compreensão e o seu cumprimento.

Sendo assim, com os subsídios dos dados de diagnóstico e com base nas reflexões feitas nas reuniões ampliadas para discussão do Plano de Manejo da RESEX, junto com os comunitários, integrantes do conselho deliberativo e gestores e analistas do ICMBIO, foi estabelecida e consolidada a seguinte visão para a RESEX do Médio Purus:

“Ser referência na gestão participativa, no manejo e uso sustentável dos recursos naturais na região do médio Purus, com organização comunitária fortalecida, que assegure o modo de vida tradicional e a melhoria da renda das famílias presentes e das futuras gerações, por meio da diversificação e comercialização de produtos agroextrativistas, em harmonia com as áreas protegidas do entorno, garantindo a conservação da Unidade”.

6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O estabelecimento de objetivos específicos auxilia e orienta a gestão da RESEX, uma vez que são oriundos de um conjunto de informações norteadoras trazidas nos artigos correspondentes do SNUC, no Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico, e em todo o processo de planejamento participativo. E ainda, dentre esses elementos norteadores, ressalta-se o objetivo geral da RESEX do Médio Purus, especificadas no Art. 2º do Decreto de Criação de 08 de maio de 2008: *“A Reserva Extrativista do Médio Purus tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas comunidades de Acimã, Ajuricaba, Alcântara, Bananal, Barranco do Bosque, Bela Rosa, Boa União, Boca do Ituxi, Boca do Mamiruaá, Buraco, Cacau, Cachoeira do Ilário, Caciañã, Cacuriã, Capacini, Ermida, Espírito Santo, Estação, Gaivota, Jucuri, Juruquá, Jutari, Laranjeira, Maciari, Maloca, Materipuã, Miracema, Nova Morada, Novo Brasil, Pacoval, Porangaba, Praia da Sacada, Praia do Santarém, Praia do Sapatini, Pupuri, Quissia, Realeza, Recanto, Remanso, Samaúma, Samoará, Santa Cândida, Santa Fé, Santa Rosa, Santo Vitório, São José, São Luis, São Paulo, Tamacuru, Várzea Grande e demais comunidades incidentes na sua área de abrangência”.*

Desta forma, o planejamento das ações estratégicas e dos programas da RESEX do Médio Purus devem considerar o alcance de todos os objetivos específicos construídos e descritos a seguir:

1. Promover e valorizar o conhecimento e a cultura das comunidades tradicionais da RESEX do Médio Purus, envolvendo-as na sua gestão e buscando o seu fortalecimento social e cultural;
2. Buscar a estruturação econômica da RESEX do Médio Purus, através do manejo sustentável dos recursos naturais, visando a segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida da sua população beneficiária;
3. Fortalecer o protagonismo criativo e a organização social para o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, visando a autonomia e continuidade das atividades produtivas das famílias beneficiárias da RESEX do Médio Purus;
4. Promover a conservação dos recursos naturais da RESEX do Médio Purus, com destaque para os quelônios, espécies caçadas, pescado, floresta de terra firme e de várzea;
5. Fortalecer e consolidar o agroextrativismo, por meio do desenvolvimento local e regional das diferentes cadeias produtivas da sociobiodiversidade, com destaque para a castanha (*Bertholletia excelsa*), andiroba (*Carapa guianensis*), copaíba (*Copaifera multijuga*), açaí (*Euterpe precatória*), bacabinha (*Oenocarpus minor*), bacuri (*Garcinia madruno*), cacau (*Theobroma cacao*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*);

6. Assegurar a conservação dos recursos hídricos do interior da RESEX, especialmente do rio Purus e seus mais de 200 lagos, furos, igarapés e igapós, bem como dos complexos ecossistemas associados, onde ocorrem florestas de várzea e chavascais;
7. Assegurar a conservação dos estoques pesqueiros de interesse comercial e alimentar presente no sistema hídrico da RESEX do Médio Purus, especialmente de espécies como o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*), dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), tambaqui (*Colossoma macropomum*) e filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*);
8. Assegurar a continuidade e aprimoramento do Manejo Participativo e Comunitário do Pirarucu na RESEX do Médio Purus, buscando melhorias na comercialização do pescado, aplicação de novas tecnologias e fortalecimento das ações conjuntas entre as famílias beneficiárias;
9. Garantir a manutenção das populações viáveis de quelônios (tracajá *Podocnemis unifilis*, tartaruga-da-Amazônia *Podocnemis expansa*, iaçá *Podocnemis sextuberculata* são alguns exemplos) bem como a proteção dos sítios de reprodução (tabuleiros), com a participação das comunidades locais e áreas protegidas limítrofes, em especial a FLONA do Iquiri e a RESEX do Ituxi;
10. Garantir a conservação das espécies da fauna com ênfase nas espécies cinegéticas (ex. paca *Cuniculus paca*, porquinho *Tayassu tajacu*, anta *Tapirus terrestris*, quelônios *Podocnemis spp.*, inhambús *Tinamus spp* e *Crypturellus spp* e outras) e espécies ameaçadas (ex. tucano-grande-de-papo-branco *Ramphastos tucanus*, tiriba-do-madeira *Pyrrhura snethlageae*, Ariranha *Pteronura brasiliensis*, Onça-pintada *Panthera onca*, Suçuarana *Puma concolor* e outras), incluindo a proteção de suas áreas de reprodução;
11. Incentivar o desenvolvimento de pesquisas científicas na RESEX do Médio Purus, com prioridade àquelas que busquem preencher suas lacunas de conhecimento e responder aos seus desafios de gestão, que contribuam para a manutenção dos alvos de conservação da biodiversidade, e que promovam a geração de tecnologias para o uso sustentável dos recursos naturais;
12. Compor um grande contínuo de vegetação preservada, que conserva parte singular e megadiversa da biota Amazônica, consolidando e conservando um conjunto de unidades de conservação do Interflúvio Purus-Madeira, mantendo a conexão com as terras indígenas e outras áreas protegidas limítrofes.

7. MODELO CONCEITUAL

O modelo conceitual é um diagrama proposto no método de “Padrões Abertos para a Prática da Conservação” que sistematiza a gestão de um território, apresentando de forma organizada as relações causais que influenciam o ambiente e as comunidades que o compõem.

Neste diagrama, que orienta o planejamento estratégico do plano de manejo constam os alvos de conservação, seus serviços ecossistêmicos prestados e os alvos de bem-estar social produzidos. Além das ameaças diretas mais relevantes aos alvos de conservação, os fatores que as influenciam e as estratégias de conservação propostas para solução, contenção ou minimização de seus efeitos.

Com tais elementos se constrói um modelo sistêmico e complexo que se propõe estruturar as informações mais relevantes sobre o território da UC, visando sempre a conservação ambiental e o incremento da qualidade de vida local. Nesse modelo, é possível identificar os pontos de intervenção em que é possível desenvolver estratégias que influenciarão aqueles fatores e, ainda, indicar quais dos fatores são os mais importantes para intervir e monitorar.

Abaixo, é apresentado um resumo dos elementos que compõe esse modelo conceitual:

Alvos de Conservação/ Biodiversidade: componentes da biodiversidade da área do projeto que serão o foco do planejamento. Pode ser um ecossistema, um processo ecológico, espécies (ou o conjunto de) que se deseja ou se necessita conservar. Entende-se também que a conservação da biodiversidade é condição para a manutenção do modo de vida tradicional, desde que haja harmonia entre o ambiente, comunidade e gestão. Os alvos representam a base para estabelecer os objetivos de conservação da UC.

Serviços Ecossistêmicos: Estão relacionados aos alvos de conservação e entende-se como serviços básicos, oferecidos por espécies ou ecossistemas, que beneficiam a população humana. Por exemplo: a disponibilidade de alimentos, remédios naturais, fibras, combustíveis, água, oxigênio, a garantia do bom funcionamento dos processos naturais como o controle do clima, a purificação da água, os ciclos de chuva, o equilíbrio climático, o oxigênio para respirarmos, a fertilidade dos solos e a reciclagem dos nutrientes necessários, por exemplo, para a agricultura, dentre outros serviços.

Alvos de bem-estar social: Baseado na Avaliação Ecossistêmica do Milênio (CMP, 2003), são as condições necessárias para uma vida digna para a população humana, a partir da existência dos recursos naturais (alvos de conservação/biodiversidade). Como exemplo temos: saúde, turismo e recreação, segurança alimentar, manutenção do modo de vida tradicional, geração de renda, infraestrutura e emprego e renda.

Ameaça Direta: Ações humanas ou fenômenos naturais agravados por atividades antrópicas, que de maneira direta afetam um ou mais alvos de conservação/biodiversidade.

Fatores contribuintes: São os fatores motores ou impulsionadores, incluindo ameaças indiretas, as oportunidades e os atores associados.

Estratégias: Conjunto de ações e atividades com foco na redução das ameaças aos alvos.

O Modelo Conceitual da RESEX do Médio Purus é resultado da compilação dos modelos que foram sendo construídos em diferentes momentos e etapas do planejamento da UC como na Oficina de Capacitação no método Padrões Abertos (2013) na Oficina de Capacitação em Consolidação do Diagnóstico (2015), na Reunião Ampliada do Conselho Deliberativo realizada em 2018 (Figura 20) e, por fim, consolidado na Oficina de Estruturação do Planejamento (2018), conforme apresentado na Figura 21.



Figura 20. Um dos grupos discutindo as ameaças e fatores contribuintes para construção do modelo conceitual da RESEX do Médio Purus durante reunião ampliada do Conselho, em Lábrea/AM (agosto/2018).

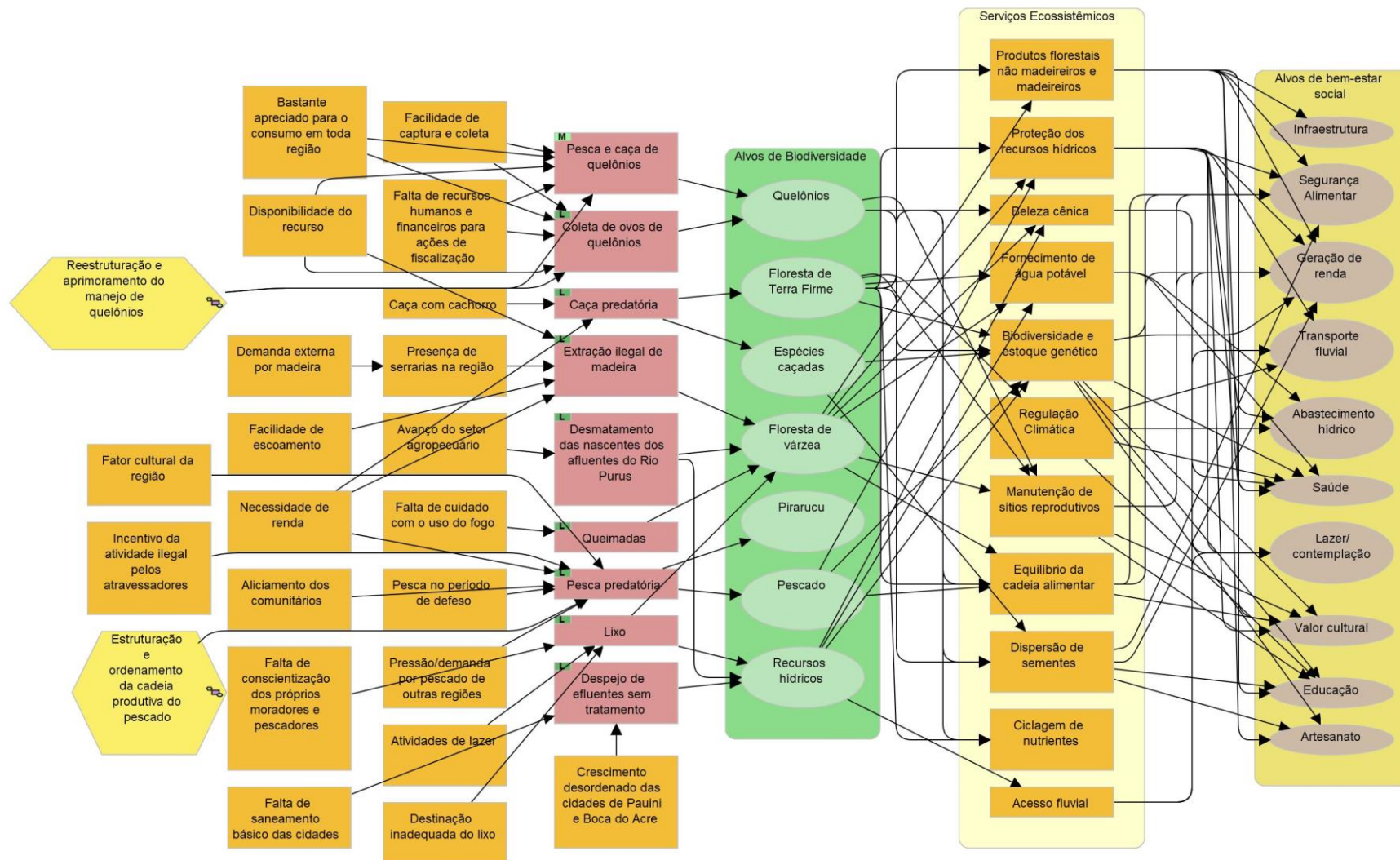


Figura 21. Modelo conceitual da RESEX do Médio Purus, contemplando alvos de conservação e bem-estar social, serviços ecossistêmicos, ameaças (caixas rosas), fatores de influência (caixas laranjas à esquerda da figura) e estratégias de ação (caixas amarelas à esquerda da figura).

7.1. Descrição dos alvos de biodiversidade e seus objetivos

A partir da consolidação do modelo conceitual da RESEX do Médio Purus, definiu-se sete alvos de biodiversidade/conservação: 1. Quelônios; 2. Floresta de Terra Firme; 3. Espécies caçadas; 4. Floresta de várzea; 5. Pirarucu; 6. Pescado; 7. Recursos hídricos.

Cada um dos alvos de biodiversidade/conservação foi descrito e definido seus objetivos. Os alvos escolhidos representam os componentes da biodiversidade da RESEX como os ecossistemas, espécies ou processos ecológicos que possuem importância para a UC tanto no quesito ecológico/ambiental quanto econômico, e ainda consideram àqueles que apresentam algum tipo de fragilidade frente às possíveis ameaças a RESEX. Esses alvos serviram de base para o planejamento das ações de manejo e conservação na RESEX.

Seguem abaixo suas descrições e objetivos:

1. Quelônios

O interflúvio é região de ocorrência de seis possíveis espécies de quelônios: tartaruga-de-cabeça-grande *Peltocephalus dumerilianus*, tartaruga-da-amazônia *Podocnemis expansa*, iacá *Podocnemis sextuberculata*, tracajá *Podocnemis unifilis*, jabuti *Chelonoidis denticulata* e cágado *Rhinemys rufipes*. As espécies do gênero *Podocnemis* estão categorizadas como “VU - Vulnerável”, segundo a UICN (2015). Os quelônios são considerados alvos de biodiversidade/conservação bastante relevante em virtude de serem alvos de caça para subsistência de comunidades que vivem associadas aos lagos, rios e igarapés amazônicos, não sendo diferentes para os residentes da RESEX do Médio Purus, que já há muitos anos desenvolve o manejo para conservação dessas espécies, através do Projeto Quelônios da Amazônia (PQA), acontecendo muitos anos antes mesmo da criação da RESEX em 2008. No Rio Purus, estão concentrados inúmeros lagos, praias e igarapés, ambientes férteis para a reprodução de peixes e quelônios, que desenvolvem com o ambiente uma relação de cumplicidade na utilização de suas praias como “tabuleiros” para reprodução. Para os comunitários há um entendimento de que a proteção do alvo “quelônios” implica na proteção e conservação das praias e tabuleiros, e, seguindo a lógica de espécie guarda-chuva², abarca a proteção e conservação de outras espécies associadas, inclusive o Peixe-Boi.

O objetivo desse alvo é garantir a manutenção das populações viáveis de quelônios, proteção dos sítios de reprodução, em conjunto com as áreas protegidas limítrofes em especial a FLONA do Iquiri e RESEX do Ituxi.

² Definição de espécie guarda-chuva, segundo Simberloff (1998): é o termo que designa aquelas espécies que requerem amplos territórios e, portanto, espera-se que a sua proteção garanta a sobrevivência de outras espécies que compartilham tais territórios.

2. Florestas de Terra Firme

Esse alvo considera as formações florestais que ocupam terras em áreas não inundáveis, no caso da RESEX, os ambientes de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, que corresponde à 51,71% da superfície da UC ou 312.439 hectares. No entanto, as ameaças são pouco críticas, visto que em cerca de 99,20% não foram registradas alterações significativas na paisagem que distinguissem perturbações no estado da vegetação, com substituição ou uma mudança de uma floresta para o estado de não-floresta. Além disso, as poucas alterações geralmente ocorrem nas áreas ao longo do rio Purus, ou seja, em florestas aluviais. Entre as espécies amostradas na UC, merece destaque 2 espécies que foram registros únicos para esta unidade, sendo eles: *Solanum tegore* (Solanaceae) e *Pourouma cecropiifolia* (Urticaceae). Protegendo esse alvo, a RESEX protege também seus recursos florestais madeireiros, dentre estas, o cedro e a virola ou ucuúba que são as espécies madeiras classificadas como vulneráveis, segundo a lista atualizada pela portaria MMA Nº 443, de 17 de Dezembro de 2014 (BRASIL, 2014); bem como seus recursos florestais não-madeireiros como as espécies de açaí, castanha, andiroba, copaíba, bacabinha, bacuri, cacau, cupuaçu e outros.

O objetivo ou meta a ser alcançada para esse alvo de biodiversidade/conservação é a manutenção da sua integridade e conectividade considerando as diferentes fisionomias florestais existentes, de seus serviços ecossistêmicos, no que se refere a qualidade do solo, águas e ar, bem como seus padrões de diversidade. E ainda, viabilizar os usos múltiplos da Floresta de forma sustentável.

3. Espécies caçadas

Esse alvo diz respeito há alguns grupos de fauna que possuem espécies apreciadas como fonte proteica e, por isso, são comumente caçadas, sendo chamadas também de espécies cinegéticas. Essas espécies estão associadas principalmente aos quelônios, algumas espécies de aves e grandes mamíferos. Quanto aos quelônios, a sua descrição já está tratada em um item específico como alvo de biodiversidade/conservação. Algumas espécies citadas no Relatório de Mapeamento Participativo das áreas de uso da RESEX (ICMBio, 2018d) são: paca, queixada, porquinho, tatu, cutia, anta, veado, macaco, zé prego, onça, capivara, bandeira, jacaré, quelônios; algumas aves como o mergulhão, marreca, manguari, inhambú, mutúm, jacú, pato, arara, aracuan, juriti, gavião. Quanto ao peixe-boi *Trichechus inunguis*, espécie listada globalmente como 'Vulnerável', há indicações da sua ocorrência na RESEX, mesmo que apenas por informação. Na RESEX do Médio Purus a atividade de caça para subsistência não é diferente, moradores de diferentes comunidades descrevem a prática de caça praticamente o ano todo e até então estava sendo regulada através de seu Plano de Utilização (BRASIL, 2012).

Sendo assim, como objetivo desse alvo considera-se proteger e manter estáveis as populações sensíveis à pressão e à caça, considerando manter a integridade dos ambientes de forrageamento e nidificação.

4. Floresta de várzea

Esse alvo considera as formações florestais que ocupam terras em áreas sujeitas às inundações naturais periódicas, fortemente marcada pelo regime hídrico do rio Purus e principais lagos. Composta basicamente por Floresta Ombrófila Densa Aluvial e Floresta Ombrófila Aberta Aluvial, o que corresponde à 45,64% da superfície da UC ou 275.782 hectares. Apesar das ameaças serem pouco críticas, ou seja, uma porcentagem pequena da área da RESEX sofre perturbações, quando estas ocorrem, geralmente afetam as Florestas de várzea, aquelas que ocorrem nas áreas ao longo do rio Purus. Nessas florestas os comunitários registram algumas espécies que fazem uso madeireiro para construções de casas, canoas, etc. Com relação aos recursos não madeireiros, destaca-se o uso de açaí, abacaba, patoá, buriti, coco de murumuru, urucuri, pupunha, tucumã e outros. Protegendo esse alvo, a RESEX protege também seus recursos florestais madeireiros e não madeireiros. Além disso, conservando a Floresta de várzea, há a proteção de importantes áreas para a reprodução e manutenção de diversas espécies da fauna.

Tratando de possíveis manejos florestais nessa Floresta, é importante considerar a fragilidade ambiental desse ecossistema, muito em virtude da complexidade do arranjo ecológico que a compõe.

O objetivo ou meta a ser alcança para esse alvo de biodiversidade/conservação é a manutenção da sua integridade e conectividade considerando as diferentes fisionomias florestais existentes, de seus serviços ecossistêmicos, no que se refere a qualidade do solo, águas e ar, bem como seus padrões de diversidade. E ainda, proteger, de forma indireta, a biodiversidade associada a esses ambientes.

5. Pirarucu

O pirarucu *Arapaima gigas* é uma espécie de pescado de grande relevância para a economia local. Envolve, entre inúmeros processos e arranjos, mobilização social para o manejo, gera recursos financeiros para as comunidades e viabiliza práticas locais de ordenamento do território. As atividades de manejo do pirarucu realizadas na RESEX, desde 2013, podem ser consideradas uma das mais corretas bases sustentáveis, com eixos econômicos, ecológicos e sociais bem definidos, se diferenciando de todas as UC de uso sustentável e servindo de exemplo para as UC estaduais e federais do Interflúvio Purus-Madeira.

Foram capturados na RESEX do Médio Purus, no ano de 2017, 214 indivíduos de pirarucus, o que corresponde um total de 14.785 kg de pirarucu inteiro eviscerados, resultando numa receita líquida de R\$ 61.620,00. O total de comunitários beneficiados

com a pesca de pirarucu na RESEX do Médio Purus em 2017 foi de um total de 71 famílias beneficiadas.

Atualmente há 14 lagos autorizados pelo IBAMA para manejo do Pirarucu.

Sendo assim, espera-se como objetivo desse alvo, assegurar a conservação dos estoques viáveis de pirarucu *Arapaima gigas* para alimentação e comercialização pelas famílias beneficiária da UC.

6. Pescado

O alvo de conservação “pescado” refere-se aos recursos pesqueiros das atividades tanto de pesca artesanal e comercial, sendo determinante para demanda de subsistência das comunidades e a oportunidade potencial para melhoria de renda e da qualidade de vida das comunidades. Segundo informações do diagnóstico ambiental da RESEX, os peixes mais pescados e comercializados na região são o surubim *Pseudoplatystoma fasciatum*, caparari *P. tigrinum*, dourada *Brachyplatystoma rousseauxii*, piramutaba *B. vaillantii*, tambaqui *Colossoma macropomum* e filhote *B. filamentosum*, considerados de primeira linha. Os pacus *Myleus* e *Mylossoma*, curimatã *Prochilodus nigricans*, jaraqui, *Semaprochilodus* sardinha *Anchoviella jamesi* e *Triportheus*, apaiari *Astronotus ocellatus*, Pescada *Plagiosciom squamosissimu*, acari-bodó *Ancistrus*, *Panaque* e *Hypostomus*, comercializados como espécies “de segunda”. Por último tem as espécies consideradas economicamente como “de terceira”: branquinha *Curimata* e *Curimatella*, o aruanã *Osteoglossum bicirrhosum*, traíra *Hoplias malabaricus*, pirarara *Phractocephalus hemiliopterus* e piranha *Serrasalmus rhombeus*.

O rio Purus é um dos principais fornecedores de pescado para a região do baixo Amazonas e os quase 200 lagos existentes na RESEX esta apresenta elevada importância tanto na manutenção da diversidade da ictiofauna, como para a pesca, um dos principais meios de sobrevivência dos seus moradores, inclusive com o manejo do pirarucu.

A atividade de pesca é praticada por todos os moradores da RESEX sendo fonte de alimentação para as famílias. A utilização de recursos da ictiofauna de forma sustentável pelas comunidades tradicionais inseridas na região até então era favorecida pelo Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Médio Purus, agora substituída pelas normas do presente Plano de Manejo. Para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira nas águas da RESEX é importante o respeito ao período de defeso.

Sendo assim, espera-se como objetivo desse alvo, assegurar a conservação dos estoques pesqueiros de interesse comercial e alimentar, protegendo, também, os ecossistemas a estes associados.

7. Recursos hídricos

Considerando os grandes tributários do rio Amazonas, a área da RESEX do Médio Purus está inteiramente incluída na bacia do rio Solimões e intersecta 10 bacias de nível 5, segundo a classificação das Otto Bacias. O interior da RESEX compreende 18.580 hectares com lâmina d'água, o que representa apenas 3% da sua área, incluindo, porém, um total de 117 corpos hídricos. Os principais rios da RESEX, inseridos total ou parcialmente, são rios Rio Mamoriá, Rio Purus e Rio Sepatini. É uma área fortemente marcada pelo regime hídrico do rio Purus e principais lagos, onde ocorrem florestas de várzea e chavascas, em platôs e terraços, florestas de terra firme.

A conservação destes ecossistemas complexos e diversos precisa ser conciliada com os usos atuais e potenciais por parte da comunidade residente, especialmente em relação aos tabuleiros de desova de quelônios e aos canais de acesso. O rio Purus é um dos principais fornecedores de pescado para a região do baixo Amazonas, bem como seus lagos existentes que apresentam elevada importância tanto na manutenção da diversidade da ictiofauna, como para a pesca, um dos principais meios de sobrevivência dos seus moradores, inclusive com o manejo do pirarucu.

Outro aspecto de grande relevância é a manutenção da qualidade dessas águas para o uso e consumo pelas famílias beneficiárias, visto que a água dos rios e igarapés é a principal fonte desse recurso para as atividades e usos das comunidades da RESEX.

Portanto o objetivo desse alvo é a manutenção da integridade de toda essa rede de drenagem formada por igarapés, igapós, rios, nascentes, e seus quase 200 lagos, com atenção também para as nascentes dos afluentes do Rio Purus (margem direita), bem como manter a qualidade da água dos corpos hídricos, se atentando a falta de saneamento básico e despejo de efluentes sanitários vindos das cidades de Pauini e Boca do Acre no estado do Amazonas.

7.2. Serviços Ecosistêmicos

Conforme mencionado, os serviços ecosistêmicos podem ser entendidos como serviços básicos, oferecidos por espécies ou ecossistemas, que beneficiam a população humana. Como exemplo de serviços ecosistêmicos temos a disponibilidade de alimentos, remédios naturais, fibras, combustíveis, água, oxigênio, a garantia do bom funcionamento dos processos naturais como o controle do clima, a purificação da água, os ciclos de chuva, a fertilidade dos solos e a reciclagem dos nutrientes necessários, por exemplo, para a agricultura, dentre outros serviços.

Dessa forma, para a RESEX do Médio Purus identificou-se que os alvos de biodiversidade/conservação prestam inúmeros Serviços Ecosistêmicos, entre os quais foram destacados:

1. Produtos florestais não madeireiros e madeireiros: recursos advindos do manejo sustentável da Floresta, colocando em evidência a função da UC como banco genético de espécies da flora podendo ser utilizada como fonte de renda para a população residente na região, bem como para subsidiar infraestrutura necessária (barcos, casas, etc.);
2. Proteção dos recursos hídricos: Todo o sistema hídrico protegido na RESEX, incluindo nascentes de rios, igarapés, igapós, lagos contribui para a manutenção da qualidade das águas, bem como de toda biodiversidade a ele associada. Somada a proteção do complexo hídrico, a proteção das Florestas, em especial a vegetação aluvial, florestas de várzeas e chavascais, também está relacionada à conservação dos fluxos hídricos e a qualidade das águas, fatores importantes para todas as comunidades residentes na região.
3. Beleza Cênica: Este serviço, ligado aos alvos de conservação florestas de várzea, recursos hídricos e quelônios (em virtude das praias e tabuleiros) relaciona-se às diferentes oportunidades que esses ambientes oferecem para o desenvolvimento das atividades de lazer, recreação e turismo. Esses locais de grande beleza cênica são também de grande importância educacional, possibilitando um turismo ecológico e educação ambiental. Isso tudo pode contribuir para a geração de alternativas de renda para as famílias beneficiárias da UC e, também, do seu entorno.
4. Fornecimento de água potável: Todo o sistema hídrico da RESEX favorece o fornecimento de água de boa qualidade, bem como uma grande disponibilidade hídrica;
5. Biodiversidade e estoque genético: Este serviço ecossistêmico está diretamente ligado a todos os alvos de conservação definidos para a RESEX, para manutenção da diversidade genética e da qualidade dos ambientes naturais. A manutenção dessa diversidade na RESEX beneficia direta e indiretamente um número significativo de pessoas no contexto local e regional. Ainda, a extensão das florestas conservadas na UC mantém a qualidade e a estabilidade de solo, água e ar, e possui grande importância ecológica, principalmente devido aos serviços ecossistêmicos de suporte (ciclagem de nutrientes, produção primária) e de regulação (ex. como polinização), além de provisão para a fauna.
6. Regulação climática: Este serviço ecossistêmico é fundamental para conservação da biodiversidade, assim como da manutenção do bem-estar das famílias beneficiárias da RESEX e de seu entorno. Sendo assim, perturbações significativas dos alvos a ele relacionados como o desmatamento, queimadas, extração de madeira não sustentável, poluição dos recursos hídricos, entre outros, pode influenciar significativamente a regulação dos diferentes microclimas da RESEX e em situações extremas, o clima regional.

7. **Manutenção dos sítios produtivos:** A proteção dos alvos a ele relacionados, tais como as Florestas de Terra Firme e de várzea, além dos quelônios, garantem a existência de ambientes adequados e propícios para reprodução de quelônios e de outros animais.
8. **Equilíbrio da cadeia alimentar:** Nos rios, florestas, espécies vegetais e da fauna estabelecem entre si e com o ambiente um relacionamento que garante não apenas a sobrevivência de todos, mas também a preservação dos recursos naturais oferecidos pelo meio em que vivem, sendo um deles as relações tróficas. Sendo assim, a conservação dos alvos identificados garante que essa relação permaneça estável e de maneira sustentável.
9. **Dispersão de sementes:** Um dos grandes e importantes serviços prestados pela fauna, desempenhando papéis fundamentais na dinâmica dos ecossistemas, influenciando diretamente na regeneração da vegetação. Muitos dos alvos identificados são dispersores naturais de várias espécies de vegetação nativa de importância socioeconômica para a comunidade da RESEX.
10. **Ciclagem de nutrientes:** A ciclagem de nutrientes, bem como a produção primária, a formação de solos, a polinização e a dispersão de sementes são classificados, segundo a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM), como um serviço ecossistêmico de suporte, ou seja, estão relacionados aos processos naturais necessários para que os outros serviços (de provisão, reguladores e culturais) possam existir. Esses serviços reguladores potencializam a produtividade primária e secundária da região.
11. **Acesso fluvial:** A proteção dos recursos hídricos e seus ecossistemas associados, tem relação direta com a acessibilidade/transporte fluvial no qual toda a família beneficiária depende.

7.3. Alvos de Bem-estar Social

A Avaliação Ecosistêmica do Milênio (CMP, 2003) define como bem-estar social o material necessário para uma vida digna; a saúde; as boas relações sociais; a segurança; e a liberdade de escolha. Essa definição é feita a partir da análise dos aspectos do bem-estar social que devem ser priorizados no contexto em estudo, considerando-se a relação e interferência que a saúde dos Alvos de Conservação/Biodiversidade pode exercer sobre os mesmos. E, dessa forma, para o planejamento da RESEX do Médio Purus, foram definidos 10 alvos de bem-estar social:

1. **Infraestrutura:** disponibilidade de recursos e itens básicos para infraestrutura, saneamento, condição de vida para comunidade;
2. **Segurança alimentar:** estoque de recursos disponíveis e suficientes;
3. **Geração de renda:** acesso, disponibilidade, legalidade, recursos florestais, alternativas econômicas;

4. Transporte fluvial: mobilidade dos beneficiários através dos rios, escoamento de produção, transporte de barcos, etc.
5. Abastecimento hídrico: fornecimento de água de boa qualidade;
6. Saúde: acesso aos serviços básicos, prevenção de doenças endêmicas;
7. Lazer/Contemplação;
8. Valor cultural: conhecimento dos valores culturais das comunidades e resgate das práticas tradicionais;
9. Educação: conhecimento da RESEX, seus atributos naturais, aspectos econômicos, impactos possíveis e outros;
10. Artesanato: através do uso de matéria prima advindo dos recursos florestais.

7.4. Principais ameaças

A metodologia dos Padrões Abertos para a prática da Conservação, define ameaça como “ações humanas que afetam direta ou indiretamente um alvo, ou podem ser fenômenos naturais acelerados ou agravados pelas ações humanas” (CMP, 2015).

A categoria desta UC permite certo grau de interferência antrópica na paisagem, visto que a subsistência das populações tradicionais baseia-se no extrativismo, na agricultura de subsistência, e ainda permite a exploração dos recursos madeireiros. Contudo, estas ações de manejo, quando não feitas de forma planejada e sustentável, podem alterar os ecossistemas e toda a sua cadeia, influenciando nas comunidades de organismos que nele habitam. Entretanto, respeitando essas ações de forma sustentável, é possível incentivar o extrativismo e o manejo dos recursos naturais como forma de conservar o meio ambiente, reduzir as possíveis ameaças e melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem na RESEX.

De maneira geral, os ambientes presentes na RESEX do Médio Purus estão em bom estado de conservação, especialmente o complexo lacustre e os tabuleiros, e com isso, as espécies estariam em boas condições de habitat e, conseqüentemente, preservadas. Requer atenção especial à algumas possíveis ameaças que possam ocorrer em virtude da proximidade às cidades de Lábrea e Pauini.

Ressalta-se o grande envolvimento da comunidade que vive na RESEX em manter esta reserva, rechaçando pressões externas de várias naturezas e que significariam uma perda na qualidade do ambiente e degradação dos processos ecológicos atuais.

Contudo, devem ser ressaltadas algumas pressões que agem sobre a biodiversidade da RESEX do Médio Purus, como é possível ver a seguir:

- 1. Pesca e caça de quelônios³:** Considerada uma das grandes ameaças a RESEX do Médio Purus, visto que os quelônios são um dos Alvos de Conservação que sofrem mais forte pressão de uso, em comparado com os outros alvos.

³ Aqui utilizou-se o termo “pesca”, apesar do termo correto ser somente “caça” em função de que “pesca” vem do entendimento da população tradicional.

Alguns fatores contribuem para a ocorrência dessa ameaça como o consumo da carne por questões culturais, visto que é bastante apreciado em toda região; grande disponibilidade do recurso, especialmente nessa região pela grande quantidade de praias e tabuleiros existentes; facilidade de captura e coleta e ainda falta de recursos humanos e financeiros para mais ações de fiscalização. Essa ameaça pode se agravar em decorrência ao fluxo de embarcações nos rios e canais, assim como a eventual abertura e retificação de furos a canais de acesso aos lagos. Em virtude da existência do projeto de manejo para conservação dessas espécies, através do Projeto Quelônios da Amazônia (PQA), protegendo as praias e tabuleiros já acontecer na UC há muitos anos, essa ameaça encontra-se bem controlada. Contudo, ainda há muitos conflitos entre os moradores da UC e pessoas de fora, no que diz respeito à proteção e fiscalização das praias e tabuleiros. Os comunitários relatam que existe exploração de quelônios na região há mais de 30 anos, quando os animais eram capturados e alocados em um lago para serem comercializados sob demanda. Nesse manejo com fins conservacionistas, as praias são cuidadas pelos comunitários que aderiram ao projeto, onde são visitadas rotineiramente e as rondas são aumentadas durante o período da Festa do Sol, que acontece em Lábrea. Durante esta festa, aumenta o tráfego de embarcações no local, o que acaba por afugentar as espécies, dificultando a reprodução das mesmas, bem aumento do índice de captura dos adultos. A presença e ação dos moradores parece ser fator extremamente importante na conservação dessas espécies.

- 2. Coleta de ovos de quelônios:** Essa ameaça, juntamente com a de Pesca e caça de quelônios, é considerada outra grande ameaça que a RESEX do Médio Purus pode sofrer pelos mesmos motivos descritos acima. As causas e fatores dessa ameaça são também os mesmos dos já descritos em “Pesca e caça de quelônios”, a única diferença diz respeito ao tipo do recurso que se obtém, no caso, a coleta de ovos de quelônios. Novamente essa ameaça se dá por questões culturais de alimentação e uso dos ovos. As fêmeas dos quelônios põem ovos, em covas cavadas (ninhos), fora da água, normalmente em praias, barrancos (solo argiloso), os chamados tabuleiros. O número de ovos varia de acordo com a espécie e o tamanho do animal, e são, em média, 200 ovos para a tartaruga de água doce. O Programa Quelônios da Amazônia (PQA), por sua vez, foi criado pelo IBAMA em 1979 com o mesmo objetivo de preservação dos quelônios, por meio da fiscalização das áreas de desova (tabuleiros), fortalecendo o envolvimento das comunidades com a formação de Agentes Ambientais Voluntários (AAVs), promovendo também a Educação Ambiental para os agentes envolvidos no local. O consumo de ovos, apesar de se restringir mais ao verão (época da desova, sendo, portanto, mais sazonal), diz ser até mais frequente que o consumo de carne, na época da safra. O trabalho já desenvolvido na RESEX consiste na proteção das praias e tabuleiros, com a ajudadas comunidades, com o objetivo de recuperar e manter os estoques desses

animais nos rios amazônicos. Foi por intermédio do PQA que os ribeirinhos da calha do Rio Purus tiveram suporte para iniciar a longa caminhada de preservação dos quelônios que lá vivem e se reproduzem, fazendo parte do cotidiano alimentar de suas vidas, mas sendo também muito ameaçados pela captura predatória.

- 3. Caça predatória:** A modalidade de caça aqui tratada como ameaça mais significativa diz respeito à caça predatória de espécies, em geral aves e mamíferos (ver item 7.1 – Alvo “Espécies Caçadas”), considerando também como fatores contribuintes a necessidade de renda e a atividade de caça com cachorro. A RESEX do Médio Purus, por apresentar um amplo perímetro margeado por rios e igarapés navegáveis, especialmente o rio Purus, e, ainda, se encontrar próximo às cidades de Boca do Acre e Lábrea, está sujeita a entrada de pessoas em seus limites para prática de atividades não permitidas como a caça e captura de animais, visto que há um mercado consumidor próximo e acessível estimulando à caça com fins comerciais. A caça no interior da RESEX é praticada por todos os moradores e ocorre principalmente devido à cultura de consumo na alimentação de carne de caça. A caça ilegal é facilitada pela deficiência da fiscalização, em virtude da escassez de pessoal e recursos financeiros, além de existir uma grande riqueza de espécies cinegéticas na UC e região. Apesar disso, considera-se a ameaça de caça com baixa criticidade.
- 4. Extração ilegal de madeira:** É sabido que a extração de madeira feita à revelia das autoridades e dos moradores da UC, acontece na RESEX em maior concentração nas regiões mais próximas à Lábrea, sendo as espécies que mais sofrem com essa ameaça o piranheiro, maçaranduba, mulateiro, açacu e outros. Apesar disso, a ameaça foi considerada como de baixa criticidade. As comunidades do RESEX tradicionalmente exploraram a madeira para construção de barcos e moradias, sendo a venda para o mercado quase inexistente. Entretanto, a decadência da economia da borracha, a escassez do pescado e a agricultura familiar enfraquecida abriram as portas para o crescimento da exploração madeireira, comprando muitas vezes de moradores que buscavam alternativas de renda (ATAMP, 2011). Essa extração ilegal afeta diretamente a Floresta de várzea, segundo os comunitários da RESEX. A necessidade de renda, presença de serrarias na região da UC em virtude da demanda externa por madeira, e, a facilidade de escoamento da madeira contribui e agrava ainda mais essa ameaça. É importante mencionar que as famílias beneficiárias da RESEX registram o uso de algumas espécies para construções de casas, canoas, e algumas famílias sinalizaram a intenção de se fazer o manejo da madeira caída e morta para comercialização.
- 5. Desmatamento das nascentes dos afluentes do rio Purus:** De acordo com o identificado pelos comunitários da RESEX, as nascentes do rio Purus estão sendo degradadas através da conversão do uso do solo no que diz respeito ao avanço das atividades agropecuárias. Isso pode trazer impactos

significativos para o rio Purus, ocasionado a sedimentação dos cursos d'água e consequente assoreamento, queda na qualidade da água, cuja integridade tem como consequência a conservação da riqueza da ictiofauna e afetando toda o restante da rica biodiversidade associada (herpetofauna e mastofauna, por ex.).

6. **Queimadas:** A ameaça de conversão do uso do solo considera as atividades antrópicas que necessitam de substituição dos ambientes naturais por outros usos. Assim, enquadram-se nesta ameaça várias atividades contribuintes como: a) as atividades de queimadas e incêndios florestais para a limpeza das áreas para pecuária e roçado. Nesse sentido, é importante dizer que na região da RESEX do Médio Purus, os focos de calor estão distribuídos no entorno da UC, principalmente nos limites leste e oeste. Aparentemente, relacionados aos centros populacionais (cidade, vilas e comunidades). Considerando os focos de calor registrados entre 30/06/2000 e 01/07/2015, na RESEX do Médio Purus foi registrado apenas um foco de calor. Mostrando que, apesar de estar no contexto de áreas com pressão de uso e ocupação, entre as cidades de Lábrea e Pauini, ao longo do rio Purus, atualmente, pouca pressão de queimada é exercida nesta UC. No interior da UC, acontecem queimadas pontuais quando os comunitários vão fazer o roçado de forma inadequada e isso poderia vir a ser um problema se houver uma falta de controle gerando uma condição de destruição de habitat naturais.
7. **Pesca predatória:** A pesca, favorecida pela drenagem existente e a diversidade de espécies, é uma atividade presente em toda a região de entorno e, também, no interior da RESEX do Médio Purus, onde ocorre praticamente em todos os principais rios e, também nos lagos de manejo do Pirarucu. Um dos principais problemas enfrentados pela comunidade residente na RESEX do Médio Purus é a pesca predatória e com petrechos não permitidos nos igarapés e lagos da UC, por pescadores de outras regiões e, também, por alguns pescadores beneficiários da RESEX. Alguns fatores que caracterizam essa ameaça são: uso desorganizado dos recursos pesqueiros; invasão de áreas da RESEX por pescadores oriundos das comunidades, das cidades próximas (Lábrea, Pauini e Boca do Acre), vindos do Acre e, mais raramente, de Manaus durante o período proibido do defeso, na Piracema; pesca com apetrechos e métodos proibidos: capa saco, batijão, uso de leite de açacu e muito raro, o uso do tingui. A manutenção dos estoques pesqueiros e das populações de peixes de interesse comercial são de grande importância para a alimentação e renda das comunidades, além do equilíbrio dos ecossistemas. Vários são os fatores contribuintes dessa ameaça, tais como o incentivo da atividade ilegal por parte de atravessadores; necessidade de renda; aliciamento dos comunitários; fator cultural da região; pressão e demanda por pescados de outras regiões; pesca nos períodos de defeso. Essa ameaça pode afetar todas as espécies de pescado existente na RESEX, considerando o Pirarucu. Contudo, em virtude do Programa de

Manejo do Pirarucu existente na UC há muitos anos, essa ameaça para o alvo “Pirarucu” é considerada pouco crítica. Contudo, no que se refere ao alvo “Pescado” a sua criticidade foi classificada como sendo média, necessitando ter ações e planejamento específico para a sua regulação e controle.

8. **Lixo:** A destinação do lixo domiciliar mais comum na área de entorno e interior da RESEX é a queima na propriedade, sendo que com essa prática é possível ocasionar pequenos focos de incêndios e queimadas acidentais dentro da UC. A coleta de lixo nos municípios do entorno ainda não é a ideal, lançando seus resíduos em locais inapropriados como lago, terreno baldio, queimando e enterrando, afetando diretamente ao meio ambiente. O lixo acumulado na UC se deve à falta de um sistema de coleta de resíduos sólidos nas comunidades da UC e entorno, à falta de sensibilização ambiental por parte dos moradores e por aqueles que visitam a RESEX, o que, por sua vez, levam a condutas inadequadas em relação aos recursos naturais. A ameaça aqui identificada se relaciona também aos resíduos deixados em decorrência da atividade de pesca, principalmente às margens do rio Purus, sejam sacos das barras de gelo utilizadas para a conservação do pescado, garrafa de óleo, e outros, além daquelas resultantes da realização da Festa do Sol, em Lábrea. A poluição dos rios na região do interflúvio é uma ameaça direta bastante relevante visto que o modo de vida regional é totalmente vinculado aos corpos d’água, na obtenção e produção de alimento e renda, na locomoção, fluxo de dejetos, lazer, entre outros.
9. **Despejo de efluentes sem tratamento:** Outra ameaça que atinge diretamente os recursos hídricos da UC é o despejo de efluentes sem o devido tratamento. Ressalta-se que a falta de esgoto sanitário apropriado nas residências contribui para os problemas de saúde ocasionados pela água contaminada, uma vez que quando o esgoto não é tratado de forma adequada ele acaba sendo destinado em lugares inapropriados, podendo contaminar poços, lençóis freáticos, rio, igarapé. Os fatores contribuintes identificados foram crescimento desordenado das cidades de Pauini e Boca do Acre e a falta de saneamento básico nas mesmas, afetando em maiores proporções a comunidade da RESEX, que por outro lado, contribui também para esse ameaça.

7.5. Classificação das Ameaças

Visando a identificação das ameaças prioritárias para o planejamento das estratégias, estas foram classificadas de acordo com a sua criticidade (baixa, média, alta e muito alta) em relação aos alvos, utilizando como critérios a sua abrangência, severidade e irreversibilidade. Os resultados desta classificação constam na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4. Avaliação e classificação das ameaças prioritárias da RESEX do Médio Purus, de acordo com sua criticidade.

Threats \ Targets	Floresta de Terr...	Recursos hídricos	Floresta de várz...	Quelônios	Espécies caçadas	Pescado	Pirarucu	Summary Threat Rating
Despejo de efluentes sem tratamento		Low						Low
Lixo		Low	Low					Low
Caça predatória	Low				Low			Low
Coleta de ovos de quelônios				Medium				Low
Desmatamento das nascentes dos afluentes do Rio Purus		Low	Low					Low
Extração ilegal de madeira			Low					Low
Pesca e caça de quelônios				High				Medium
Pesca predatória						Medium	Low	Low
Queimadas			Low					Low
Summary Target Ratings:	Low	Low	Low	Medium	Low	Low	Low	Overall Project Rating Medium

Legenda: Representação gráfica do software Miradi – 4.4.0. (Legenda: threats – ameaças; targets – alvos; summary threat rating – síntese da avaliação da ameaça; summary target rating – síntese da avaliação do alvo; overall project rating – avaliação geral do projeto; low – baixo; médium – médio; verde: baixo; verde claro: médio; amarelo: alto; vermelha: muito alto.

8. ESTRATÉGIAS E CADEIAS DE RESULTADO

A partir do modelo conceitual construído de forma participativa foi possível desenvolver estratégias de ação para as ameaças prioritárias aos alvos de conservação, ou seja, um conjunto de atividades e ações trabalhadas de maneira sistêmica e com um enfoque comum que objetivam a redução da ameaça ou melhora do estado de conservação do alvo de conservação da biodiversidade.

As estratégias definidas para construção das cadeias de resultados foram:

1. Reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios;
2. Estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado.

Abaixo, na Tabela 5, é possível ver de forma sintetizada as relações de cada estratégia priorizada para desenvolvimento das cadeias de resultado com objetivo de minimizar e as ameaças e os alvos de biodiversidade/conservação diretamente atingidos.

Tabela 5. Ameaças priorizadas para definição das estratégias

ESTRATÉGIA	AMEAÇAS	ALVOS DE BIODIVERSIDADE
Reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios	Pesca e caça de quelônios	Quelônios
	Coleta de ovos de quelônios	Quelônios
Estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado	Pesca predatória	Pirarucu e Pescado

Para o desenvolvimento de cada estratégia foi planejada uma cadeia de resultados intermediários e final a serem atingidos, conforme as metas e indicadores definidos e a seguir descritos.

8.1. Estratégia 1: Reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios

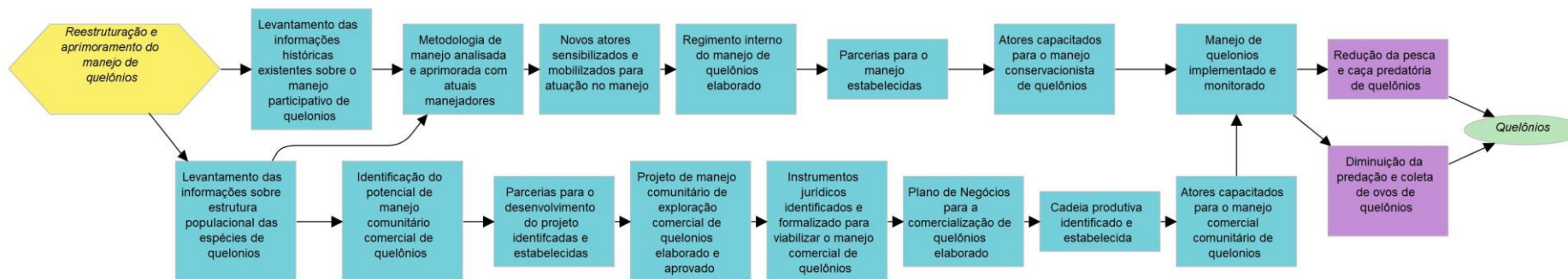


Figura 22. Cadeia de resultado da estratégia 1: Reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios

Tabela 6. Resultados intermediários, metas e indicadores da estratégia 1: Reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios

Estratégia	Resultados Intermediários	Metas	Indicadores	Atores Envolvidos
Reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios – manejo conservacionista	Levantamento das informações históricas existentes sobre o manejo participativo de quelônios	Em até 6 meses da publicação do PM	Inventário consolidado; Banco de dados históricos elaborado	ICMBio, IBAMA, FUNAI, FUNAI, FNMA, SEMA (AM), IPAAM, Comunidades da RESEX, Comunidade da FLONA do Iquiri, da RESEX Ituxi e outras UC do entorno, instituições de pesquisa, Universidade Estadual do Amazonas - UEA, UFAM, ONG's (ex. S.O.S Amazônia, IEB e outros)
	Levantamento das informações sobre estrutura populacional das espécies de quelônios	Em até 12 meses da publicação do PM	Relatório de diagnóstico da estrutura populacional das espécies de quelônios elaborado.	
	Metodologia de manejo analisada e aprimorada com atuais manejadores	Metodologia de manejo revisada em até 24 meses da publicação do PM	Documento de metodologia revisada elaborado	
	Novos atores sensibilizados e mobilizados para atuação no manejo	1. Identificação dos novos atores para atuação no manejo; 2. No mínimo 50% dos atores identificados sensibilizados, em até 36 meses da publicação do plano de manejo	Número de novos atores mobilizados	
	Regimento interno do manejo de quelônios elaborado	Documento elaborado em até 12 meses após mobilização de novos atores para atuação do manejo	Regimento interno elaborado	
	Parcerias para o manejo estabelecidas	Acordos de parcerias sendo articulados e realizados a partir de 12 meses após a identificação dos atores	Número de parcerias estabelecidas (Documentos de formalização das parcerias como meio de verificação)	
	Atores capacitados para o manejo conservacionista de quelônios	Capacitações realizadas com pelo menos 75% dos atores	Número de atores capacitados	

Estratégia	Resultados Intermediários	Metas	Indicadores	Atores Envolvidos
		identificados na RESEX, em até 4,5 anos após a publicação do plano de manejo.		
	Manejo de quelônios implementado e monitorado	Manejo de quelônios para fins conservacionistas implementado e monitorado em até 5 anos após publicação do PM	Manejo e monitoramento realizado	
Reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios – manejo para fins comerciais	Levantamento das informações sobre estrutura populacional das espécies de quelônios	Em até 12 meses da publicação do PM	Relatório de diagnóstico da estrutura populacional das espécies de quelônios elaborado	
	Identificação do potencial de manejo comunitário comercial de quelônios	Estudo do potencial de manejo realizado em até 24 meses da publicação do PM	Relatório do estudo elaborado	
	Parcerias para o desenvolvimento do projeto identificadas e estabelecidas	Acordos de parcerias sendo articulados e realizados a partir do estudo do potencial de manejo feito	Número de parcerias estabelecidas (Documentos de formalização das parcerias como meio de verificação)	
	Projeto de manejo comunitário de exploração comercial de quelônios elaborado e aprovado	Projeto elaborado em até 12 meses do estudo do potencial de manejo feito	Projeto consolidado	

Estratégia	Resultados Intermediários	Metas	Indicadores	Atores Envolvidos
	Instrumentos jurídicos identificados e formalizado para viabilizar o manejo comercial de quelônios	1. Identificação e avaliação dos instrumentos jurídicos possíveis após 12 meses da consolidação do Projeto de manejo; 2. Consolidar as normativas jurídicas para o manejo comercial para submissão à aprovação em até 18 meses após Projeto de manejo consolidado	Normativas jurídicas consolidadas.	ICMBio, IBAMA, FUNAI, FUNAI, FNMA, SEMA (AM), IPAAM, Comunidades da RESEX, Comunidade da FLONA do Iquiri, da RESEX Ituxi e outras UC do entorno, instituições de pesquisa, Universidade Estadual do Amazonas - UEA, UFAM, ONG's (ex. S.O.S Amazônia, IEB, FVA, WCS-Brasil, Ipê e outros)
	Plano de Negócios para a comercialização de quelônios elaborado	Plano de Negócios elaborado em até 1,5 anos após aprovação das normativas jurídicas para o manejo comercial de quelônios	Plano de Negócios elaborado	
	Cadeia produtiva identificada e estabelecida	Cadeia produtiva identificada em até 6 anos após a publicação do PM		
	Atores capacitados para o manejo comercial comunitário de quelônios	Capacitações realizadas com pelo menos 75% dos atores identificados na RESEX, em até 7 anos após a publicação do plano de manejo.	Número de atores capacitados	
	Manejo de quelônios implementado e monitorado	Manejo de quelônios para fins comerciais implementado e monitorado em até 7 anos após publicação do PM	Manejo e monitoramento realizado	

Principais resultados esperados:

Com a reestruturação e aprimoramento do manejo de quelônios elaborado e implementado espera-se atingir os seguintes resultados a médio e longo prazos:

1. Reduzir a pesca e caça predatória de quelônios;
2. Diminuir a predação e coleta de ovos de quelônios;
3. Reduzir a degradação das praias e tabuleiros;
4. Reduzir de forma indireta a pressão de caça sobre os peixes-boi.

Recomendações:

Espera-se que a realização do manejo de quelônios na RESEX possa contar com apoio e auxílio dos moradores da FLONA do Iquiri. Essa estratégia visa integrar esforços conservacionistas e finalidade de uso para as famílias beneficiárias. Se possível, ainda agregar renda pela compensação em relação as atividades prestadas aos envolvidos no programa.

8.2. Estratégia 2: Estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado

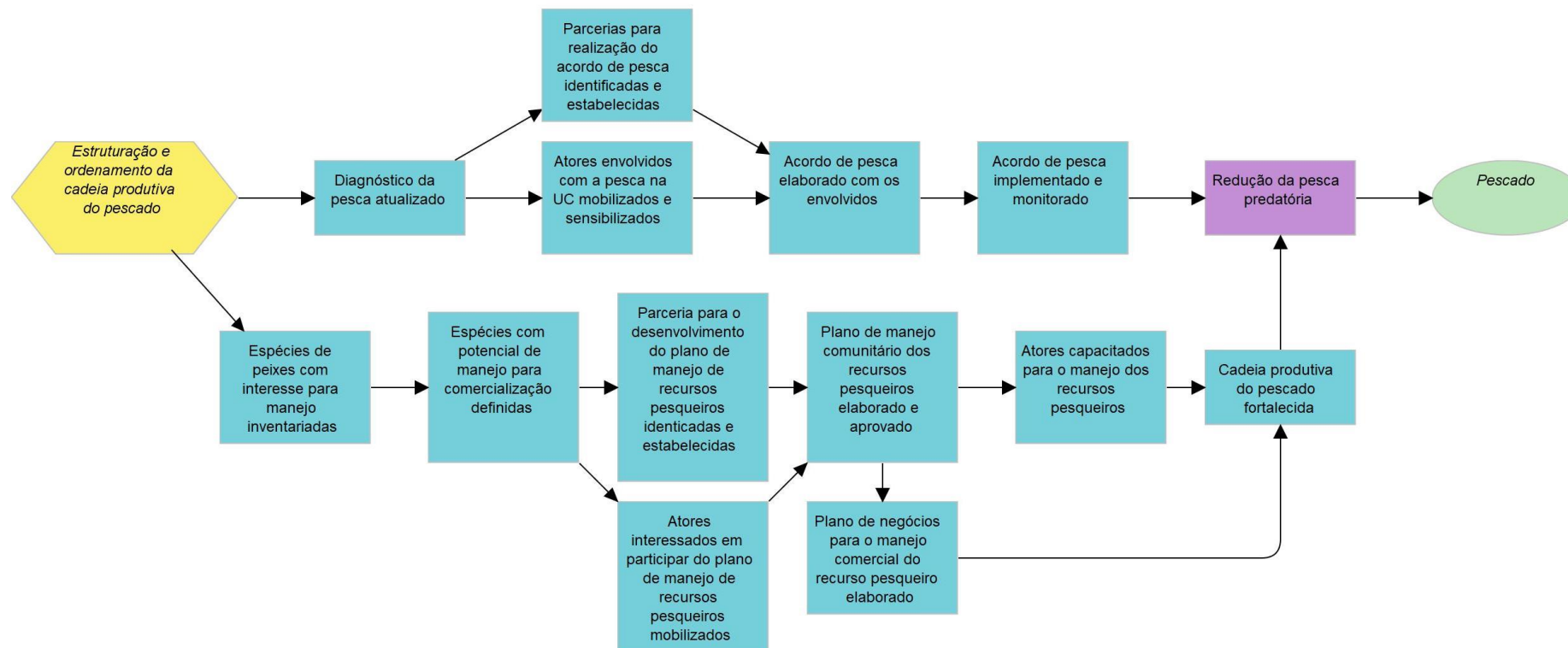


Figura 23. Cadeia de resultado da estratégia2: Estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado.

Tabela 7. Resultados intermediários, metas e indicadores da estratégia 2: Estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado

Estratégia	Resultados Intermediários	Metas	Indicadores	Atores Envolvidos
Estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado – ordenamento da pesca	Diagnóstico da pesca atualizado	Diagnóstico atualizado feito (densidade e diversidade de peixes; características do tipo de pesca; sazonalidade; atores; etc.) em até 24 meses da publicação do PM	Estudo consolidado	SEPA/SEPROR (AM), SEFAZ, IBAMA, ICMBio, INPA, Comunidades, Associação e Cooperativa de moradores e de Pescadores, ONGs a serem selecionadas
	Parcerias para realização do acordo de pesca identificadas e estabelecidas	Ao longo da vigência do planejamento e ordenamento ter pelo menos uma parceria estabelecida auxiliando na realização do acordo de pesca	Número de parcerias estabelecidas (Documentos de formalização das parcerias como meio de verificação)	
	Atores envolvidos com a pesca na UC mobilizados e sensibilizados	Atores envolvidos e sensibilizados em até 12 meses após diagnóstico pronto	Número de atores envolvidos	
	Acordo de pesca elaborado com os envolvidos	Acordo de pesca elaborado em até 4 anos após publicação do PM	Documento	
	Acordo de pesca implementado e monitorado	Redução da pesca predatória na RESEX		
Estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado – cadeia produtiva/manejo comercial	Espécies de peixes com interesse para manejo inventariadas	Inventário feito em até 12 meses da publicação do PM	Estudo consolidado	

Estratégia	Resultados Intermediários	Metas	Indicadores	Atores Envolvidos
	Espécies com potencial de manejo para comercialização definidas	Espécies definidas em até 24 meses a partir da publicação do PM	Número de espécies de peixe	
	Parceria para o desenvolvimento do plano de manejo de recursos pesqueiros identificadas e estabelecidas	Ao longo da vigência do planejamento e ordenamento ter pelo menos uma parceria estabelecida auxiliando na realização do manejo	Número de parcerias estabelecidas (Documentos de formalização das parcerias como meio de verificação)	
	Atores interessados em participar do plano de manejo de recursos pesqueiros mobilizados	Atores envolvidos e sensibilizados em até 3 anos a partir da publicação do PM	Número de atores envolvidos	
	Plano de manejo comunitário dos recursos pesqueiros elaborado e aprovado	Plano de manejo aprovado em até 4 anos da publicação do PM	Plano de manejo dos recursos pesqueiros aprovado	
	Atores capacitados para o manejo dos recursos pesqueiros	Capacitação de pelo menos 50% dos comunitários em até 12 meses após a aprovação do Plano de manejo dos recursos pesqueiros	Número de comunitários capacitados	
	Plano de negócios para o manejo comercial do recurso pesqueiro elaborado	Plano elaborado em até 12 meses após aprovação do Plano de manejo dos recursos pesqueiros	Plano de negócios consolidado	
	Cadeia produtiva do pescado fortalecida	Produtos sendo comercializados, em até 6 anos após a publicação do PM	1. Quantidade de produtos vendidos 2. Meio de verificação: Relatório de vendas.	

Principais resultados esperados:

Com a estruturação e ordenamento da cadeia produtiva do pescado na RESEX do Médio Purus, espera-se:

1. A redução da pesca predatória na RESEX do Médio Purus;
2. A diminuição da pressão sobre os recursos pesqueiros, focando sobre todas as possíveis mitigações às ameaças identificadas, fazendo de uso dos recursos de forma sustentável, demonstrando a viabilidade de uso como estratégia de conservação da biodiversidade e geração de renda a família beneficiária.

9. PROGRAMAS DE GESTÃO

Os Programas de Gestão da RESEX do Médio Purus buscam definir algumas linhas gerais dos resultados esperados e ações a serem implantadas na UC com o intuito de promover o manejo sustentável dos recursos naturais, a conservação ambiental, a melhoria das condições de vida da comunidade local e a valorização da cultura tradicional.

Esses programas são o resultado da consolidação de todos os dados gerados na fase de diagnóstico da UC, bem como de todas as demandas vindas das oficinas e encontros participativos e das estratégias ali propostas, construindo as diretrizes necessárias para possibilitar que a Unidade concretize sua visão de futuro. Eles representam o “o que fazer” para transformar os objetivos gerais da UC em orientações práticas para a ação, com o propósito de transformar a situação diagnosticada, numa situação desejada. Em função do caráter adaptativo do planejamento aqui proposto, optou-se por trabalhar os programas com um escopo em um nível mais estratégico do que operacional, deixando espaços de decisão, ou seja, o “como fazer”, para a equipe da UC condicionadas à aprovação do ICMBio e Conselho Deliberativo, quando couber, na fase de execução das ações propostas. Acredita-se que dessa forma possibilita à gestão revisitá-los e adaptá-los de acordo com a realidade da RESEX.

A execução desses programas contará com a colaboração dos diversos atores envolvidos no processo de planejamento da RESEX do Médio Purus, os gestores e membros do conselho, os parceiros institucionais envolvidos, a participação da comunidade da RESEX, e, também, de outras UC do entorno que compõe a região do Interflúvio Purus-Madeira, como por exemplo a FLONA do Iquiri, RESEX Ituxi e PARNA Mappinguari. A estrutura dos programas apresentados abaixo contempla uma breve descrição do Programa, seus resultados esperados e atividades propostas.

Dessa forma, oito programas e um sub-programa foram elaborados, sendo eles:

1. Programa de Gestão e Administração
2. Programa de Proteção e Fiscalização
3. Programa de Regularização Fundiária
4. Programa de Relações Interinstitucionais
5. Programa de Fortalecimento Comunitário
6. Programa de Educação Ambiental
7. Programa de Fortalecimento da Cadeia Agroextrativista
 - 7.1. Sub-programa de Manejo de Fauna
8. Programa de Pesquisa e Monitoramento

9.1. Programa de Gestão e Administração

Esse Programa procura o aperfeiçoamento e fortalecimento dos mecanismos institucionais, por meio da implementação de estrutura organizacional, física e de pessoal adequada, contribuindo para o alcance dos objetivos da UC.

Este programa tem caráter dinâmico, necessitando ser revisto e aprimorado pela gestão da RESEX constantemente, visto que as realidades gerenciais e administrativas podem se modificar com uma certa frequência e se adequar as novas realidades.

Resultados esperados

- Gestão da unidade aprimorada, com infraestrutura organizacional adequada ao cumprimento das suas funções.

Atividades

- Procurar organizar e disponibilizar as informações de gestão da RESEX por meio de banco de dados integrados com ferramentas geoespaciais, visando a continuidade da gestão;

- Reavaliar junto ao Conselho Deliberativo novos instrumentos de planejamento específico que sejam os mais apropriados aos regramentos dos usos dentro da RESEX;

- Capacitar continuamente a equipe para as funções de gestão da UC, conforme as competências identificadas;

- Analisar a viabilidade de criação de uma ou mais bases de apoio/centros comunitários/barracões para dar suporte ao trabalho das equipes técnicas e para uso dos moradores em suas atividades comunitárias;

- Identificar a necessidade de profissionais interdisciplinares junto à gestão da UC para a eficiência do planejamento proposto e buscar mecanismo de apoio formal;

- Buscar a integração de estratégias comuns com as demais UC do Interflúvio Purus-Madeira visando uma maior integração entre as UC do território;

- Promover a comunicação externa das ações realizadas na UC e se sua gestão, visando o envolvimento dos parceiros atuais e potenciais, ampliando a participação de um maior número de residentes das comunidades na RESEX e seu entorno, além de outros órgãos governamentais e não governamentais, a fim de estimular o apoio às iniciativas que visem o fortalecimento da UC;

- Identificar potenciais recursos financeiros e fundos para a sustentabilidade econômica e financeira da RESEX, a fim de viabilizar as melhorias à infraestrutura e equipamentos necessários à execução de ações requeridas pela administração da UC;

- Aperfeiçoar o funcionamento do Conselho Deliberativo, melhorando a divulgação das possibilidades de participação principalmente para os jovens, mulheres e para família

beneficiária que moram fora da área da RESEX, bem como avaliar melhores estratégias para a realização de reuniões em virtude da dificuldade logística e financeira;

- Sistematizar e monitorar os dados de gestão das atividades do Conselho Deliberativo, facilitando o acompanhamento de dados, resultados, documentos ou formalizações das atividades realizadas por conselheiros e comunitários, em contato com a DGPEA – Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental no que se refere aos indicadores analisados com o propósito de avaliar efetividade dos Conselhos das UC;
- Elaborar e gerir programa de voluntariado na RESEX do Médio Purus de acordo com demanda necessária;
- Criar rotinas específicas de acompanhamento dos processos e requerimentos de licenças ambientais com potencial impacto em seu território ou no entorno imediato.

9.2. Programa de Proteção e Fiscalização

A RESEX do Médio Purus ainda não possui um Plano de Proteção. Portanto a necessidade inicial é a construção desse programa, apontando as rotinas de monitoramento, controle e fiscalização da UC, indicando as estratégias de proteção a serem trabalhadas e suas metas previstas, considerando a fiscalização, áreas e rotas percorridas, duração e época mais indicada, instituições para parcerias, número de equipes e participantes e infraestrutura necessárias para sua realização.

O objetivo do programa é dar o direcionamento para os gestores da UC quanto à proteção e a manutenção de seu território e recursos naturais associados, garantindo assim as práticas sustentáveis tradicionalmente desenvolvidas pelas famílias beneficiárias e também o manejo dos recursos naturais que ali acontecem, tais como manejo de quelônios, pirarucu, pescado e outros. Visa coibir ilícitos e infrações ambientais por meio da fiscalização, colaboração interinstitucional e sensibilização de moradores da RESEX e comunidade do entorno e redução das pressões e ameaças identificadas sobre os Alvos de Biodiversidade/Conservação.

De acordo com o diagnóstico do Plano de Manejo as maiores ameaças a RESEX atualmente são a caça (principalmente quelônios) e pesca predatórias, coleta de ovos de quelônios, extração ilegal de madeira, degradação das nascentes dos rios, lixo, lançamento de esgoto, queimadas. Para tanto, é de grande importância que esse programa esteja alinhado com o Programa de Relações Interinstitucionais, visto a necessidade de atuação conjunta, principalmente quanto à vigilância e fiscalização, com vários atores como organizações comunitárias e das aldeias indígenas, colônia de pescadores, órgãos ambientais, FUNAI, órgãos de segurança, como a Polícia Rodoviária, Polícia Militar, Polícia Civil e a Polícia Federal, além da colônia de envolver as Colônias de Pescadores, elaborando e executando um Plano de Proteção. O envolvimento de outras instituições deve ser articulado pontualmente nos casos específicos.

Resultados esperados

- Plano de Proteção e Fiscalização elaborado e implementado;
- Continuidade e aprimoramento das ações de fiscalização;
- Processo de licenciamento e suas condicionantes do processo monitorados;
- Coibição dos atos ilícitos e infrações ambientais;
- Ameaças à RESEX controladas e monitoradas;
- Diminuição das pressões sobre os alvos de biodiversidade/conservação.

Diretrizes e Atividades

-Elaborar e revisar periodicamente o Plano de Proteção da RESEX de modo a subsidiar ações estratégicas de proteção e fiscalização assertivas e eficientes;

- a. Consolidar um diagnóstico das práticas ilegais que ocorrem na RESEX, com subsídios das informações do Plano de Manejo, elencando os principais atores, locais/rotas e períodos. Combater de forma assertiva as atividades ilegais ocorrentes, através de um planejamento integrado;
- b. Reavaliar as ações de fiscalização que já estão sendo feitas e traçar novas estratégias em virtude do diagnóstico;
- c. Rever o calendário anual padrão de Operações de Fiscalização.

- Impulsionar as ações de fiscalização através de parcerias, capacitações técnicas e novas estratégias de comunicação:

- d. Empregar esforços na integração das ações de fiscalização com as UCs vizinhas, em especial a FLONA do Iquiri, que possui demandas de fiscalização compartilhadas;
- e. Aprimorar a participação dos membros do conselho deliberativo e beneficiários da RESEX na vigilância, através de treinamentos e capacitações para formação de brigadistas e colaboradores do programa;
- f. Articular parcerias no âmbito do “Plano de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas” do Estado do Amazonas, visando receber subsídios de produtos e tecnologias de monitoramento ambiental, principalmente imagens de satélite de alta resolução e detecção de focos de incêndios e desmatamento;
- g. Monitorar a região da RESEX através da página eletrônica do PRODES e INPE, visando detectar os focos de desmatamento e queimadas de maneira automática;

- Criar, atualizar e gerir um banco de dados em SIG com as principais áreas/rotas de invasão, atos ilícitos, denúncias, entre outros;

- Monitorar e fiscalizar o cumprimento dos instrumentos de gestão (Plano de Manejo, CCDRU, Planos específicos, Planos de utilização, entre outros);
- Acompanhar processos de licenciamento, instalação e operação de atividades geradoras de impacto ambiental no interior e entorno da UC;
- Monitorar as atividades de caça, pesca (principalmente na época do defeso) praticadas pelos beneficiários e moradores do entorno da UC, invasão de terra e retirada ilegal de madeira;
- Controlar os fluxos e os impactos da navegação nas barrancas e praias do rio Purus;
- Avaliar a viabilidade da construção/instalação de bases nos lugares de maior pressão de pesca, caça e outros.

9.3. Programa de Regularização Fundiária

Esse programa busca a consolidação e regularização da situação fundiária do território físico da RESEX, contribuindo para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Resultados esperados

- A RESEX do Médio Purus com situação fundiária regularizada, sinalizada e com a demarcação consolidada;
- Ter a dominialidade pública de toda a área da RESEX do Médio Purus;
- Instrumento jurídico adequado estabelecido e formalizado com as propriedades existentes e não indenizadas dentro do UC, até que haja sua completa regularização fundiária;

Atividades

- Consolidar o diagnóstico da situação fundiária da UC, identificando e analisando a situação fundiária atual das propriedades presentes dentro dos limites da RESEX;
- Buscar mecanismos financeiros para regularização fundiária;
- Abrir uma solicitação de avaliação junto a CGTER/DCOL para análise e regularização da situação de algumas comunidades que estão descritas no decreto de criação da RESEX, mas não se encontram dentro dos limites geográficos da UC;
- Instruir processos, acompanhar e executar as decisões para regularização das propriedades e posses privadas sobrepostas à RESEX (desapropriações, indenizações, etc.);
- Delimitar marcos físicos/geográficos ou sinalização nas áreas da RESEX que fazem limites da com TI, onde há área de usos de castanhais e tem ocorrido conflitos (Ajuricaba, Santa Vitória, Iutari);

- Avaliar viabilidade de ampliação da RESEX para incluir as áreas não destinadas, com participação da FUNAI;
- Reavaliar os contratos de concessão de direito real de uso – CCDRU - com as famílias beneficiárias para compatibilizar com as atuais áreas de uso dos recursos naturais;
- Divulgar a CCDRU e seus termos junto ao público beneficiário;
- Monitorar o cumprimento dos termos da CCDRU.

9.4. Programa de Relações Interinstitucionais

Esse Programa procura o aperfeiçoamento e fortalecimento dos mecanismos institucionais a fim de estabelecer relações interinstitucionais que amplifiquem ações voltadas para a fortalecimento da RESEX do Médio Purus e das outras UC que compõem o Interflúvio Purus-Madeira.

Este programa tem caráter dinâmico, necessitando ser revisto e aprimorado pela gestão da RESEX constantemente, visto que ele tem perfil de atuação transversal e complementar a vários outros programas aqui descritos, e suas alterações são influenciadas pelas atualizações das demandas de outros programas.

Resultados esperados

- Esforços intra/interinstitucionais coordenados para potencializar a gestão da RESEX do Médio Purus.

Atividades

- Buscar a integração de estratégias comuns com as demais UC do Interflúvio Purus-Madeira visando uma maior integração entre as UC do território;
- Promover a comunicação externa visando o envolvimento dos parceiros atuais e potenciais, comunidades residentes na RESEX e no entorno e outros órgãos governamentais e não governamentais, a fim de estimular e apoiar iniciativas que visem o fortalecimento da UC;
- Identificar potenciais recursos financeiros e fundos de apoio à sustentabilidade econômica e financeira da RESEX, a fim de viabilizar as melhorias à infraestrutura e equipamentos necessários à execução de ações requeridas pela administração da UC;
- Articular com órgãos de gestão pública, em todas as esferas de atuação, possibilidade de inclusão da RESEX do Médio Purus nos projetos, parcerias e ações governamentais disponíveis.
 - a. Articular com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) a possibilidade parcerias para aprimorar o planejamento, gestão e manejo

- territorial para o mosaico local, que contempla outras UC e Terras Indígenas (TI);
- b. Articular uma parceria entre a RESEX com a Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA) da Coordenação-geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) na Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UC (DISAT). Esta parceria tem possibilidade de impulsionar processos de capacitação e aprimoramento do funcionamento e atuação do Conselho Deliberativo atual e em composições futuras;
 - c. Aprimorar a articulação com o INCRA visando a obtenção de créditos que impulsionem as atividades agroextrativista na RESEX, principalmente através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater);
 - d. Incentivos aos programas federais relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).
 - Incremento no acesso aos incentivos governamentais para a produção e comercialização dos produtos agroextrativistas (ex. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE)⁴, ampliando, por exemplo, a porcentagem da alimentação escolar suprida pelos agroextrativistas e a gama de produtos adquiridos, valorizando outros produtos locais e ainda substituindo os alimentos enlatados e cheios de embalagens plásticas (gerando muita quantidade de resíduos sólidos).
 - e. Articulação com as prefeituras de Lábrea e Pauini para a questão da coleta de lixo;
 - f. Estimular a regularização de documentos como o NIS (número de inscrição social) no conjunto de dados socioeconômicos da RESEX, visto que é um documento importante que possibilita o acesso das famílias às políticas públicas;
 - g. Verificar as linhas de ação dos projetos realizados em parceria entre a WWF-Brasil e o Governo do Amazonas. Segundo o memorando ratificado pelas duas instituições e válido até dezembro de 2020, as ações e atividades desta parceria vão se concentrar nas regiões do Alto e Baixo Acre, no Purus e em Tarauacá-Envira – e terão, como função primordial, apoiar o desenvolvimento de

⁴O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são programas que podem aprimorar a renda dos agroextrativistas beneficiários da RESEX do Médio Purus, bem como melhorar os hábitos alimentares dos estudantes das comunidades. No diagnóstico e Reunião Ampliada verificou-se que a maioria das escolas presentes nas comunidades oferecem merenda com produtos enlatados. No entanto a gestão da UC pode atuar para ampliação da porcentagem da alimentação escolar suprida pelos agroextrativistas e da gama de produtos adquiridos, valorizando outros produtos locais.

estratégias sustentáveis para floresta, agricultura e pecuária, e consolidar a governança integrada de paisagens sustentáveis.

-Promover o relacionamento com ONGs e Universidades.

- a. Promover a realização de parcerias com instituições de apoio financeiro e técnico, visando aprimorar a conservação da biodiversidade, aprimorar as técnicas de manejo dos recursos naturais (manejo de quelônios, manejo do Pirarucu, manejo florestal, e outros) e a qualidade de vida das famílias beneficiárias. Com relação ao apoio financeiro, algumas instituições indicadas são: Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), United States Agency for International Development (USAID), Banco da Amazônia, Banco do Brasil (INCRA). No caso do apoio técnico, algumas instituições indicadas: WWF, WWF - Brasil, IMAFLORA, S.O.S Amazônia, IEB, FVA, WCS-Brasil, Ipê, Pacto das Águas e Instituto Socioambiental (ISA), e outros.

- Estreitar o relacionamento institucional com as associações, cooperativas e demais ações coletivas.

9.5. Programa de Fortalecimento Comunitário

O Programa de fortalecimento comunitário busca o fortalecimento de entidades organizacionais coletivas e o associativismo, buscando estratégias de atuação dessas organizações, criando arranjos e espaços para busca de soluções para questões que afetam a vida cotidiana das famílias beneficiárias da RESEX.

A temática proposta desse programa é transversal a vários temas, ou seja, as ações aqui propostas e implementação desse Programa é condição para o desenvolvimento de muitas outras ações e estratégias descritas no planejamento da RESEX, aliando, por exemplo, o fortalecimento da economia local com a conservação dos alvos de biodiversidade, auxiliando na redução de pressões sobre os alvos de conservação, manutenção e fortalecimento dos alvos de bem-estar social elencados no modelo conceitual, acesso às políticas públicas, incentivam o modo de vida das populações tradicionais, entre outros. Muitas das propostas que foram desenvolvidas as cadeias de resultado e de alguns programas (ex. Manejo dos Recursos Naturais) dependem das ações desse programa para que sejam efetivas.

Ainda, numa outra perspectiva, pretende-se com esse Programa, o fortalecimento e a ampliação da atuação do Conselho Deliberativo da RESEX, bem como da principal associação atuante na RESEX, a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DO MÉDIO PURUS- ATAMP, fazendo com que cada membro do

conselho e da associação possa contribuir ainda mais para o fortalecimento da gestão da UC, qualificando a gestão participativa na RESEX do Médio Purus.

A ATAMP atua auxiliando na busca por melhores condições de produção, educação, saúde, e infraestrutura para os moradores da RESEX, motivando ações de acesso à créditos financeiros e capacitações dos moradores da RESEX, mobilizando junto às gestões governamentais equipamentos e ferramentas produtivas, aproximando os produtores de mercados locais e mais distantes. E ainda, fazem o acompanhamento de processos de elaboração dos diversos instrumentos de gestão, apoiando na execução de muitas outras atividades (ex.: logística de execução das reuniões comunitárias, monitoramento de entrada e saída de moradores na RESEX, comercialização de produtos de moradores, entre outras).

Resultados esperados

- Comunidade fortalecida e articulada;
- Associações e entidades organizacionais capacitadas para contribuir com a gestão da RESEX;
- Melhoria das condições de vida (saúde, renda) para a população beneficiária a partir da articulação com as instituições competentes;
- Fortalecimento dos Programas de Manejo Comunitário na RESEX;
- Desenvolvimento eficiente das cadeias produtivas dentro RESEX;
- Fortalecimento do diálogo entre as famílias beneficiárias e outros atores do entorno (por ex. população indígena)

Atividades

- Manter e aprimorar o funcionamento do Conselho Deliberativo da UC, conforme regimento interno dos Conselhos;
- Estabelecer e implementar estratégias para fortalecimentos dos Conselhos (capacitações, plano de comunicação dos Conselhos, criação de grupos de trabalho para elaboração e implementação de projetos quando necessário, e outras ações);
- Articular constantemente atividades coletivas como oficinas, reuniões, experiências piloto, cursos e treinamentos;
- Promover capacitações para aprofundamento de tópicos relacionados ao associativismo, cooperativismo, cadeias produtivas, manejo de recursos naturais, lideranças, representatividade na composição dos coletivos;
- Articular parcerias com instituições públicas e privadas (ex. IDAM, IEB) para favorecer o fortalecimento de coletivos produtivos (ex. fruticultores, agricultores, etc.), bem como promover o aprimoramento de ações de manejo dos recursos naturais;

- Implementar projeto como o “Jovens Protagonistas”, criando espaços para a participação dos jovens na gestão da UC e implementação de ações locais, diagnosticando e fomentando o surgimento de jovens líderes;
- Incentivar a articulação entre as famílias para organizarem espaço de trocas, bem como para produção e comercialização coletiva;
- Articular junto à Secretaria de Meio Ambiente e de Ação Social de Lábrea ações de melhorias da condição de vida da população beneficiárias, tais como ações sociais para emissão dos documentos pessoais dos moradores da UC (ex.NIS), ações para implantação de mecanismos de melhoria no sistema de saneamento das comunidades, que hoje é inexistente;
- Reavaliar junto ao Conselho Deliberativo novos instrumentos de planejamento específico que sejam os mais apropriados aos regimentos dos usos dentro da RESEX, com base nas normas apresentadas no Plano de Manejo (Planos Específicos, Normas Transitórias, Regimentos Internos, etc.).

9.6. Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental da RESEX do Médio Purus busca a sensibilização e capacitação das famílias beneficiárias e população do entorno da UC visando a adoção de práticas e ou comportamentos que contribuam para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade (alvos de conservação), e ainda buscam a inserção dos mesmos na gestão da UC, a partir de ações educativas e técnicas participativas que abordem diversos assuntos pertinentes às necessidade dos mesmo, como legislação ambiental, produção sustentável, organização social, manutenção do modo de vida das famílias beneficiárias, contribuindo para a mitigação das ameaças e dos impactos ambientais. O programa visa também um nivelamento dos diferentes públicos em relação às normas, regras, objetivos, relevância ambiental para a região, potencialidades de alternativas de geração de renda, dentre outras informações sobre a RESEX do Médio Purus.

Resultados esperados

- Programa de Educação Ambiental implementado;
- Famílias beneficiárias da UC e da área do entorno sensibilizada frente à importância da UC, seus alvos de conservação e das ameaças a RESEX;
- Importância e limites da RESEX reconhecidos pelas comunidades dentro e no entorno da RESEX.

Atividades

- Elaboração do Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA) da RESEX e seu entorno num processo participativo e formativo de acordo com a realidade socioambiental contextualizada local e globalmente, conforme diretrizes de educação ambiental do ICMBio/MMA. De acordo com o já indicado nos documentos de diagnóstico e nas reuniões ampliadas, alguns importantes atores nesse processo de sensibilização são os moradores do entorno e pescadores, e as temáticas mais enfatizadas são resíduos sólidos, caça, pesca, coleta de ovos de quelônios, extrativismo, ocupação irregular, degradação de nascentes, desmatamento, além de outros temas transversais a gestão da RESEX do Médio Purus;
- Criar a Câmara Temática de Educação Ambiental da RESEX para fazer a governança da Educação Ambiental;
- Desenvolver ações continuadas de educação e comunicação (campanhas, folhetos, palestras, entre outros) com parceiros locais (escolas, igrejas, ONGs, associações, entre outros) para capacitação em diversos temas a serem elencados no PPPEA;
- Incentivar a realização de mutirões para coleta de resíduos sólidos nas comunidades, praias, lagos e igarapés da UC, principalmente após período de festas (ex. Festa do Sol);
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino para maior utilização da UC em aulas de campo e atividades de interpretação e educação ambiental;
- Desenvolver atividades de educação ambiental nas localidades e comunidades vizinhas à RESEX, com a criação de programa de visita à UC voltado aos alunos e professores das escolas da região;
- Definir e implementar ações de educação ambiental com material educativo, sinalização e visitas acompanhadas que sensibilizem a população a conservar as espécies e processos ecológicos protegidos na UC;
- Estimular a educação ambiental por parte de escolas da região, como meio de sensibilizar as crianças e adolescentes para a questão ambiental e para as possíveis ameaças aos alvos de conservação.

9.7. Programa de Fortalecimento da Cadeia Agroextrativista

Esse Programa busca apoiar e fortalecer a cadeia produtiva dos recursos agroextrativistas da RESEX do Médio Purus, diagnosticando a situação atual das cadeias existentes, identificando outros recursos potenciais, planos de uso e acordos, capacitação, orientação sobre boas práticas de manejo dos recursos, entre outras iniciativas que integrem de forma harmoniosa a geração de renda para as famílias beneficiárias da RESEX do Médio Purus e a conservação dos recursos naturais.

A proposta do programa tem a intenção também de incentivar o desenvolvimento de alternativas de uso dos recursos, além de um aumento da produtividade do trabalho, estruturação de sistemas produtivos sustentáveis e acesso competitivo a mercados que possam remunerar melhor e de forma diferenciada a produção local, possibilitando às comunidades da RESEX do Médio Purus, juntamente com o apoio do ICMBio e instituições parceiras, o alcance da melhoria nas condições de vida e renda. O sucesso desse programa depende muito do bom resultado e andamento do Programa de Fortalecimento Comunitário.

Atualmente, os principais usos do território na RESEX do Médio Purus estão relacionados às atividades de agricultura, pesca, extrativismo madeireiro e não madeireiro, manejo do pirarucu e de quelônios.

As atividades aqui indicadas estão separadas nas ações gerais que servem como base para o fortalecimento e estabelecimento de novas cadeias, aquelas atividades complementares relacionadas ao fortalecimento das cadeias já existentes e nas atividades ligadas as novas alternativas de recursos para desenvolvimento de novas cadeias agroextrativistas.

Além disso, está sendo proposto um sub-programa de Manejo de Fauna, como mais uma alternativa às comunidades da RESEX do Médio Purus visando o incentivo às práticas sustentáveis de manejo e uso da fauna de forma participativa.

Resultados esperados

- Construir bases sólidas e estratégias eficientes de fortalecimento das cadeias de valor mais importantes para a população agroextrativista;
- Diversificação do manejo dos recursos naturais;
- Agregação de valor dos produtos agroextrativistas;
- Aumento na eficiência das cadeias produtivas.

Atividades gerais

- Incentivar a criação e consolidação de diferentes coletivos e cooperativas associados às atividades de das cadeias produtivas;
- Realizar reuniões de envolvimento, sensibilização e mobilizações para o fortalecimento e desenvolvimento das cadeias de valor;
- Identificar os "pontos focais" com capacidade de alavancar os processos produtivos e as cadeias de valor dos produtos agroextrativistas da RESEX;
- Incentivar e promover atividades regulares que tenham a finalidade de educar, capacitar e informar as comunidades da RESEX em temas correlatos ao manejo de recursos naturais, manuais de boas práticas e melhoria da produção;

- Buscar e formalizar parcerias para auxiliar na promoção do acesso às tecnologias dedicadas ao manejo dos recursos agroextrativistas;

- Gestores do ICMBio – podem auxiliar impulsionando a organização e realização das atividades, envolvimento de parceiros, captação de recursos, coleta de dados, monitoramento e fiscalização da implementação das atividades;
- Coordenação de Produção e Uso Sustentável (COPROD) – essa coordenação da sede administrativa do ICMBio pode auxiliar tecnicamente o Programa, orientando a gestão local e indicando parceiros para troca de experiência e apoio técnico;

- Buscar ampliar os acessos às diversas políticas e programas governamentais que apoiem essas ações tais como: o uso da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) como um mecanismo regulatório para o acesso às políticas públicas por parte deste público específico; a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como serviço público não estatal voltado especialmente para a implementação da política de crédito agrícola (PRONAF); o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a principal fonte de crédito para custeio e investimento; os programas de fortalecimento dos mercados institucionais (PAA e PNAE) como alternativas de comercialização para a produção familiar e agroextrativista; a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) implementado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) como mecanismo de subvenção para produtos da agroextrativismo; o Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNBSB) criado para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais, por meio do acesso às políticas de crédito, a assistência técnica e extensão rural, a mercados e aos instrumentos de comercialização e à política de garantia de preços mínimos; e outras.

- Incentivo e apoio por parte do ICMBio aos comunitários da RESEX do Médio Purus para que estes estabeleçam entidades e organizações comunitárias para conduzir a avaliação e monitoramento das atividades de manejo dos recursos naturais (ex. manejo de castanhas);

- Incentivar a troca de experiências de outras UC;

- Promover o cumprimento da legislação pertinente ao manejo e comercialização dos produtos;

- Promover a criação e fortalecimento de uma marca dos produtos comercializados na RESEX do Médio Purus;

- Elaborar ferramentas audiovisuais para divulgação dos produtos agroextrativistas da RESEX;

- Promover a participação em feiras e eventos agroextrativistas;

- Incentivas a realização de pesquisas regulares de mercado sobre as características técnicas desejáveis pelo mercado para dos produtos agroextrativistas.

Atividades complementares para Fortalecimento das Cadeias Agroextrativistas já existentes

- Fazer um diagnóstico da situação atual da cadeia produtiva dos recursos agroextrativistas da RESEX, identificando os produtos, suas áreas de manejo, seus gargalos;
- Elaborar Plano de Ação para melhoria das cadeias de valor de cada produto agroextrativista, contendo as estratégias de ações, planejamentos, cronogramas, parcerias, etc.;
- Dar suporte para elaboração de projetos específicos ou planos de manejo que ainda não foram elaborados, detalhando os procedimentos, regras necessárias e viabilidade para o desenvolvimento e aprimoramento das cadeias produtivas dos recursos agroextrativistas;
- Promover a capacitação continuada em boas práticas de produção, novas tecnologias, aproveitamento dos resíduos, e outros, visando a certificação da qualidade do produto, bem como a eficiência na produção;
- Realizar estudos de mercado para aprimoramento e melhorias na comercialização dos produtos;
- Promover a realização de estudo técnico para otimizar o uso das infraestruturas existentes;
- Apoiar a ATAMP e outras associações para aquisição de infraestrutura e equipamentos para melhoria da produção;
- Apoiar a ampliação e adaptação de galpões para beneficiamento e armazenamento da produção extrativista.

Atividades para Novas Alternativas de Recursos para Desenvolvimento de Novas Cadeias

- Fazer um diagnóstico dos potenciais produtos a serem manejados para desenvolvimento de novas cadeias produtiva dos recursos agroextrativistas da RESEX;
- Promover a realização de estudos de viabilidade ecológica e econômica de recursos atualmente não explorados;
- Priorizar os recursos e as cadeias que serão desenvolvidas;
- Apoiar a realização de estudo de mercado e Plano de Negócios para subprodutos dos recursos naturais priorizados;

- Dar suporte para elaboração de projetos específicos ou planos de manejo que detalhem procedimentos, regras necessárias e viabilidade para implementação das cadeias produtivas dos recursos agroextrativistas;
- Incentivar e promover atividades que tenham a finalidade de educar, capacitar e informar as comunidades da RESEX em temas correlatos ao manejo de recursos naturais, manuais de boas práticas e melhoria da produção;
- Auxiliar as comunidades e a ATAMP nas parcerias de apoio institucional e financeiro para:
 - Elaboração de Plano de Negócios para subprodutos dos recursos naturais prioritizados;
 - Aquisição e melhorias das instalações e equipamentos para as atividades de manejo.

9.7.1. Sub-programa de Manejo de Fauna

Esse sub-programa propõe alternativas que possibilitem as comunidades da RESEX do Médio Purus alcançar melhorias nas condições de vida e renda, com a participação do ICMBio, em conjunto com outras instituições parceiras, visando o incentivo às práticas sustentáveis específicas de manejo e uso da fauna de forma participativa.

Busca-se tanto o aprimoramento como o desenvolvimento de novas cadeias produtivas correlatas da RESEX do Médio Purus, implantação de infraestrutura necessária à produção, com base no uso sustentável e respeito aos modos de vida dessas comunidades e à legislação vigente.

É importante mencionar que esse sub-programa tem carácter tanto conservacionista, onde busca-se a geração de conhecimento para ordenar o uso comunitário sustentável dos recursos da fauna na RESEX, através da promoção de pesquisas e atividades de conservação das espécies, quanto com finalidade de comercialização, visando a geração de renda.

O desenvolvimento desse sub-programa conta também com a efetiva implementação do Programa de Fortalecimento Comunitário e entende-se que este contribuirá na diminuição de pressões sobre alguns dos alvos de conservação elencados no modelo conceitual, principalmente aqueles ligados às questões socioeconômicas que envolvem as famílias beneficiárias da RESEX.

Atualmente identifica-se possibilidades de fortalecimento do Manejo Participativo de Pirarucu e na avaliação da viabilidade do manejo de crocodilianos, visto que partiu do interesse das comunidades da RESEX.

Resultados esperados

- Economia fortalecida das comunidades da UC;

- Parcerias estabelecidas e ativas, contribuindo para o desenvolvimento das atividades econômicas das comunidades;
- Proteção dos lagos, principalmente onde ocorrem o manejo da fauna;
- Manejo do Pirarucu aprimorado e fortalecido;
- Ampliação do interesse da comunidade nas atividades de manejo;
- Geração de conhecimento para avaliação do manejo conservacionista das espécies de crocodilianos, com vistas ao consumo sustentável pelas comunidades;
- Geração de conhecimento sobre a viabilidade de realizar o manejo das espécies de crocodilianos com finalidade comercial.

Atividades gerais

- Incentivar a criação e consolidação de diferentes coletivos associados as atividades de manejo e as produtivas;
- Realizar reuniões de envolvimento e esclarecimento do funcionamento de um Plano de Manejo de Fauna, contemplando as etapas a serem realizadas periodicamente, modelos de partição de recursos e benefícios, cadeias produtivas, etc.
- Dar suporte para elaboração de projetos específicos que detalhem procedimentos, regras necessárias e viabilidade para implementação do manejo comunitário;
- Buscar e formalizar parcerias para auxiliar na promoção do acesso às tecnologias dedicadas ao manejo de recursos naturais;
 - Gestores do ICMBio – podem auxiliar impulsionando a organização e realização das atividades, envolvimento de parceiros, captação de recursos, coleta de dados, monitoramento e fiscalização da implementação das atividades;
 - Coordenação de Produção e Uso Sustentável (COPROD) – essa coordenação da sede administrativa do ICMBio pode auxiliar tecnicamente o Programa, orientando a gestão local e indicando parceiros para troca de experiência e apoio técnico;
- Incentivo e apoio por parte do ICMBio aos comunitários da RESEX do Médio Purus para que estes estabeleçam entidades e organizações comunitárias para conduzir a avaliação e monitoramento das atividades de manejo de animais;
- Incentivar a troca de experiências de outras UC no manejo participativo (ex. RESEX do Ituxi, ESEC Cuniã, RESEX Lago do Cuniã, RDS Mamirauá e Amanã) como forma de incentivo e capacitação dos comunitários;
- Incentivar e promover atividades que tenham a finalidade de educar, capacitar e informar as comunidades da RESEX em temas correlatos ao manejo de recursos naturais e melhoria da produção;

- Auxiliar as comunidades e a ATAMP nas parcerias de apoio institucional e financeiro para aquisição e melhorias das instalações e equipamentos para as atividades de manejo;
- Fazer com que essas ações estabelecidas dialoguem também com os Planos de Ação Nacionais (PAN) para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção relacionados com o Interflúvio Purus-Madeira, especialmente com os Programas Específicos para Crocodilianos e Quelônios;
- Promover a realização de pesquisa para identificar as espécies passíveis de manejo com fins comerciais.

Atividades específicas voltadas para o manejo do Pirarucu

- Organizar um banco de dados de informações de todas as atividades realizadas sobre o Manejo do Pirarucu até o momento;
- Realizar um diagnóstico dos principais resultados do manejo e demandas existentes, considerando os últimos resultados (ano 2017 e 2018), as metodologias, a situação dos estoques da população de Pirarucu e dos lagos manejados (atualmente são 21 lagos manejados), a adesão de outros lagos para manejo, a realização da I Feira do Pirarucu Manejado em Pauni, e outros;
- Reavaliar o Regimento Interno;
- Avaliar a situação do mercado para comercialização do pescado, os aspectos de viabilidade e traçar novas estratégias econômica da cadeia produtiva do Pirarucu, a busca por investimento em infraestrutura para comercialização do pescado com aplicação de novas tecnologias que visem atrair outros mercados, e outros.

Atividades específicas voltadas para a avaliação da viabilidade do manejo de crocodilianos⁵

- Promover o desenvolvimento de pesquisas complementares e direcionadas à compreensão acerca do uso de hábitat, da reprodução e do hábito alimentar dos crocodilianos no local, buscando conhecimento biológico das espécies ali existentes;
- Confirmar o grau de interesse das comunidades a fim de construir um sistema de uso e aproveitamento de jacarés;
- Promover o a realização de um projeto demonstrativo de viabilidade bioeconômica do uso comercial de jacarés em unidades de conservação de uso sustentável;
- Promover a realização de várias ações necessárias, de cunho técnico-científico, que darão suporte à construção e futura implementação de um sistema participativo de manejo comunitário de jacarés amazônicos;

⁵Baseado na publicação de Botero-Arias, R.; Regatieri, S. A. (2013).

- Promover a realização de um estudo populacional detalhado das espécies de jacarés existentes na localidade da RESEX – contagem de indivíduos;
- Elaboração do Plano de Manejo Participativo de crocodilianos.

9.8. Programa Pesquisa e Monitoramento

O Programa de Pesquisa e Monitoramento é uma diretriz de planejamento estratégica de grande importância, já que o mesmo pode subsidiar várias ações de melhorias no manejo, diretrizes para conservação dos recursos naturais existentes nas UC. Em linhas gerais este programa dá suporte, estimula a geração e o aprofundamento dos conhecimentos científicos sobre todos os aspectos bióticos, abióticos e socioeconômicos da UC, mais especificamente sobre os alvos de conservação.

O fato da RESEX do Médio Purus estar localizada em uma região relativamente de acesso mais limitado, acaba dificultando algumas atividades de pesquisa no local, mas em contrapartida torna o local uma lacuna de conhecimento bastante interessante para investigação. A implantação de um Programa de Pesquisa e Monitoramento pode motivar pesquisadores a realizar projetos na localidade. Além das temáticas biológicas de grande destaque no contexto do bioma Amazônico, são ótimas oportunidades de pesquisa local nas temáticas da dinâmica hídrica, manejo de fauna, condições socioeconômicas e de uso dos produtos da floresta, entre outros.

Neste sentido, as diretrizes e atividades relativas ao programa de pesquisa deverão focar no preenchimento das lacunas de conhecimento identificadas no diagnóstico, bem como contribuir na diminuição das pressões e ameaças sobre os Alvos de Conservação.

O programa deverá dialogar também com os Planos de Ação Nacionais (PAN) para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção relacionados com o Interflúvio Purus-Madeira, a saber:

1. Plano de Ação Nacional aves limícolas;
2. Plano de Ação Nacional aves galiformes;
3. Plano de Ação Nacional pequenos felinos;
4. Plano de Ação Nacional Onça pintada;
5. Plano de Ação Nacional Peixe-boi da Amazônia;
6. Plano de Ação Nacional Quelônios da Amazônia;
7. Plano de Ação Nacional das espécies cities.

Resultados esperados

- Aprofundamento do conhecimento da biodiversidade e dos outros atributos socioambientais da RESEX do Médio Purus;

- Pesquisas realizadas sobre diferentes técnicas de manejo promovendo a geração de novas tecnologia e de modelos de manejo mais sustentável;
- Lacunas de conhecimento da RESEX sendo preenchidas com base no modelo conceitual;
- A biodiversidade e os impactos das ameaças conhecidos, analisados, possibilitando a tomada de decisões de manejo com bases científicas.

Atividades

- Promover e articular pesquisas científicas na RESEX do Médio Purus, principalmente através do estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisas, universidades e organizações não governamentais;
- Definição e atualização das pesquisas prioritárias referentes aos meios físico, biótico e socioeconômico;
- Apoiar e estimular a elaboração de pesquisas científicas voltadas aos desafios de gestão e monitoramentos da RESEX, como por exemplo, pesquisas relacionadas às pressões sobre os recursos pesqueiros, sobre quelônios e espécies cinegéticas, manejo de lagos, entre outros destaques;
- Monitoramento dos Alvos de Conservação da RESEX através de seus indicadores e parâmetros de avaliação;
- Apoiar e estimular a elaboração de pesquisas científicas relacionadas aos Planos de Ação Nacionais para Conservação das espécies ameaçadas de extinção no contexto do Interflúvio Purus-Madeira;
- Envolver e capacitar os moradores da RESEX e Conselho Deliberativo nas ações de pesquisa e monitoramento dos alvos de conservação, sempre que possível;
- Criar um banco de dados de pesquisas da RESEX;
- Criar uma rede de informações sobre os ambientes e espécies, a ser compartilhada entre as UC da região do Interflúvio Médio-Purus, facilitando o planejamento e a tomada de decisões comuns e fazendo com que a região funcione como um verdadeiro mosaico de áreas protegidas e como um corredor da biodiversidade.

Recomendações para pesquisa e monitoramento no Diagnóstico Socioambiental:

- Levantar e sistematizar informações bibliográficas (dados primários e secundários) na forma de um banco de dados alimentado também pelo SISBIO e por qualquer um que tenha interesse;
- Realizar pesquisas envolvendo o manejo sustentável de espécies com interesse comercial de modo a gerar renda para os moradores da RESEX sem provocar danos ambientais;

- Estimular esforços de pesquisa na grande quantidade de lagos marginais (meandros abandonados) existentes na UC e que não foram pesquisados no Diagnóstico, buscando perceber a importância ecológica, econômica e potencial cultural e educacional desses ambientes;
- Conduzir uma avaliação emergencial sobre a existência de conflitos entre as comunidades da RESEX e ariranhas e localidades de ocorrência da espécie;
- Identificar padrões de atividade de caça de subsistência, especialmente direcionados a ungulados, roedores caviomorfos e aos grandes primatas;
- Intensificar inventários florísticos no intuito de suprir uma lacuna de conhecimento para a área;
- É fundamental que um programa de monitoramento de uso dos recursos seja implementado e desse modo informações de caça, pesca, e coletas de quelônios possam ser acompanhados e avaliados.
- Realizar trocas de experiências com outras UC quanto às pesquisas, manejo e monitoramentos dos recursos naturais que realizam.

10. ZONEAMENTO

O zoneamento é um dos instrumentos de planejamento mais importantes para o ordenamento do espaço e gestão territorial e ambiental de uma unidade de conservação. Através do zoneamento se estabelece de forma especializada como e onde os objetivos de manejo serão atingidos, por meio de usos diferenciados em cada zona (ICMBIO, 2015b).

De acordo com o SNUC o zoneamento consiste na definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com orientações de manejo e normas específicas, para proporcionar os meios para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

O processo de construção do zoneamento da RESEX do Médio Purus foi realizado de forma participativa com membros da comunidade, representantes do conselho e pesquisadores em oficinas como a Oficina de Capacitação em Consolidação do Diagnóstico – Processo de Planejamento para os Planos de Manejo para as Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira -BR-319 (oficina com pesquisadores) realizada em 2015, as oficinas do Mapeamento Participativo das Áreas de Uso realizadas em agosto de 2018 e a Reunião Ampliada do Conselho Deliberativo da RESEX do Médio Purus que ocorreu na cidade de Lábrea (AM), também no mês de agosto de 2018.

Nestas oficinas construiu-se os subsídios necessários para a delimitação das zonas da RESEX, utilizando a metodologia de mapeamento participativo (“mapas falados”) em grupos de trabalho com a presença de facilitadores (Figura 25).

Para definição das zonas da RESEX do Médio Purus, para fins de padronização de nomenclaturas, normas, objetivos e usos permitidos foi considerado o documento fornecido pelo ICMBio que descreve uma proposta de uniformização do zoneamento para todas as categorias de manejo previstas na Lei 9.985/2000, exceto RPPN, elaborado pela equipe da Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo – COMAN/CGCAP/DIMAN.

Cabe reforçar que o zoneamento foi discutido e consolidado na reunião de estruturação do planejamento que aconteceu de 1 a 5 de outubro de 2018 em Brasília juntamente com a equipe de planejamento do ICMBio e posteriormente aprovado pelo conselho gestor.



Figura 24. Identificação das áreas de uso no mapa base da RESEX do Médio Purus, durante a oficina realizada na comunidade do Acimã – RESEX do Médio Purus (agosto, 2018).

Nesse contexto, foram delimitadas 4 (quatro) zonas para a RESEX do Médio Purus: Zona de Conservação, Zona de Uso Moderado, Zona de Uso Comunitário e Zona Populacional (Tabela 8 e Figura 25).

Tabela 8. Áreas e porcentagens de cobertura da RESEX do Médio Purus ocupadas por cada zona.

Zona	Área (ha)	%
Zona de Conservação	41.256,3	6,8
Zona de Uso Moderado	289.483,94	47,8
Zona de Uso Comunitário	95.172,92	15,7
Zona Populacional	179.582,9	29,7
Total Geral	605.496,06	100

A seguir foi descrito para cada zona a definição, os objetivos de manejo, localização, atividades permitidas e normas.

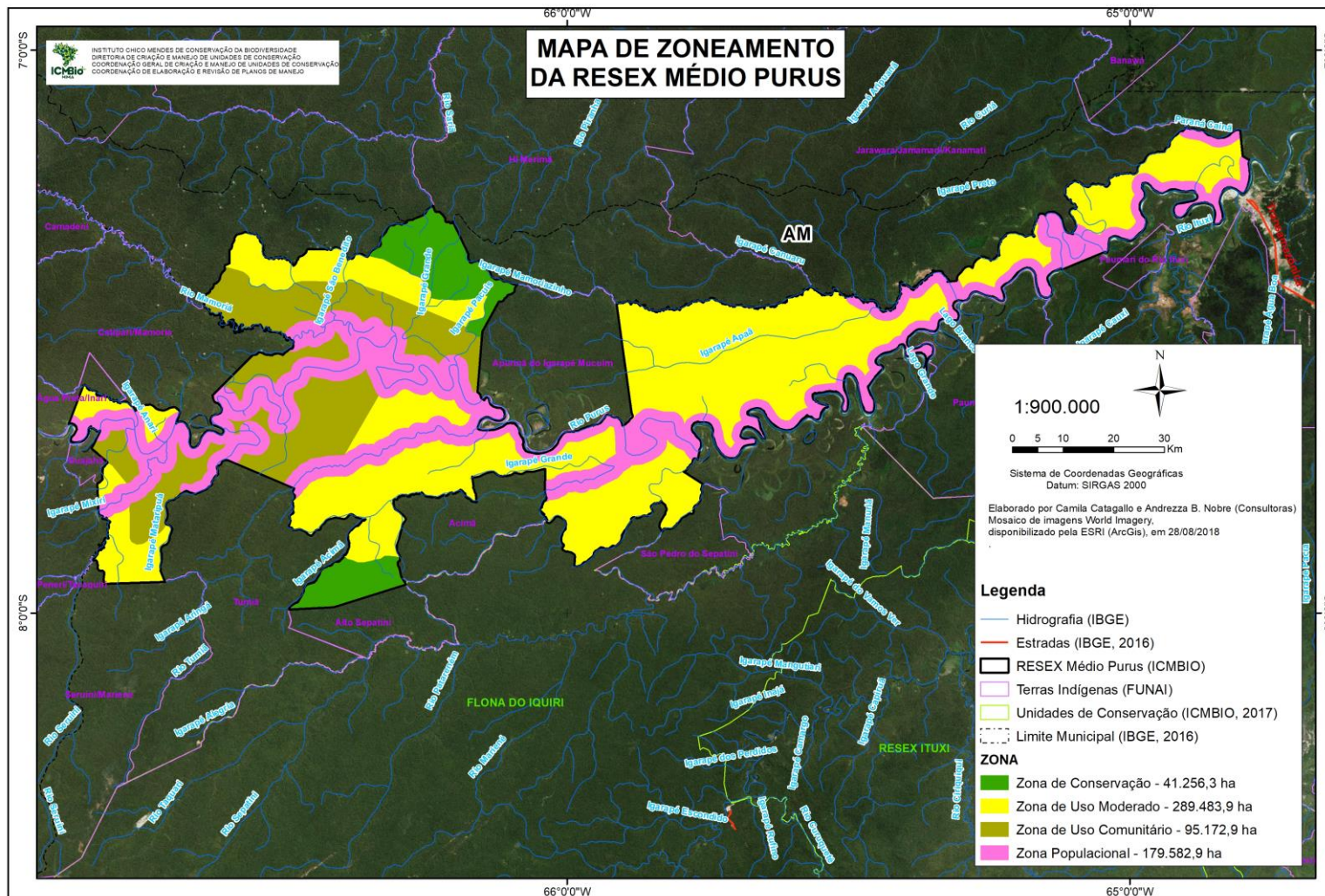


Figura 25. Mapa de zoneamento da RESEX do Médio Purus.

A seguir foi descrito para cada zona a definição, os objetivos de manejo, localização, atividades permitidas e normas.

Para a descrição da localização das zonas foram criados pontos com suas respectivas coordenadas geográficas para auxiliar no processo descritivo, conforme Tabela 9, que foram espacializados no mapa do zoneamento (Figura 26).

Tabela 9. Pontos e coordenadas para a descrição das zonas.

Ponto	Lon (W)	Lat (S)
1	66° 9' 6,148" W	7° 30' 39,297" S
2	66° 5' 16,771" W	7° 24' 58,340" S
3	66° 14' 17,867" W	7° 16' 38,779" S
4	66° 21' 13,794" W	7° 21' 57,653" S
5	66° 14' 27,676" W	7° 26' 28,495" S
6	66° 8' 34,516" W	7° 26' 31,721" S
7	66° 9' 42,523" W	7° 30' 33,830" S
8	66° 10' 43,825" W	7° 29' 32,940" S
9	66° 29' 6,312" W	7° 24' 49,078" S
10	66° 36' 32,193" W	7° 23' 5,894" S
11	66° 38' 45,634" W	7° 27' 16,689" S
12	66° 30' 6,619" W	7° 30' 24,980" S
13	66° 25' 12,413" W	7° 27' 55,047" S
14	66° 18' 40,897" W	7° 29' 24,251" S
15	66° 11' 34,904" W	7° 32' 31,655" S
16	66° 9' 32,169" W	7° 36' 4,047" S
17	66° 29' 39,803" W	7° 32' 5,238" S
18	66° 36' 50,335" W	7° 35' 49,152" S
19	66° 33' 33,644" W	7° 32' 33,077" S
20	66° 35' 16,720" W	7° 44' 5,513" S
21	66° 34' 35,413" W	7° 40' 1,615" S
22	66° 34' 12,099" W	7° 39' 28,379" S
23	66° 30' 5,930" W	7° 40' 52,093" S
24	66° 20' 5,494" W	7° 36' 51,843" S
25	66° 23' 39,281" W	7° 43' 1,550" S
26	66° 30' 16,550" W	7° 46' 10,760" S
27	66° 41' 16,862" W	7° 38' 33,002" S
28	66° 45' 50,823" W	7° 38' 23,276" S
29	66° 44' 43,956" W	7° 41' 52,830" S
30	66° 46' 6,618" W	7° 38' 14,835" S
31	66° 47' 35,200" W	7° 37' 33,023" S
32	66° 51' 42,504" W	7° 35' 55,657" S
33	66° 52' 46,108" W	7° 38' 51,598" S
34	66° 49' 2,935" W	7° 44' 0,767" S
35	66° 50' 17,879" W	7° 41' 35,346" S
36	66° 47' 11,362" W	7° 41' 7,995" S

Ponto	Lon (W)	Lat (S)
37	66° 47' 1,017" W	7° 46' 8,682" S
38	66° 50' 2,517" W	7° 47' 57,086" S
39	66° 50' 6,924" W	7° 46' 11,806" S
40	66° 49' 7,385" W	7° 49' 57,294" S
41	66° 47' 50,958" W	7° 56' 52,547" S
42	66° 42' 53,575" W	7° 56' 42,171" S
43	66° 42' 44,594" W	7° 50' 32,786" S
44	66° 46' 43,171" W	7° 48' 40,704" S
45	66° 41' 28,257" W	7° 41' 52,211" S
46	66° 40' 57,212" W	7° 47' 9,310" S
47	66° 29' 9,652" W	7° 47' 55,492" S
48	66° 9' 43,439" W	7° 41' 50,682" S
49	66° 1' 9,749" W	7° 43' 8,518" S
50	65° 56' 9,502" W	7° 44' 14,476" S
51	66° 2' 17,529" W	7° 45' 45,794" S
52	66° 9' 24,891" W	7° 47' 56,991" S
53	66° 18' 31,130" W	7° 48' 11,083" S
54	66° 17' 47,871" W	7° 54' 2,402" S
55	66° 20' 24,654" W	7° 54' 28,694" S
56	66° 23' 51,996" W	7° 54' 4,239" S
57	66° 21' 32,460" W	7° 50' 5,530" S
58	66° 29' 39,534" W	7° 59' 45,086" S
59	66° 17' 6,816" W	7° 57' 5,222" S
60	66° 2' 35,786" W	7° 48' 22,569" S
61	65° 59' 13,748" W	7° 55' 0,629" S
62	65° 49' 54,575" W	7° 48' 14,002" S
63	65° 49' 51,291" W	7° 51' 19,943" S
64	65° 45' 19,888" W	7° 46' 15,288" S
65	65° 46' 40,060" W	7° 43' 53,791" S
66	65° 53' 5,007" W	7° 39' 11,113" S
67	65° 54' 40,573" W	7° 27' 1,999" S
68	65° 33' 59,431" W	7° 25' 15,631" S
69	65° 30' 15,482" W	7° 26' 21,756" S
70	65° 27' 43,881" W	7° 28' 1,443" S
71	65° 18' 21,305" W	7° 24' 10,643" S
72	65° 9' 56,243" W	7° 18' 20,230" S
73	65° 5' 37,567" W	7° 18' 28,401" S
74	64° 58' 51,597" W	7° 12' 12,347" S
75	64° 54' 40,193" W	7° 8' 57,974" S
76	64° 48' 6,933" W	7° 9' 33,748" S
77	64° 47' 58,428" W	7° 11' 18,096" S
78	65° 7' 13,273" W	7° 23' 24,008" S
79	65° 27' 45,060" W	7° 38' 39,264" S

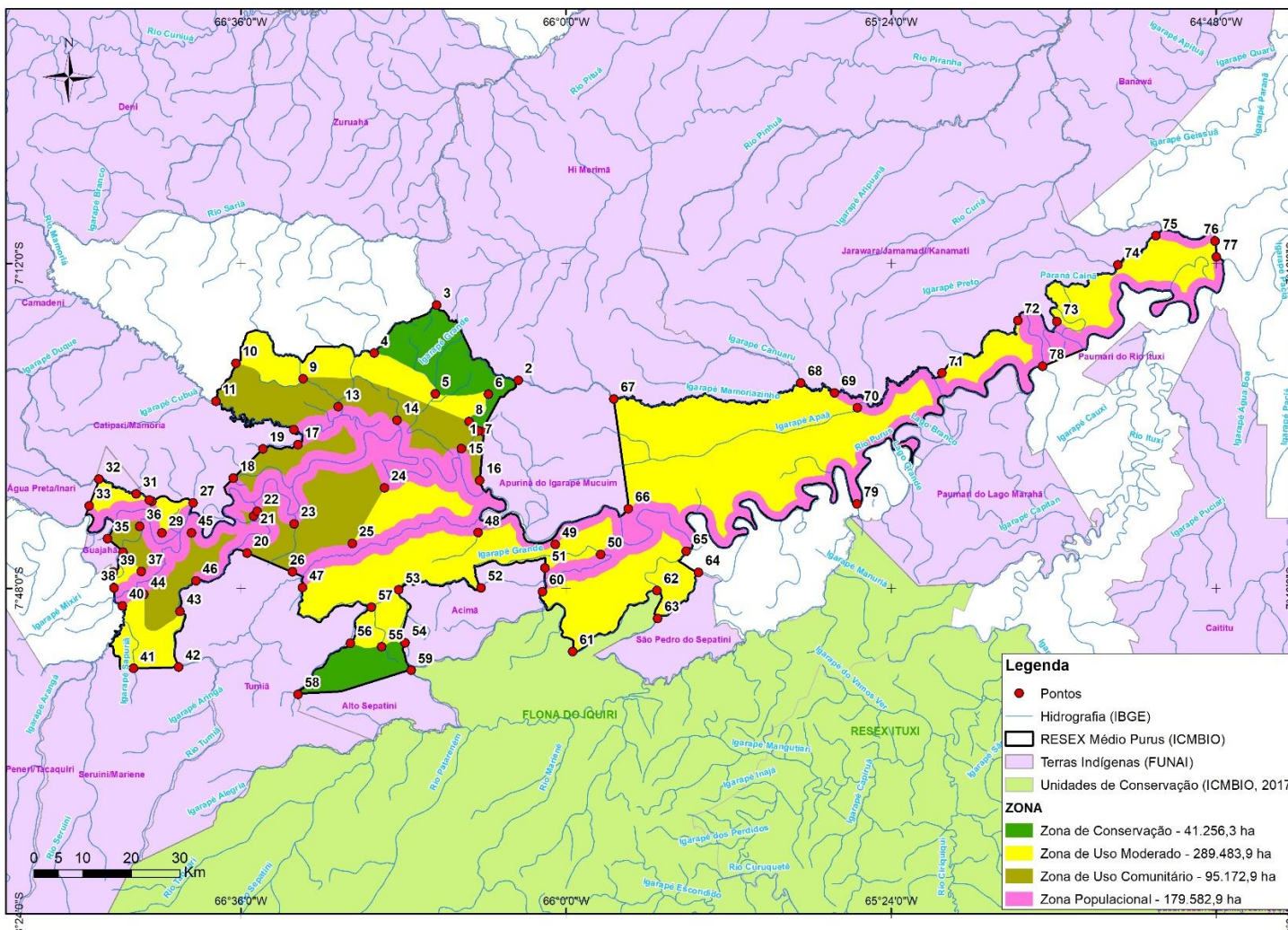


Figura 26. Mapa de zoneamento da RESEX do Médio Purus com os pontos de referência.

10.1. Zona de Conservação

Definição

É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração, não sendo admitido uso direto dos recursos naturais. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração, quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reúna características ecológicas especiais (ICMBio, 2018c).

Objetivo

É a manutenção do ambiente o mais natural possível e, ao mesmo tempo, dispor de condições primitivas para a realização das atividades de pesquisa e visitação de baixo grau de intervenção, respeitando-se as especificidades de cada categoria (ICMBio, 2018c).

Descrição

Compreende uma região sem ocupação humana, sem uso dos recursos naturais (conforme verificado no mapeamento participativo realizado nas reuniões comunitárias) e de difícil acesso. Abrange ambientes em bom estado de conservação ambiental e que podem funcionar como fonte de indivíduos que minimizem o impacto do uso sobre as populações da fauna silvestre na UC. Foram definidas duas áreas para Zona de Conservação: uma na porção norte da RESEX, que faz limite com as Terras Indígenas Hi Merimã e Apurinã do Igarapé Mucuim e outra no sul da RESEX que faz limite com as Terras Indígenas Alto Sepatini, Tumiã e Acimã.

A primeira área destinada a Zona de Conservação se inicia no limite da RESEX com a Terra Indígena Apurinã do Igarapé Mucuim no ponto 1 (P1) nas coordenadas geográficas 66° 9' 6,148" W e 7° 30' 39,297" S. A partir daí, segue no sentido NE (nordeste) acompanhando o limite da RESEX por aproximadamente 14 km até o ponto 2 (P2) nas coordenadas geográficas 66° 5' 16,771" W e 7° 24' 58,340" S. Segue na direção NO (noroeste) por aproximadamente 27 km contornando o limite da RESEX e da Terra Indígena Hi Merimã até o ponto 3 (P3) nas coordenadas geográficas 66° 14' 17,867" W e 7° 16' 38,779" S. Segue na direção SO (sudoeste) acompanhando o limite da RESEX por aproximadamente 18 km até o ponto 4 (P4) nas coordenadas geográficas 66° 21' 13,794" W e 7° 21' 57,653" S. A partir daí, segue por aproximadamente 16 km sentido leste (E) até o ponto 5 (P5) no Igarapé Grande acompanhando o limite da Zona de Uso Moderado nas coordenadas geográficas 66° 14' 27,676" W e 7° 26' 28,495" S. Segue por 12 km no sentido leste acompanhando o limite da Zona de Uso Moderado até o ponto 6 (P6) no Igarapé Pacuis nas coordenadas geográficas 66° 8' 34,516" W e 7° 26' 31,721" S. Deste ponto, segue sentido sul (S) por 11 km acompanhando o Igarapé Pacuis no limite da Zona de Uso Moderado e da Zona de Uso Comunitário até o ponto 7 (P7) nas

coordenadas geográficas 66° 9' 42,523" W e 7° 30' 33,830" S. Segue por 1,5 km sentido leste (E) até o ponto 1 (P1).

A segunda área destinada a Zona de Conservação se inicia no limite da RESEX com a Terra Indígena Acimã no ponto 54 (P54) no igarapé Machadinho nas coordenadas geográficas 66° 17' 47,871" W e 7° 54' 2,402" S. Segue por 5 km sentido oeste (W) até igarapé sem nome até o ponto 55 (P55) nas coordenadas geográficas 66° 20' 24,654" W e 7° 54' 28,694" S. Deste ponto continua sentido oeste (O) por 6,5 km até o ponto 56 (P56) no limite da RESEX com a Terra Indígena Tumiã no igarapé Acimã nas coordenadas geográficas 66° 23' 51,996" W e 7° 54' 4,239" S. Segue sentido sudoeste (SO) acompanhando o curso do igarapé Acimã por aproximadamente 15 km até o ponto 58 (P58) nas coordenadas geográficas 66° 29' 39,534" W e 7° 59' 45,086" S no limite da RESEX com Terra Indígena Alto Sepatini. Segue pelo limite da RESEX por 24 km sentido leste (E) até o ponto 59 (P59) nas coordenadas geográficas 66° 17' 6,816" W e 7° 57' 5,222" S limite com a Terra Indígena Acimã e FLONA Iquiri.

Atividades permitidas

Nesta zona é permitida a proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental, preferencialmente de forma natural (ICMBio, 2018c).

Normas

1. As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação.
2. É permitida a visitação de baixo grau de intervenção, priorizando as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aquelas pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura de novas trilhas quando inexistentes ou para melhorar o manejo e conservação da  rea.
3. A visitação deve priorizar as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aquelas pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura de novas trilhas quando inexistentes ou para melhorar o manejo e conservação da área.
4. É permitido pernoite tipo bivaque⁶ ou acampamento primitivo.
5. É permitida a instalação de infraestrutura física, quando estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos e seguranç  do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.

⁶Bivaque: "pernoite ao ar livre, com ou sem uso de equipamentos de campismo (barracas, tendas, saco de dormir etc.) e sem nenhuma estrutura permanente associada. Toda estrutura de acampamento s  estará armada enquanto estiver sendo utilizada para pernoite".

6. É permitida a abertura de novas trilhas e picadas necessárias às ações de resgate, salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da zona e para pesquisa.
7. Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, tal previsão deve constar do pedido de autorização da pesquisa e devem ser retirados para fora da área uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC, devendo ser feita a recuperação ambiental da área, quando cabível.
8. O uso de fogueiras é permitido em casos excepcionais, quando indispensáveis à proteção e à segurança da equipe da UC e de pesquisadores.
9. É permitido o uso de fogareiros nas atividades permitidas nesta zona.
10. O uso de animais de carga e montaria é permitido em casos de combate aos incêndios, resgate e salvamento, bem como no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações excepcionais para a proteção, pesquisa e manejo da visitação da UC.
11. É permitida a coleta de sementes para fins de recuperação de áreas degradadas, levando em consideração o mínimo impacto e desde que autorizada pela gestão da UC.
12. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado apenas quando indispensável para viabilizar as atividades de proteção, manejo, pesquisa e monitoramento ambiental.
13. Para atividades de visitação o trânsito motorizado deverá ser normatizado em instrumento específico.
14. É permitida a instalação de sinalização indicativa ou de segurança do visitante, desde que de natureza primitiva.

10.2. Zona de Uso Moderado

Definição

É a zona que contem ambientes naturais ou moderadamente antropizados, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração, sendo admitido uso direto dos recursos naturais nas UCs de Uso Sustentável, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre, desde que não descaracterizem a paisagem, os processos ecológicos ou as espécies nativas e suas populações (ICMBio, 2018c).

Objetivo

É a manutenção de um ambiente o mais próximo possível do natural, que pode ser conciliada à integração da dinâmica social e econômica da população residente ou usuária na unidade de conservação, através do uso direto de moderado impacto nos recursos naturais, respeitando-se as especificidades de cada categoria, além da realização de atividades de pesquisa e visitação de médio grau de intervenção.

Descrição

A Zona de Uso Moderado foi definida com base no mapa de zoneamento participativo. Essa zona localiza-se onde foi registrado uso menos intenso dos recursos naturais e ocorre ao longo de toda a RESEX. Propõem-se onze áreas para Zona de Uso Moderado distribuídas por toda a UC.

A primeira área destinada a Zona de Uso Moderado localiza-se na porção norte da UC e se inicia no igarapé Pacuis que faz limite com a Zona de Conservação no ponto 8 (P8) nas coordenadas geográficas 66° 10' 43,825" W e 7° 29' 32,940" S. A partir daí, segue no sentido NE (nordeste) por aproximadamente 8 km acompanhando o igarapé até o ponto 6 (P6) nas coordenadas geográficas 66° 8' 34,516" W e 7° 26' 31,721" S. A partir daí, segue por aproximadamente 12 km sentido oeste (W) até o ponto 5 (P5) no igarapé Grande acompanhando o limite da Zona de Uso Moderado nas coordenadas geográficas 66° 14' 27,676" W e 7° 26' 28,495" S. Daí segue por aproximadamente 16 km sentido oeste (W) acompanhando o limite da Zona de Conservação até o ponto 4 (P4) nas coordenadas geográficas 66° 21' 13,794" W e 7° 21' 57,653" S no limite da UC. Segue por aproximadamente 43 km no sentido W (oeste) acompanhando o limite da UC até o ponto 10 (P10) nas coordenadas geográficas 66° 36' 32,193" W e 7° 23' 5,894" S. Daí segue por 18 km até igarapé sem nome e continuando pelo seu curso até o ponto 9 (P9) nas coordenadas geográficas 66° 29' 6,312" W e 7° 24' 49,078" S no igarapé Cupu . Segue por 36 km no limite da Zona de Uso Comunitário passando pelo igarapé São Benedito e outros sem nome até ponto 8 (P8).

A segunda área destinada a Zona de Uso Moderado localiza-se na porção oeste da UC e se inicia no ponto 33 (P33) nas coordenadas geográficas 66° 52' 46,108" W e 7° 38' 51,598" S no limite da UC com a Terra Indígena  gua Preta/Inari. A partir deste ponto, segue em linha reta sentido nordeste (NE) por 6 km até o ponto 32 (P32) nas coordenadas geográficas 66° 52' 46,108" W e 7° 35' 55,657" S. Segue pelo igarapé Anari e limite da UC por aproximadamente 12 km até o ponto 31 (P31) nas coordenadas geográficas 66° 47' 35,200" W e 7° 37' 33,023" S limite com a Terra Indígena Catipari/Mamoriá . Segue por 4 km sentido leste (E) até o ponto 30 (P30) nas coordenadas geográficas 66° 46' 6,618" W e 7° 38' 14,835" S limite com a Zona Populacional. Segue acompanhando a Zona Populacional no sentido leste (E) por 14 km aproximadamente até o ponto 33 (P33).

A terceira área destinada a Zona de Uso Moderado é bem próxima a segunda e se inicia no ponto 27 (P27) nas coordenadas geográficas 66° 41' 16,862" W e 7° 38' 33,002" S no limite da UC com igarapé afluyente do Rio Purus. Segue acompanhando o limite da UC por 10 km sentido oeste (W) até o ponto 28 (P28) nas coordenadas geográficas 66° 45' 50,823" W e 7° 38' 23,276" S. Segue acompanhando o limite da Zona Populacional por 7 km sentido leste (E) até o ponto 29 (P29) nas coordenadas geográficas 66° 44' 43,956" W e 7° 41' 52,830" S e segue no mesmo sentido por mais 10 km até o ponto 27 (P27).

A quarta área destinada a Zona de Uso Moderado se inicia no ponto 34 (P34) nas coordenadas geográficas 66° 49' 2,935" W e 7° 44' 0,767" S no limite da UC com a Terra Indígena Guajahã. Segue pelo limite da UC por aproximadamente 5 km sentido sul (S) até o ponto 39 (P39) nas coordenadas geográficas 66° 50' 6,924" W e 7° 46' 11,806" S e segue em linha reta sentido sul (S) por 3,5 km até o ponto 38 (P38) nas coordenadas geográficas 66° 50' 2,517" W e 7° 47' 57,086" S limite com a Zona Populacional. Segue pelo limite da Zona Populacional por 7 km sentido nordeste (NE) até o ponto 37 (P37) nas coordenadas geográficas 66° 47' 1,017" W e 7° 46' 8,682" S. Segue por 6 km sentido noroeste (NW) acompanhando o limite da Zona de Uso Comunitário até o ponto 34 (P34).

A quinta área destinada a Zona de Uso Moderado se inicia no ponto 40 (P40) nas coordenadas geográficas 66° 49' 7,385" W e 7° 49' 57,294" S no limite da UC com o Rio Seruini. Segue pelo Rio Seruini e pelo limite da UC sentido sul (S) por aproximadamente 24 km até o ponto 41 (P41) no igarapé Sapuriã nas coordenadas geográficas 66° 47' 50,958" W e 7° 56' 52,547" S que faz limite com a Terra Indígena Seruini/Mariene. Segue em linha reta sentido leste (E) por 9 km até o ponto 42 (P42) nas coordenadas geográficas 66° 42' 53,575" W e 7° 56' 42,171" S. Segue sentido norte (N) por 14 km passando pelo igarapé Mataripuíá até o ponto 43 (P43) nas coordenadas geográficas 66° 42' 44,594" W e 7° 50' 32,786" S. Daí segue pelo limite da Zona de Uso Comunitário por aproximadamente 15 km até o ponto 44 (P44) nas coordenadas geográficas 66° 46' 43,171" W e 7° 48' 40,704" S. Deste ponto segue por 5 km pelo limite da Zona Populacional até o ponto 40 (P40).

A sexta área destinada a Zona de Uso Moderado se localiza entre o Rio Purus e o Rio Tumiã e se inicia no ponto 24 (P24) nas coordenadas geográficas 66° 20' 5,494" W e 7° 36' 51,843" S entre a Zona de Uso Comunitário e a Zona Populacional. Segue sentido sudoeste em linha reta por aproximadamente 13 km até o ponto 25 (P25) nas coordenadas geográficas 66° 23' 39,281" W e 7° 43' 1,550" S. Deste ponto segue acompanhando a Zona Populacional sentido nordeste (NE) por 30 km e em seguida sentido noroeste (NW) por aproximadamente 22 km até o ponto 24 (P24).

A sétima área destinada a Zona de Uso Moderado se inicia no ponto 47 (P47) em igarapé no limite da UC com a Terra Indígena Tumiã nas coordenadas geográficas 66° 29' 9,652" W e 7° 47' 55,492" S. Segue pelo limite da Zona Populacional por 40 km sentido nordeste

(NE) até igarapé sem nome afluente do Rio Purus no ponto 48 (P48) nas coordenadas geográficas 66° 9' 43,439" W e 7° 41' 50,682" S. Continua pelo limite da Zona Populacional por 20 km até o ponto 49 (P49) nas coordenadas geográficas 66° 1' 9,749" W e 7° 43' 8,518" S no igarapé Grande. Segue por 22 km pelo limite da Zona Populacional até o ponto 50 (P50) nas coordenadas geográficas 65° 56' 9,502" W e 7° 44' 14,476" S no igarapé Acimã. Segue por 12 km sentido oeste (W) pelo limite da Zona Populacional até o limite da UC no ponto 51 (P51) nas coordenadas geográficas 66° 2' 17,529" W e 7° 45' 45,794" S. segue pelo limite da UC por mais 22 km até o ponto 52 (P52) nas coordenadas geográficas 66° 9' 24,891" W e 7° 47' 56,991" S no igarapé Acimã. Continua pelo limite da UC e curso do igarapé Acimã por 20 km aproximadamente até o ponto 53 (P53) nas coordenadas geográficas 66° 18' 31,130" W e 7° 48' 11,083" S. Deste ponto, no igarapé Machadinho segue por 13 km sentido sul (S) até o ponto 54 (P54) no limite com a Zona de Conservação nas coordenadas geográficas 66° 17' 47,871" W e 7° 54' 2,402" S. Segue por 5 km sentido oeste (W) até igarapé sem nome até o ponto 55 (P55) nas coordenadas geográficas 66° 20' 24,654" W e 7° 54' 28,694" S. Deste ponto continua sentido oeste (O) por 6,5 km até o ponto 56 (P56) no limite da RESEX com a Terra Indígena Tumiã no igarapé Acimã nas coordenadas geográficas 66° 23' 51,996" W e 7° 54' 4,239" S. Daí, segue o curso do igarapé Acimã e limite da UC por 10 km até o ponto 57 (P57) nas coordenadas geográficas 66° 21' 32,460" W e 7° 50' 5,530" S. Segue pelo limite da UC por aproximadamente 25 km até ponto 47 (P47).

A oitava área destinada a Zona de Uso Moderado localiza-se no sul da RESEX e faz divisa com a FLONA Iquiri e as Terras Indígenas Acimã e São Pedro do Sepatini. Inicia-se no limite da UC no ponto 60 (P60) nas coordenadas geográficas 66° 2' 35,786" W e 7° 48' 22,569" S. Segue sentido sul (S) no limite da UC por aproximadamente 23 km até o ponto 61 (P61) nas coordenadas geográficas 65° 59' 13,748" W e 7° 55' 0,629" S. Segue pelo limite da UC e pelo curso de igarapé sem nome sentido nordeste (NE) por 25 km até o ponto 62 (P62) nas coordenadas geográficas 65° 49' 54,575" W e 7° 48' 14,002" S. Segue sentido sul (S) pelo limite da UC por 7 km até o ponto 63 (P63) nas coordenadas geográficas 65° 49' 51,291" W e 7° 51' 19,943" S. Deste ponto segue sentido nordeste (NE) por 14 km pelo limite da UC da TI São Pedro do Sepatini até o ponto 64 (P64) nas coordenadas geográficas 65° 45' 19,888" W e 7° 46' 15,288" S. Segue sentido nordeste (NE) pelo limite da UC por 9 km até o ponto 65 (P65) nas coordenadas geográficas 65° 46' 40,060" W e 7° 43' 53,791" S. Segue pelo limite da Zona Populacional por 36 sentido noroeste (NW) e posteriormente sudoeste (SW) até o ponto 60 (P60).

A nona área destinada a Zona de Uso Moderado faz limite com três Terras indígenas Apurinã do Igarapé Mucuí, Hi Merimã e Jarawara/Jamamadi/Kanamati. Inicia-se no limite da UC no ponto 66 (P66) nas coordenadas geográficas 65° 53' 5,007" W e 7° 39' 11,113" S. Deste ponto segue em linha reta sentido NW (noroeste) por 23 km até o ponto 67 (P67) nas coordenadas geográficas 65° 54' 40,573" W e 7° 27' 1,999" S no igarapé Mamoriazinho. Segue pelo igarapé Mamoriazinho sentido leste (E) no limite da

UC por 50 km aproximadamente até o igarapé Canuaru no ponto 68 (P68) nas coordenadas geográficas 65° 33' 59,431" W e 7° 25' 15,631" S. Continua pelo igarapé e pelo limite da UC por 15 km até o ponto 69 (P69) nas coordenadas geográficas 65° 30' 15,482" W e 7° 26' 21,756" S no limite da Zona Populacional. Segue pelo limite da Zona Populacional por 7 km até o ponto 70 (P70) nas coordenadas geográficas 65° 27' 43,881" W e 7° 28' 1,443" S no igarapé Apaã. Deste ponto segue pelo limite da Zona Populacional por aproximadamente 120 km até o ponto 66 (P66).

A décima área destinada a Zona de Uso Moderado localiza-se a leste da UC e faz limite com a Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati e se inicia no ponto 71 (P71) nas coordenadas geográficas 65° 18' 21,305" W e 7° 24' 10,643" S. Segue pelo limite da UC sentido leste (E) por aproximadamente 25 km até o ponto 72 (P72) nas coordenadas geográficas 65° 9' 56,243" W e 7° 18' 20,230" S no limite com a Zona Populacional. Deste ponto segue pelo limite com a Zona Populacional por 34 km até o ponto 71 (P71).

A décima primeira área destinada a Zona de Uso Moderado localiza-se a leste da UC e faz limite com a Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati. Inicia no ponto 73 (P73) nas coordenadas geográficas 65° 5' 37,567" W e 7° 18' 28,401" S. Segue por aproximadamente 30 km sentido leste no limite da UC pelo Paranã Cainã até o igarapé Preto no ponto 74 (P74) nas coordenadas geográficas 64° 58' 51,597" W e 7° 12' 12,347" S. Segue por 12 km sentido leste (E) pelo limite da UC e Paranã Cainã até o ponto 75 (P75) nas coordenadas geográficas 64° 54' 40,193" W e 7° 8' 57,974" S. Deste, segue pelo limite da Zona Populacional por 13 km até o ponto 76 (P76) nas coordenadas geográficas 64° 48' 6,933" W e 7° 9' 33,748" S no limite da UC. Segue em linha reta sentido sul (S) por 3 km no limite da UC até o ponto 77 (P77) nas coordenadas geográficas 64° 47' 58,428" W e 7° 11' 18,096" S. Segue o limite da Zona Populacional sentido oeste (W) por 52 km até o ponto 73 (P73).

Atividades permitidas

Nesta zona é permitida a proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de médio grau de intervenção (com apoio de instalações compatíveis), recuperação ambiental. Nas UC de Uso Sustentável, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre são admitidas moradias isoladas com roças de subsistência e uso direto moderado dos recursos naturais. Não é permitido o manejo florestal madeireiro, exceto nos casos necessários para a recuperação de ambientes naturais (ICMBio, 2018c).

Normas

15. É permitido o uso de recursos naturais, conforme o presente Plano de Manejo e em instrumentos específicos.
16. É permitida a presença de moradores isolados, que podem ter roças para subsistência.

- a. A abertura de novas áreas para atividades agrícolas é permitida somente mediante autorização do órgão gestor e conforme regramento previsto em instrumento específico.
 - b. Deve ser priorizado o reaproveitamento das capoeiras para atividades agrícolas.
17. Não é permitida a realização de manejo florestal madeireiro.
18. A retirada de madeira somente poderá ocorrer de forma eventual, para uso das famílias que moram nesta zona, não podendo ser vendida ou trocada.
19. É permitido o manejo florestal de recursos não madeireiros, como coleta de castanha, extração de óleos, cipós e outros produtos da cadeia extrativista, que poderão ser normatizados por instrumentos específicos.
20. É permitida a pesca artesanal, conforme o presente Plano de Manejo e em instrumentos específicos.
21. É permitido o manejo da fauna e da pesca nesta zona mediante planejamento específico, desde que aprovado pelos órgãos competentes, devendo as atividades serem monitoradas quanto ao seu impacto no ambiente.
22. São permitidas a instalação de equipamentos facilitadores e serviços de apoio à visitação, sempre em harmonia com a paisagem, mediante autorização do órgão gestor.
23. Poderão ser instalados nas áreas de visitação, áreas para pernoite (acampamentos ou abrigos), trilhas, sinalização indicativa e interpretativa, pontos de descanso, sanitários básicos e outras infraestruturas mínimas ou de média intervenção mediante autorização do órgão gestor.
24. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado para as atividades permitidas nesta zona, devendo ser regulamentado em instrumento específico, exceto no caso dos moradores isolados, cujo trânsito motorizado é livre e independe de regulamentação.

10.3. Zona de Uso Comunitário

Definição

É a zona que contém ambientes naturais, podendo apresentar alterações antrópicas, onde os recursos naturais já são utilizados pelas comunidades ou que tenha potencial para o manejo comunitário destes, incluindo usos florestais, pesqueiros e de fauna, quando possível (ICMBio, 2018c).

Objetivo

É a manutenção de um ambiente natural associado ao uso múltiplo sustentável dos recursos naturais, conciliada à integração da dinâmica social e econômica da população beneficiária ou usuária na unidade de conservação, atendendo as suas necessidades (ICMBio, 2018c).

Descrição

Essa zona foi definida a partir do mapa de zoneamento participativo e dos mapas de uso do território. A área da Zona de Uso Comunitário definida localiza-se na porção oeste da RESEX, ao redor da Zona Populacional e possui maior viabilidade de exploração madeireira e não-madeireira, por ser mais acessível e já ser utilizada pelos moradores da RESEX.

A Zona de Uso Comunitário é uma grande área entre as zonas Populacional e de Uso Moderado. Esta zona está fragmentada em cinco áreas que serão descritas a seguir.

A primeira área destinada a Zona de Uso Comunitário se inicia no limite da RESEX com a Terra Indígena Apurinã do Igarapé Mucuím no ponto 1 (P1) nas coordenadas geográficas 66° 9' 6,148" W e 7° 30' 39,297" S. Segue acompanhando o limite da Zona de Conservação por 4 km até o ponto 8 (P08) no igarapé Pacuis nas coordenadas geográficas 66° 10' 43,825" W e 7° 29' 32,940" S. A partir daí segue por 36 km sentido oeste (W) até o ponto 9 (P9) nas coordenadas geográficas 66° 29' 6,312" W e 7° 24' 49,078" S no igarapé Cupuã. Daí segue por 18 km até o ponto 10 (P10) nas coordenadas geográficas 66° 36' 32,193" W e 7° 23' 5,894" S no limite da UC. Segue pelo limite da UC sentido sudoeste (SW) por 10 km até o ponto 11 (P11) nas coordenadas geográficas 66° 38' 45,634" W e 7° 27' 16,689" S no Rio Mamoriá e no limite com a Terra Indígena Catipari/Mamoriá por aproximadamente 35 km até o ponto 12 (P12) nas coordenadas geográficas 66° 30' 6,619" W e 7° 30' 24,980" S. Segue sentido leste (E) por 11 km acompanhando o limite da Zona Populacional até igarapé Cupuã no ponto 13 (P13) nas coordenadas geográficas 66° 25' 12,413" W e 7° 27' 55,047" S. Continua pelo limite da Zona Populacional por 15 km até o ponto 14 (P14) nas coordenadas geográficas 66° 18' 40,897" W e 7° 29' 24,251" S em igarapé sem nome. Segue acompanhando a Zona Populacional por 19 km até o igarapé Pacuis no ponto 15 (P15) nas coordenadas geográficas 66° 11' 34,904" W e 7° 32' 31,655" S. Deste ponto segue por 9 km pelo limite da Zona Populacional até ponto 16 (P16) no limite da UC nas coordenadas geográficas 66° 9' 32,169" W e 7° 36' 4,047" S. Segue em linha reta por 10 km pelo limite da UC sentido norte (N) até o ponto 1 (P01).

A segunda área destinada a Zona de Uso Comunitário se inicia no limite da RESEX com a Terra Indígena Catipari/Mamoria no ponto 17 (P17) nas coordenadas geográficas 66° 29' 39,803" W e 7° 32' 5,238" S. Segue por 49 km acompanhando limite da Zona Populacional até ponto 18 (P18) no limite da UC nas coordenadas geográficas 66° 36' 50,335" W e 7° 35' 49,152" S. Deste ponto segue em linha reta sentido nordeste (NE) no

limite da UC até ponto 19 (P19) nas coordenadas geográficas 66° 33' 33,644" W e 7° 32' 33,077" S. Segue por igarapé sem nome sentido leste (E) até o ponto 17 (P17).

A terceira área destinada a Zona de Uso Comunitário se inicia no limite da RESEX com a Terra Indígena Tumiã no ponto 20 (P20) nas coordenadas geográficas 66° 35' 16,720" W e 7° 44' 5,513" S. Deste ponto segue por 17 km pelo limite da Zona Populacional sentido norte (N) até igarapé Mataripuíá no ponto 21 (P21) nas coordenadas geográficas 66° 34' 35,413" W e 7° 40' 1,615" S. Segue por 10 km pelo limite da Zona Populacional até o ponto 22 (P22) nas coordenadas geográficas 66° 34' 12,099" W e 7° 39' 28,379" S novamente no igarapé Mataripuíá. Segue por 12,5 km pelo limite da Zona Populacional até o ponto 23 (P23) nas coordenadas geográficas 66° 30' 5,930" W e 7° 40' 52,093" S. Deste ponto continua por 30 km pelo limite da Zona Populacional sentido leste (E) até o ponto 24 (P24) nas coordenadas geográficas 66° 20' 5,494" W e 7° 36' 51,843" S, limite com a Zona de Uso Moderado. Segue sentido sudoeste em linha reta por aproximadamente 13 km até o ponto 25 (P25) nas coordenadas geográficas 66° 23' 39,281" W e 7° 43' 1,550" S. Segue por 15 km pelo limite da Zona Populacional até o ponto 26 (P26) no limite da UC nas coordenadas geográficas 66° 30' 16,550" W e 7° 46' 10,760" S.

A quarta área destinada a Zona de Uso Comunitário se inicia no ponto 34 (P34) nas coordenadas geográficas 66° 49' 2,935" W e 7° 44' 0,767" S no limite da UC com a Terra Indígena Guajahã. Segue pelo limite da UC até o ponto 35 (P35) no limite com a Zona Populacional nas coordenadas geográficas 66° 50' 17,879" W e 7° 41' 35,346" S. Segue por 8 km pelo limite com a Zona Populacional sentido leste (E) até igarapé sem nome no ponto 36 (P36) nas coordenadas geográficas 66° 47' 11,362" W e 7° 41' 7,995" S. Continua por 12 km pelo limite com a Zona Populacional até o ponto 37 nas coordenadas geográficas 66° 47' 1,017" W e 7° 46' 8,682" S e deste ponto segue por 5,5 km sentido noroeste (NW) pelo limite da Zona de Uso Moderado até o ponto 34 (P34).

A quinta área destinada a Zona de Uso Comunitário se inicia no ponto 43 (P43) nas coordenadas geográficas 66° 42' 44,594" W e 7° 50' 32,786" S no limite da UC com a Terra Indígena Tumiã. Daí segue pelo limite da Zona de Uso Comunitário por aproximadamente 15 km até o ponto 44 (P44) nas coordenadas geográficas 66° 46' 43,171" W e 7° 48' 40,704" S. Deste ponto, segue acompanhando o limite com a Zona Populacional por 18 km sentido nordeste (NE) até o ponto 45 (P45) nas coordenadas geográficas 66° 41' 28,257" W e 7° 41' 52,211" S. Segue acompanhando o limite da Zona Populacional por 28 km até o ponto 46 (P46) nas coordenadas geográficas 66° 40' 57,212" W e 7° 47' 9,310" S. Segue sentido sul (S) por 8 km pelo limite da UC e pelo curso do igarapé Mataripuíá até o ponto 43 (P43).

Atividades permitidas

Nesta zona é permitida a proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação de médio grau de intervenção (a qual deve ser desenvolvida em

compatibilidade com o uso de recursos naturais pelos moradores da UC) e uso direto moderado dos recursos naturais, incluindo exploração comercial de recursos madeireiros e manejo de fauna nativa (previsto em legislação vigente). São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona (ICMBio, 2018c).

Normas

25. É permitido, exclusivamente para as famílias beneficiárias, o manejo florestal comunitário, desde que em acordo com a legislação vigente e autorização do ICMBio.
26. A comercialização de madeira manejada será permitida quando houver plano de manejo comunitário para as comunidades interessadas em desenvolver a atividade.
27. Produtos manufaturados em madeira, como: remos, móveis, canoas e outros, poderão ser comercializados pelas comunidades, mediante autorização do órgão gestor da UC, observando a legislação vigente, devendo as atividades serem monitoradas quanto ao seu impacto no ambiente
28. Fica permanentemente proibida a entrada de madeireiros com fins comerciais de extração de madeira na RESEX do Médio Purus.
29. É proibido o transporte de qualquer espécie de madeira para beneficiamento fora da RESEX do Médio Purus.
30. São permitidas exclusivamente para as famílias beneficiárias, a retirada de madeira e de produtos florestais não madeireiros, a pesca de subsistência e a pesca artesanal.
31. É permitido o manejo de fauna nativa, desde que previsto em legislação vigente e devidamente licenciado pelo órgão competente.
32. É permitida a instalação de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas nesta zona, desde que ouvido o conselho e aprovado pela administração da UC.
33. É proibida exploração de recursos madeireiros nas áreas de preservação permanente (APP).
34. As estradas e vias de acesso para escoamento da produção não poderão causar dano direto à Zona de Conservação.
35. Os projetos de manejo florestal comunitário deverão contemplar o estabelecimento de áreas-testemunho e de parcelas permanentes para monitoramento da qualidade ambiental.
36. A visitação nas áreas com exploração florestal em curso será guiada, sendo obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual (EPI).
37. O uso de fogueiras nas atividades de visitação é permitido em locais pré-determinados, em comum acordo com as comunidades beneficiárias da UC.
38. O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades previstas desta zona.

39. As diferentes atividades de uso sustentável que requeiram regulação específica (manejo florestal comunitário, manejo de fauna e exploração de recursos pesqueiros) deverão ser normatizadas em planos específicos, em conformidade com a legislação vigente.
40. A coleta de sementes para uso em projetos de pesquisa, restauração e recuperação ambiental, formação de banco de germoplasma ou comercialização será normatizada em planos específicos, em conformidade com a legislação vigente.

10.4. Zona Populacional

Definição

É a zona destinada a abrigar as concentrações de populações residentes nas UCs e suas possíveis áreas de expansão, cuja presença seja compatível com a categoria, assim como as áreas destinadas às infraestruturas comunitárias, de serviços e de suporte à produção (ICMBio, 2018c).

Objetivo

É destinar áreas para moradias, acesso a serviços e atividades produtivas necessárias ao estabelecimento e à reprodução dos modos de vida das populações tradicionais (ICMBio, 2018c).

Descrição

Esta zona foi definida a partir de um buffer de 2 km das margens do rio Purus e outros rios e igarapés como exemplo rio Tumiã e igarapé Mixiri, ou seja, os primeiros 2.000 metros paralelos ao corpo d'água, considerado a área de influência dos moradores e suas práticas produtivas. A zona populacional abrange as áreas atualmente ocupadas pelas comunidades e áreas de uso dos recursos definidas nas reuniões comunitárias, bem como possível área de expansão das populações.

A área destinada a Zona Populacional se inicia no ponto 12 (P12) nas coordenadas geográficas 66° 30' 6,619" W e 7° 30' 24,980" S. Segue sentido leste (E) por 11 km acompanhando o limite da Zona de Uso Comunitário até igarapé Cupuã no ponto 13 (P13) nas coordenadas geográficas 66° 25' 12,413" W e 7° 27' 55,047" S. Continua pelo limite da de Uso Comunitário por 15 km até o ponto 14 (P14) nas coordenadas geográficas 66° 18' 40,897" W e 7° 29' 24,251" S em igarapé sem nome. Segue acompanhando a Zona de Uso Comunitário por 19 km até o igarapé Pacuis no ponto 15 (P15) nas coordenadas geográficas 66° 11' 34,904" W e 7° 32' 31,655" S. Deste ponto segue por 9 km pelo limite da Zona de Uso Comunitário até ponto 16 (P16) no limite da UC nas coordenadas geográficas 66° 9' 32,169" W e 7° 36' 4,047" S. Deste ponto segue pelo Rio Purus sentido leste (E), limite da UC, por 55 km até o ponto 66 (P66) nas

coordenadas geográficas 65° 53' 5,007" W e 7° 39' 11,113" S. Deste ponto segue pelo limite da Zona de Uso Moderado por aproximadamente 120 km até o ponto 70 (P70) nas coordenadas geográficas 65° 27' 43,881" W e 7° 28' 1,443" S no igarapé Apaã. Segue sentido noroeste (NW) por 6 km pelo limite da Zona de Uso Moderado até o ponto 69 no limite da UC no igarapé Mamoriazinho nas coordenadas geográficas 65° 30' 15,482" W e 7° 26' 21,756" S. Segue por aproximadamente 35 km pelo igarapé Mamoriazinho, limite da RESEX e da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati até o ponto 71 nas coordenadas geográficas 65° 18' 21,305" W e 7° 24' 10,643" S. Segue para leste (E) pelo limite da Zona de Uso Moderado por 34 km até o ponto 72 nas coordenadas geográficas 65° 9' 56,243" W e 7° 18' 20,230" S. segue pelo limite da UC por 13 km até o ponto 73 nas coordenadas geográficas 65° 5' 37,567" W e 7° 18' 28,401" S. Segue pelo limite da Zona de Uso Moderado ou pelo buffer da Zona Populacional por 53 km até o ponto 77 (P77) nas coordenadas geográficas 64° 47' 58,428" W e 7° 11' 18,096" S. Segue pelo limite da UC sentido sudoeste (SW) e pelo Rio Purus, em seu sentido contrário, por 82 km até o ponto 78 (P78)) nas coordenadas geográficas 65° 7' 13,273" W e 7° 23' 24,008" S. Continua pelo Rio Purus, sentido montante, e limite da UC por x km até o ponto 79 (P79) nas coordenadas geográficas 65° 27' 45,060" W e 7° 38' 39,264" S. Continua na mesma direção por x km até o ponto 65 (P65) nas coordenadas geográficas 65° 46' 40,060" W e 7° 43' 53,791" S. Deste ponto segue por 35 km acompanhando o limite da Zona de Uso Moderado ou pelo buffer da Zona Populacional até o ponto 60 (P60) nas coordenadas geográficas 66° 2' 35,786" W e 7° 48' 22,569" S no limite da UC com a Terra Indígenas Acimã. Segue na direção norte (N) pelo limite da UC até o ponto 51 (P51) nas coordenadas geográficas 66° 2' 17,529" W e 7° 45' 45,794" S. Daí segue por 12 km sentido leste (E) acompanhando o limite da Zona de Uso Moderado ou pelo buffer da Zona Populacional até o ponto 50 (P50) nas coordenadas geográficas 65° 56' 9,502" W e 7° 44' 14,476" S no igarapé Acimã e continua por 22 km até o ponto 49 nas coordenadas geográficas 66° 1' 9,749" W e 7° 43' 8,518" S no igarapé Grande. Continua por 20 km até igarapé sem nome no ponto 48 (P48) nas coordenadas geográficas 66° 9' 43,439" W e 7° 41' 50,682" S e deste segue por 40 km até o ponto 47 em igarapé no limite da UC com a Terra Indígena Tumiã nas coordenadas geográficas 66° 29' 9,652" W e 7° 47' 55,492" S. Deste ponto segue pelo limite da UC por 5 km até o ponto 26 (P26) no limite da UC nas coordenadas geográficas 66° 30' 16,550" W e 7° 46' 10,760" S. Segue por 15 km pelo limite da Zona de Uso Comunitário até o ponto 25 (P25) nas coordenadas geográficas 66° 23' 39,281" W e 7° 43' 1,550" S. Deste ponto continua por 30 km pelo limite da Zona de Uso Moderado até o ponto 24 nas coordenadas geográficas 66° 20' 5,494" W e 7° 36' 51,843" S. Segue por 32 km acompanhando o limite da Zona de Uso Comunitário e o buffer da Zona Populacional até o ponto 23 (P23) nas coordenadas geográficas 66° 30' 5,930" W e 7° 40' 52,093" S em igarapé sem nome. Continua por 23 km até o ponto 21 (P21) no igarapé Mataripuí nas coordenadas geográficas 66° 34' 35,413" W e 7° 40' 1,615" S. Continua por 17 km acompanhando o limite da Zona de Uso Comunitário e o buffer da Zona Populacional até o ponto 20 nas coordenadas

geográficas 66° 35' 16,720" W e 7° 44' 5,513" S no limite da UC com a Terra Indígena Tumiã. Segue pelo limite da UC sentido sul (S) pelo igarapé Mataripuíá por 15 km até o ponto 46 (P46) nas coordenadas geográficas 66° 40' 57,212" W e 7° 47' 9,310" S. Segue sentido nordeste (NE) acompanhando o limite da Zona de Uso Comunitário por 28 km até o ponto 45 (P45) nas coordenadas geográficas 66° 41' 28,257" W e 7° 41' 52,211" S e segue sentido sudoeste (SW) por 18 km até o ponto 44 (P44) nas coordenadas geográficas 66° 46' 43,171" W e 7° 48' 40,704" S. Deste ponto segue acompanhando o limite da Zona de Uso Moderado por 5 km até o ponto 40 nas coordenadas geográficas 66° 49' 7,385" W e 7° 49' 57,294" S no limite da UC com o Rio Seruini. Deste ponto, segue pelo limite da UC por 6 km sentido norte (N) até o ponto 38 (P38) nas coordenadas geográficas 66° 50' 2,517" W e 7° 47' 57,086" S. Segue pelo limite da Zona de Uso Moderado por 7 km sentido nordeste (NE) até o ponto 37 (P37) nas coordenadas geográficas 66° 47' 1,017" W e 7° 46' 8,682" S. Continua pelo limite da Zona de Uso Comunitário por 12 km até ponto 36 (P36) nas coordenadas geográficas 66° 47' 11,362" W e 7° 41' 7,995" S em igarapé sem nome. Segue por 8 km sentido oeste (W) pelo limite da Zona de Uso Comunitário até o ponto 35 (P35) nas coordenadas geográficas 66° 50' 17,879" W e 7° 41' 35,346" S no limite da UC. Deste ponto segue pelo limite da UC na direção norte (N) por 18 km até o ponto 33 (P33) nas coordenadas geográficas 66° 52' 46,108" W e 7° 38' 51,598" S no limite da UC com a Terra Indígena Água Preta/Inari. Segue por 14 km até o ponto 30 (P30) nas coordenadas geográficas 66° 46' 6,618" W e 7° 38' 14,835" S limite com a Zona Populacional e segue por 700 m até o ponto 28 (P28) nas coordenadas geográficas 66° 45' 50,823" W e 7° 38' 23,276" S. Segue acompanhando o limite da Zona de Uso Moderado por 7 km até o ponto 29 (P29) nas coordenadas geográficas 66° 44' 43,956" W e 7° 41' 52,830" S e segue no mesmo sentido por mais 10 km até o ponto 27 (P27). Daí segue pelo limite da UC no sentido do Rio Purus até o ponto 18 nas coordenadas geográficas 66° 36' 50,335" W e 7° 35' 49,152" S. Segue por 49 km acompanhando limite da Zona de Uso Moderado até o ponto 17 (P17) nas coordenadas geográficas 66° 29' 39,803" W e 7° 32' 5,238" S. Segue pelo limite da UC sentido norte (N) por 6 km até o ponto 12.

No extremo leste da RESEX também há uma área destinada a Zona Populacional as margens do Paraná Cainã no limite da RESEX. Ela se inicia no ponto 75 (P75) nas coordenadas geográficas 64° 54' 40,193" W e 7° 8' 57,974" S e segue pelo limite da UC por 15 km até o ponto 76 (P76) nas coordenadas geográficas 64° 48' 6,933" W e 7° 9' 33,748" S. Deste ponto segue acompanhando a Zona de Uso Moderado por 14 km até o ponto 75 (P75).

Atividades permitidas

Nesta zona é permitida a proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção (com a implantação da respectiva

infraestrutura, desde que em acordo com as populações residentes), moradias, uso direto de recursos naturais, atividades produtivas, criação de animais (conforme especificidades da categoria), comércio simples, serviços básicos, infraestruturas comunitárias e indústrias de pequeno porte. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona (ICMBio, 2018c).

Normas

41. A construção e a reforma de moradias deverão ter autorização do ICMBio e das associações comunitárias ou da Concessionária da CCDRU, conforme estabelecido em contrato, ou resolução do conselho, quando couber.
42. É permitida a instalação de infraestruturas de gestão da UC por parte do ICMBio, desde que com anuência das associações comunitárias ou da Concessionária da CCDRU, quando cabível.
43. É permitida a instalação de pequenos empreendimentos comerciais, desde que autorizado pelo ICMBio.
44. Deverá ser buscado sistema de saneamento dos resíduos sólidos (orgânicos e inorgânicos) e efluentes, para evitar a contaminação dos recursos hídricos como, por exemplo, implantação de fossas ecológicas, sanitários secos, dentre outras alternativas.
45. As normas e regras específicas relacionadas à conduta dos moradores em suas residências e áreas comuns desta zona deverão ser estabelecidas por instrumentos específicos, como estatutos comunitários, entre outros.
46. É permitida a implantação de equipamentos facilitadores e serviços de apoio à visitação, tais como centro de visitantes, locais para pernoite, alimentação (locais estruturados para piqueniques, churrasqueiras, restaurantes, etc.), entre outros, mediante planejamento específico devidamente aprovado pelo órgão gestor, e autorização da concessionária do CCDRU ou associações comunitárias, quando for o caso.
47. A visitação de uso público na zona populacional deverá contar com a anuência das respectivas comunidades.
48. O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades previstas nesta zona.
49. A realização de competições esportivas em áreas de uso das populações deverá ter a autorização da comunidade e da administração da UC.
50. O uso de fogueiras nas atividades de visitação é permitido em locais pré-determinados.
51. É permitido o uso e manejo de recursos naturais necessárias para a manutenção da população tradicional beneficiária.
52. As diferentes atividades de uso sustentável que requeiram regulação específica (manejo florestal comunitário, manejo de fauna e exploração de recursos

- pesqueiros) deverão ser normatizadas em planos específicos, em conformidade com a legislação vigente
53. Produtos manufaturados em madeira, como: remos, móveis, canoas e outros, poderão ser comercializados pelas comunidades, mediante autorização do órgão gestor da UC, observando a legislação vigente, devendo as atividades serem monitoradas quanto ao seu impacto no ambiente
 54. É permitida a criação de animais domésticos de pequeno e médio porte na RESEX, desde que cercados, podendo ser regulamentado por instrumento específico.
 55. É proibida a criação de animais de grande porte, tais como gado bovino e bubalino, sendo que a remoção das criações já existentes deverá ser tratada em instrumento específico pertinente.
 56. A abertura de novas áreas para atividades agrícolas é permitida somente mediante autorização do órgão gestor e conforme regramento previsto em instrumento específico.
 - a. Deve ser priorizado o reaproveitamento das capoeiras para atividades agrícolas.
 57. As pesquisas realizadas nessa zona deverão ser comunicadas à população tradicional residente pelos próprios pesquisadores.
 58. Deverá ser buscado sistema de saneamento dos resíduos sólidos (orgânicos e inorgânicos) e efluentes, para evitar a contaminação dos recursos hídricos como, por exemplo, implantação de fossas ecológicas, sanitários secos, dentre outras alternativas.

11. NORMAS GERAIS

De acordo com o estabelecido no SNUC Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, as normas gerais foram definidas visando auxiliar no processo de gestão da UC. A seguir, seguem as normas gerais de acordo com cada tema. Algumas dessas normas aqui descritas vieram das discussões do Plano de Utilização da RESEX, publicado no ano 2012, através da Portaria nº 126, de 08 de novembro, e revogado por esse Plano de Manejo, porém mantendo-se o mesmo teor.

Uso e manejo dos recursos naturais:

1. É proibido o uso e manejo de recursos naturais da RESEX do Médio Purus por não beneficiários.
2. O uso dos recursos naturais em áreas da RESEX, quando necessário, deverá ser acordado entre as comunidades envolvidas, concessionária do CCDRU e o órgão gestor.
3. Nas zonas em que é permitido o manejo florestal, fica proibido o corte de espécies de interesse extrativista, frutíferas e madeira de lei, tais como a seringueira, castanheira, abacaba, cacau, buriti, copaíba, andiroba, palhas, patauá, sorveira, piquizeiro, pitombeira, bacuri, uxí, angico, açaí, jatobá, samaúma, cedro, urucuri, virola/ucuuba, muiratinga e jacarandá e outras, com exceção da paxiúba.
 - a. As espécies que se enquadrem na hipótese prevista do caput, deverão ter a identificação botânica realizada ao nível de espécies, por ocasião do planejamento do manejo florestal.
4. A extração de madeira para construção de barcos, canoas, remos, casas, cercas, trapiches, móveis e outros utensílios, poderá ser permitida aos beneficiários da Resex, observando o zoneamento deste plano de manejo e a legislação vigente, sendo que a lista de espécies será definida em planejamento específico.
 - a. Por ocasião da elaboração de planejamento específico, deve-se priorizar a identificação botânica de espécies madeireiras e não madeireiras utilizadas pelas comunidades, que subsidie o monitoramento, avaliação quanto ao risco de extinção das espécies e a tomada de decisão para a respectiva autorização de uso.
 - b. Deverá ser observada a restrição ou proibição de uso de espécies constante em legislações específicas, como a legislação que trata de itaúba (*Mezilaurus itauba* - Portaria MMA Nº 443/2014), castanheira (*Bertholetia excelsa* - Portaria MMA Nº 443/2014, Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de Outubro de 1942 e Decreto nº 5.975 de 30 de 2006), copaibeira, andirobeira (*andirobeira Carapa guianensis*, *Carapa paraense* e copaibeira *Copaífera trapezifolia* hayne, *Copaífera*

reticulata e *Copaífera multijuga* - Decreto Estadual Amazonas n.º 25.044, de 1º de Junho de 2005), seringueira (*Hevea sp* Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de Outubro de 1942 e Decreto nº 5.975 de 30 de Novembro de 2006), angelim (*Hymenolobium excelsum* - Portaria MMA Nº 443/2014), jutaí (*Hymenaea parvifolia* - Portaria MMA Nº 443/2014), pau-mulato (*Apuleia leiocarpa* - Portaria MMA Nº 443/2014), entre outras.

Animais silvestres:

5. A coleta, a apanha e a contenção de espécimes animais, incluindo sua alimentação, serão permitidas para fins estritamente científicos e didáticos, de acordo com projeto devidamente aprovado, mediante avaliação de oportunidade e conveniência, pelo órgão gestor da UC.
6. A manutenção de animais silvestres nativos em cativeiro no interior da UC será permitida, exclusivamente, para fins de implementação de programa de reintrodução na UC.
7. A reintrodução de espécies ou indivíduos, para enriquecimento populacional, da fauna ou flora nativa será permitida mediante projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão gestor da UC, conforme regulamentação vigente.
8. A soltura de espécime de fauna autóctone (espécie nativa local) será permitida quando a apreensão ocorrer logo após a sua captura no interior da Unidade e/ou entorno imediato, respeitado o mesmo tipo de ambiente.
9. Somente será permitida a caça de subsistência na UC com prévia autorização do órgão gestor, exceto na Zona de Conservação, mediante estratégia para monitoramento e definição de níveis de alerta que subsidiem avaliações periódicas, de acordo com a realidade de cada área, e que sirvam como indicadores para programa de monitoramento de caça, quando estabelecido pelo ICMBio, e exclusivamente para suprir a necessidade básica alimentar das famílias tradicionais beneficiárias devidamente cadastradas e nos demais itens previstos no Art. 37 da Lei de Crimes Ambientais, considerando também que:
 - a. a sustentabilidade das populações das espécies alvo de caça não pode ser comprometida;
 - b. fica proibido, em qualquer situação, o abate de animais definidos oficialmente como Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN), Vulnerável (VU). de filhotes, fêmeas prenhas, fêmeas com filhotes e no ninho;
 - c. fica proibida a utilização de cachorros para caça;
 - d. fica proibida a venda ou qualquer outro tipo de negociação pecuniária com carne, produtos ou subprodutos de caça de animais silvestres nativos e/ou a venda de animais silvestres nativos capturados na UC, exceto quando oriundos de manejo de fauna ou criatório autorizados pelo ICMBio;

- e. fica também proibida a doação, troca, ou outras formas de escambo com pessoas não beneficiárias da UC, envolvendo animais silvestres;
- f. a intensidade de caça e as espécies passíveis de caça são sujeitas a reavaliação regular, conforme os resultados do programa de monitoramento de caça do ICMBio;
- g. são reconhecidos como métodos para a proposição de níveis de alerta: medidas de esforço de caça, estudos populacionais diretos, estudos populacionais indiretos, entre outros, de acordo com o contexto socioambiental local.

Espécies exóticas e animais domésticos:

10. A erradicação de espécies exóticas de fauna e flora na UC, inclusive asselvajadas, deverá ser realizada mediante projeto previamente autorizado pelo órgão gestor.
11. A introdução de espécies exóticas e/ou domésticas, animais e vegetais, em UC fica proibida, exceto para casos de áreas não indenizadas e dos usos permitidos para as populações tradicionais.
12. A introdução de espécies exóticas e/ou domésticas em áreas não indenizadas ou utilizadas por populações tradicionais será admitida quando não se tratar de espécies exóticas invasoras ou com maior potencial invasor do que a cultura ou criação atual.
13. No caso de espécies vegetais exóticas, estas poderão ser utilizadas nos estágios iniciais de recuperação de áreas degradadas desde que comprovadamente necessárias e aprovadas em projeto específico.
14. Nos arranjos paisagísticos das instalações que estão na responsabilidade do órgão gestor da UC deve-se utilizar apenas espécies locais.
15. Fica proibido o ingresso e permanência na UC de pessoas de fora da UC acompanhadas de animais domésticos, bem como animais domesticados e/ou amansados, exceto nos casos de ocupantes de áreas não indenizadas, pessoas portadoras de deficiência visual acompanhada de cão-guia e casos semelhantes e animais de estimação dos moradores da RESEX.
16. O uso de animais de carga e montaria é admitido para atividades de proteção, busca ou salvamento, transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso e quando se tratar de acesso de ocupantes de áreas não indenizadas.

Recuperação de áreas degradadas e uso de agrotóxicos:

17. É proibida a manobra de aeronaves e máquinas no interior da UC ou mesmo parte delas quando envolvidas na aplicação de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas).
18. É proibida a utilização de defensivo agrícola químico (agrotóxico e biocidas) até que haja regulamentação por instrumento específico.
19. A restauração ou recuperação de áreas degradadas na UC, inclusive com o uso de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) e espécies exóticas, deverá ter projeto específico previamente aprovado pelo órgão gestor da UC.

Pesquisa científica:

20. É permitida a realização de pesquisas científicas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente, observando-se principalmente a IN-ICMBio nº 3/2017 em todos os casos; a Lei nº 13.123, de 2015 quando houver acesso a componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado; o Decreto 98.830/1990 e a Portaria MCT nº 55 de 14/03/1990, quando as pesquisas forem realizadas por estrangeiros.
21. Pesquisa, fotografias, entrevistas, filmagens ou outras atividades com fins científicos ou jornalístico nas áreas de moradia e uso da população tradicional da RESEX do Médio Purus deverá ter a autorização do órgão gestor e da concessionária do CCDRU.
22. Todo material utilizado para pesquisas e estudos dentro da UC deverá ser retirado e o local reconstituído após a finalização dos trabalhos, exceto nos casos em que houver interesse da UC na manutenção dos mesmos.

Visitação:

23. O visitante deverá assinar termo de responsabilidade e de conhecimento de riscos sobre os procedimentos e condutas durante a visita à UC, conforme a natureza da atividade e a avaliação do órgão gestor da UC.
24. Os visitantes deverão ser informados sobre as normas de segurança e condutas na UC.
25. A instalação de placas ou quaisquer formas de comunicação visual ou de publicidade e propaganda deverão manter relação direta com as atividades de gestão ou com os objetivos da UC, sem prejuízo para os casos que se aplicarem às áreas não indenizadas.
26. Até que a UC disponha de projeto de sinalização, é permitida a instalação de placas indicativas, de orientação e para a segurança dos visitantes, pesquisadores e funcionários e demais usuários da UC.

27. É permitido aparecer o crédito a parceiros das iniciativas da UC na sinalização de visitação e interpretativa, desde que atenda as orientações institucionais.
28. Com exceção da zona populacional, os resíduos sólidos gerados por ocasião das atividades desenvolvidas deverão ser retirados pelos próprios usuários e destinados a local apropriado, excetuando-se o caso de moradores isolados, que devem dar tratamento adequado conforme orientação da UC.

Competições esportivas:

29. A realização de atividades esportivas poderá ser autorizada pelo órgão gestor da UC e concessionária do CCDRU, quando se tratar de áreas de uso e moradia, desde que a atividade seja compatível com os objetivos da unidade de conservação e após a avaliação dos impactos negativos da atividade, conforme projeto técnico apresentado previamente pelo interessado.
30. São permitidas somente competições esportivas não motorizadas, tais como corridas de aventura, torneios de esporte de natureza, entre outros, com autorização prévia do órgão gestor, e concessionária do CCDRU quando se tratar de áreas de uso e moradia, respeitando o zoneamento e as condições do ambiente da UC.

Eventos (religiosos, político-partidários e outros):

31. Eventos diversos (shows, festas, exposições, feiras, etc.) poderão ocorrer quando tiverem relação com os objetivos da UC, bem como não oferecerem impactos ambientais e à experiência de visitação, sendo necessária autorização prévia da administração da UC, e concessionária do CCDRU quando se tratar de áreas de uso e moradia.
32. Eventos religiosos poderão ser permitidos desde que não causem impactos sobre a fauna e a flora e a experiência de visitação, sendo proibida a deposição de resíduos de qualquer natureza no ambiente.
33. É proibida qualquer manifestação ou vinculação de propaganda político-partidária no interior da UC, exceto em casos previstos em Lei.
34. Qualquer infraestrutura montada para atender aos eventos autorizados deverá ser retirada ao final das atividades e reconstituído o ambiente utilizado, exceto quando sua permanência for de interesse da UC.

Uso do fogo:

35. É proibido o uso de fogo na UC, exceto nas seguintes situações: a) Em atividades da UC relativas ao manejo integrado do fogo (MIF); b) Emprego da queima prescrita, em conformidade com o estabelecido neste plano de manejo ou planejamentos específicos; c) Nas atividades de visitação, conforme previsto nas

- normas do zoneamento; d) Nas atividades agrícolas realizadas pelos beneficiários da UC.
36. Deve-se tomar cuidado com as fogueiras para o fogo não se alastrar. Para as atividades agrícolas realizadas pelos beneficiários da RESEX do Médio Purus que envolvam o uso do fogo, deverão ser adotadas técnicas de queima controlada.
37. É proibido o uso de retardantes de fogo para combate a incêndios florestais até que regulamentado pelo órgão gestor.

Infraestrutura:

38. Todas as obras ou serviços de engenharia ou infraestrutura necessárias à gestão da UC devem considerar a adoção de tecnologias alternativas de baixo impacto ambiental durante a construção ou reforma, incluindo economia e aproveitamento de materiais, água, energia (aquecimento solar, ventilação cruzada, iluminação natural), disposição e tratamento de resíduos e efluentes, harmonização com a paisagem, de acordo com as diretrizes institucionais vigentes.
39. Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos e efluentes sanitários deverá contar com um tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos, excetuando-se na zona populacional que possui norma específica.
40. Quando for necessária a instalação ou melhoria de linha de distribuição de energia dentro da UC deve ser utilizada a opção que cause menor impacto ambiental e tenha maior harmonia com a paisagem, dando-se preferência à subterrânea e sempre seguindo as diretrizes institucionais vigente.
41. É proibida a venda ou a alienação, em qualquer de suas formas, de terrenos localizados nesta zona.

Temas diversos:

42. O uso de drones na UC poderá ser permitido mediante autorização do órgão gestor.
43. Toda pessoa ou instituição que produzir material técnico, científico, jornalístico ou cultural sobre a UC deverá entregar uma cópia à gestão da UC para arquivamento no seu acervo.
44. O subsolo integra os limites da UC, sendo proibida a exploração direta de recursos minerais. No caso de atividades tradicionais que tenham uso de recursos minerais deverá ser elaborada justificativa e consulta caso a caso à PFE/ICMBio.

45. É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização da administração da UC.
46. O pouso e a decolagem de aeronaves dentro dos limites da UC não dependerão de autorização do órgão gestor da UC para os casos de emergência, resgate e atividades de proteção da UC.
47. A aplicação de fumacê nas comunidades somente será permitida pelo agente designado pelo órgão competente.
 - a. Quando a atividade envolver uso de agrotóxicos ou outros tipos de pesticidas que causem impacto a fauna e flora local, a atividade deve ser precedida de autorização.
48. É proibido jogar ou manter animais mortos nos rios, igarapés e lagos;
49. Lagos e tabuleiros alvos de manejo específico devem ser sinalizados e respeitados por todos os moradores e usuários da RESEX do Médio Purus
50. A entrada e saída de moradores da RESEX deverá observar o previsto na portaria de perfil de família beneficiária da UC, e, na sua ausência, outro instrumento específico, mediante acordo entre o ICMBio e as associações comunitárias.
51. Revoga-se a Portaria nº 126, de 08 de novembro de 2012 que aprovou o Plano de Utilização da RESEX Médio Purus.

Áreas ainda não indenizadas:

52. As obras de reparo na infraestrutura das áreas não indenizadas, conforme regulamentadas em instrumentos específico (termo de compromisso (TC), termo de ajustamento de conduta (TAC) etc., serão admitidas para finalidade que envolvam a sanidade e segurança dos seus ocupantes e observem condicionantes para resguardar o mínimo impacto negativo na UC.
53. Deverão ser demolidas todas as edificações das áreas onde tenha ocorrido a regularização fundiária e retirados os restos para fora da UC, desde que não tenham significado histórico-cultural e não sejam de interesse para outras ações da gestão e do manejo.

Recursos pesqueiros

54. As regras da pesca serão normatizadas em planejamento específico, observando o disposto no presente Plano de Manejo.
55. Nos lagos e igarapés da RESEX será permitida a pesca, conforme planejamento específico, sendo apenas para os beneficiários da UC.

12. MONITORAMENTO DO PLANO DE MANEJO

O monitoramento tem por característica ser um processo sistemático, cíclico e de melhoria contínua, e deve ser feito durante todo o período de implementação do Plano de Manejo. Para isso é importante o estabelecimento de indicadores que possibilitem medir o avanço no alcance dos resultados, sistematizá-los periodicamente, utilizando essas informações para realizar a adaptação do planejamento de forma organizada, aliado à construção de espaços de aprendizagem para facilitar o processo.

Assim, o monitoramento do Plano de Manejo tem foco em dois aspectos principais:

1. Coletar e sistematizar as lições aprendidas, avaliando o que funcionou ou não em relação ao planejado, e identificando os porquês.
2. Orientar os ajustes do plano de manejo, identificando o que mudou no contexto da UC e as mudanças necessárias a serem feitas com base no aprendizado com a implementação do Plano de Manejo.

Então, dessa forma o aprender e o adaptar são duas funções básicas do processo de monitoramento.

Assim, é fundamental estabelecer um plano de monitoramento onde se possa avaliar se a implementação está ocorrendo em três níveis de indicadores, com base nas respostas das seguintes perguntas.

Tabela 10. Níveis de indicadores e perguntas-chave.

Monitorar os objetivos	<ol style="list-style-type: none">i. Estamos impactando?ii. Os resultados obtidos alcançam objetivos estabelecidos no plano de manejo?
Monitorar as estratégias e metas	<ol style="list-style-type: none">iii. Estamos implementando as melhores ações?iv. Estamos alcançando os resultados intermediários esperados com as ações executadas?
Monitorar as atividades	<ol style="list-style-type: none">v. Estamos realizando todas as ações previstas no plano de manejo?vi. Estamos implementando as ações corretamente?

A lógica de ter esses três níveis de indicadores significa poder visualizar o que está acontecendo em cada nível, e assim, não somente se o plano de manejo foi ou não exitoso, mas conseguir identificar quais são os problemas e os êxitos em cada nível, possibilitando o aprendizado e a adaptação sempre que necessário.

Estes níveis são complementares e devem ser avaliados de forma sistemática e periódica, sendo que podem ser realizadas em diferentes tempos, conforme a necessidade de resposta dos indicadores estabelecidos.

Na elaboração da matriz de monitoramento é fundamental o estabelecimento dos indicadores, que devem reunir critérios como: ser mensurável, preciso, consistente e sensível. Nesse caso, o conceito de Indicador adotado é aquele preconizado pelos Padrões Abertos para a Prática da Conservação⁷.

Tabela 11. Exemplo de Matriz de monitoramento para os alvos de biodiversidade e seus respectivos objetivos.

Alvo biodiversidade /Objetivo do alvo de biodiversidade	AEC	Indicador	Verificador	Pressupostos	Observações

Quando se faz o monitoramento do segundo nível – estratégias e resultados intermediários - é importante verificar:

1. atualidade da análise de contexto (modelo conceitual);
2. a pertinência das estratégias frente à atualidade do modelo de contexto;
3. o alcance das metas estabelecidas.

⁷**Conceito de Indicador:** Uma unidade de informação, medida ao longo do tempo, que documenta mudanças num alvo de biodiversidade, fator, ameaça, ou progresso, para atingir um resultado ou impacto. (CMP, 2013)

Tabela 12.Exemplo de Matriz de monitoramento para estratégias e resultados intermediários.

Estratégia	Resultados intermediários	Meta	Indicador	Implementado	Em implementação	Não implementado	Observação
1. Implementar o programa de pesquisa da UC	Portfolio de pesquisas prioritárias elaborado e divulgado nas instituições de pesquisa	Até 04 anos após a aprovação do PM o portfólio de pesquisas prioritárias elaborado e divulgado	Documento aprovado e divulgado no site do ICMBio				
	Instituições de pesquisa sensibilizadas e com interesse de realizar as pesquisas prioritárias da UC						
	Parcerias com Universidades e Centros de Pesquisa consolidadas	Até 05 anos após a aprovação do PM ter pelo menos dois acordos estabelecidos	Número de instituições de pesquisa utilizando a área da UC para realizar pesquisa				

Quando se faz o monitoramento do terceiro nível – ações e atividades é importante verificar:

1. a realização das ações e atividade;
2. as dificuldades para sua implementação.

Tabela 13.Exemplo de Matriz de monitoramento de ações/atividades.

Ação/Atividade	Implementado	Em implementação	Não implementado	Observação

Sugere-se a formação de um Grupo de Trabalho -GT de monitoramento do Plano de Manejo, podendo ser constituído por parceiros (principalmente de Universidades ou instituições de pesquisa) além da equipe das Coordenação Regional - CR e das Coordenações de Pesquisa e Monitoramento e da Planejamento do ICMBio.

13. BIBLIOGRAFIAS

ALVES, D. M. C. C.; BRITO, D. 2013. Priority mammals for biodiversity conservation in Brazil. **Tropical Conservation Science**. Vol 6(4): 558-583, 2013.

ANDRADE, A.P. 2016. **Entre as curvas do rio: a luta para o acesso à terra e a criação da Reserva Extrativista Médio Purus no estado do Amazonas**. Tese de Doutorado. PUC-SP. São Paulo, 2016.

APADRIT - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS DO RIO ITUXI. 2013. **Preservar para viver : a experiência da preservação de quelônios no Rio Ituxi em Lábrea (AM)** / Roberta Amaral de Andrade, organizadora. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil; Lábrea: Associação APADRIT, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DO MÉDIO PURUS - ATAMP; ALEIXO, J.(Org.).2011. **Memorial da luta pela reserva extrativista do Médio Purus em Lábrea-AM: registro da mobilização social, organização comunitária e conquista de cidadania na Amazônia**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DO MÉDIO PURUS - ATAMP. 2018. **Relatório final do manejo comunitário participativo do pirarucu (*Arapaima gigas*) na Reserva Extrativista Médio Purus**, ano 2017, Lábrea, Amazonas, 2018.

AZEVEDO-RAMOS, C.; GALATTI, U. 2001. **Relatório Técnico sobre a diversidade de anfíbios na Amazônia Brasileira**. In: Capobianco J.P.R.; Veríssimo, A.; Moreira, A.; Sawyer, D.; Santos, I. & Pinto, L.P. (org.). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

BATISTA, R. F. 2012. **Relatório de Consultoria Referente ao Contrato Nº 2012/000164 - Vaga 52 – Edital 001/2012 - PNUD BRA/08/023 - Termo de Referência nº136384 ICMBio**, Brasília.

BONDE, R. K; AGUIRRE, A. A.; POWELL, J. 2004. Manatees as sentinels of marine ecosystem health: Are they the 2000-pound Canaries? **EcoHealth** 1, 255–262. 2004.

BOTERO-ARIAS, R. ; REGATIERI, S. A. 2013. **Construindo as bases para um Sistema de Manejo Participativo dos Jacarés Amazônicos** / Robinson Botero-Arias e Sandro Augusto Regatieri. Tefé, AM: IDSM, 2013.

BRASIL. 1998. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispões sobre a Lei de Crimes Ambientais.

BRASIL. 2000. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

BRASIL. 2002. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9,985, de 18 de julho de 2000 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.

BRASIL. 2008. **Decreto presidencial S/Nº de 08 de maio de 2008**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Médio Purus, localizada nos Municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

BRASIL. 2010. **Portaria nº 112, de 4 de Novembro de 2010**. Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Médio Purus/AM.

BRASIL. 2011. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto no 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto no 5.758, de 13 de abril de 2006**. Brasília: MMA, 2011. 76 p

BRASIL. 2012. **Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Estabelece o Código Florestal.

BRASIL. 2012. **Portaria nº 126, de 08 de novembro de 2012**. Aprova o Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Médio Purus.

BRASIL. 2014. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria MMA nº 443, de 17 de Dezembro de 2014**. Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção".

CONSERVATION MEASURES PARTNERSHIP – CMP. 2013. **Padrões Abertos para a Prática da Conservação**. Versão 3.0 / abril de 2013.

CONSERVATION MEASURES PARTNERSHIP – CMP. 2015. **Padrões Abertos para a Prática da Conservação**. Versão 2.0, 2015. 44p. [Http://cmpinfo@conservationmeasures.org](http://cmpinfo@conservationmeasures.org).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2006. Diretoria de Geociências – DGC, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais–CREN, **Projeto: Sistematização das Informações sobre Recursos Naturais Temas: Geologia, Geomorfologia, Solos, Vegetação**. Versão II; Rio de Janeiro. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2012. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro, IBGE. 271 p.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, 2015a. PORTAL DO ICMBio. **Reserva Extrativista do Médio Purus realiza despesca de Pirarucu**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/4524-reserva-extrativista-do-medio-purus-realiza-primeira-despesca-de-pirarucu.html>>.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2008. **Grupo de Trabalho BR-319 (Portaria N. 295 MMA, de 22.09.2008). Subgrupo: Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319**. Resumo Executivo. Manaus-Porto Velho. 27p.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2009. **Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais**.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2011. **Relatório da 1ª Oficina de Capacitação**. Processo de Planejamento para os Planos de Manejo para as

Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319), ACADEBio, Iperó, SP Agosto/ 2011.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2012. **Portaria ICMBio No 4 de 10 de Janeiro de 2012 - Desenho do Processo de Planejamento (DPP) para elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação (UC) do Interflúvio Purus-Madeira sob influência da BR-319.**

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2013. **Relatório da Oficina de Capacitação em Padrões Abertos para a Prática da Conservação Porto Velho / RO**, junho de 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2014. **Diagnóstico Socioeconômico para Subsidiar a Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus Madeira: Relatório do Diagnóstico Socioeconômico – Dados Secundários**, Belém-PA, 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2015b. **Relatório da Oficina de Capacitação em Consolidação do Diagnóstico Porto Velho/RO**, dezembro de 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2016a. **Diagnóstico ambiental para subsidiar a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do interflúvio Purus-Madeira (BR-319). Produto 5. Relatório consolidado do diagnóstico ambiental interflúvio Purus-Madeira versão final.** Julho de 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2016b. **Diagnóstico ambiental para subsidiar a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do interflúvio Purus-Madeira (BR-319). Produto 5. Relatório consolidado do diagnóstico ambiental Reserva Extrativista Médio Purus versão final.** Junho de 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2016c. **Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental. Produto 4 - Diagnóstico socioeconômico do interflúvio Purus-Madeira – Produto 4.** Março de 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2016d. **Relatório de reuniões comunitárias para discussão do Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista Médio Purus/AM, Lábrea, AM**, Junho de 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2018a. **Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental. Produto 4 - Diagnóstico socioeconômico da Reserva Extrativista Médio Purus**, Consultor: Eduardo Antonio Audibert, Junho de 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio, 2018b. **Relatório: Reunião Ampliada Reserva Extrativista do Médio Purus, Lábrea/AM**, Agosto de 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2018c. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais**, Brasília, 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio.2018d. **Mapeamento participativo das áreas de uso da Reserva Extrativista Médio Purus**, Santarém, Pará, agosto de 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2018e. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Humaitá – AM. Volume II – Planejamento**. Belo Horizonte, março, 2018.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB. 2014. **Diagnóstico e elaboração participativa do plano de desenvolvimento da pesca no município de Lábrea-AM**- Brasília: IEB, 2014.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE-IUCN. 2015. **The IUCN Red List of Threatened Species**. Version 2014.3.<www.iucnredlist.org>. Downloaded on 29 January 2015

IRGANG, G. V. 2009. **Unidades de Paisagem Natural como Subsídios a Integração de Dados Bióticos no Planejamento de Unidades de Conservação**. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba. http://internet.boticario.com.br/Internet/staticFiles/Fundacao/pdf/N_C_4_integra_PT.pdf

IRGANG, G. V. 2012. **Relatório de Consultoria Referente ao Contrato 2012/000098 – Projetos Especiais: Estudo e mapeamento de Unidades de Paisagem Natural das Unidades de Conservação Federal do Interflúvio dos rios Purus-Madeira (área sob influência da BR-319)**. Brasília, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 239 p.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO- JBRJ. 2014. **Lista de Espécies da Flora do Brasil**. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>>. Acesso em: 12 Março, 2014.

JORDANO, P.; GALETTI, M.; PIZO, M. A.; SILVA, W. R. 2006. **Ligando frugivoria e dispersão de sementes à biologia da conservação**.p. 411 – 436. In: Duarte, C.F., Bergallo, H.G., Dos Santos, M. A.; V., A.E. (eds.). *Biologia da conservação: essências*. Editorial Rima, São Paulo, Brasil.

LIMA, M. 2010. **A pesca em duas comunidades ribeirinhas na região do médio rio Madeira, Porto Velho – RO**. 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Pesqueiras nos Trópicos). Universidade Federal do Amazonas: UFAM, Manaus.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA; INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA; SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ACRE. 2010. **Projeto Quelônios da Amazônia - Relatório de Atividades**, Rio Branco (AC), 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- MMA.2015a.**Lista de Espécies Quase Ameaçadas e Com Dados Insuficientes: Lista das espécies consideradas Quase Ameaçadas**. Brasília, DF. Acessível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/lista-de-especies-quase-ameacadas.html>. Acessado em 02/07/2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- MMA. 2015b. **Lista de Espécies Quase Ameaçadas e Com Dados Insuficientes: Lista das espécies consideradas Com Dados Insuficientes**. Brasília, DF. Acessível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/lista-de-especies-dados-insuficientes.html>. Acessado em 02/07/2015.

NICHOLS, E.; GARDNER, T. A.; PERES, C. A.; SPECTOR, S. 2009. Co-declining mammals and dung beetles: an impending ecological cascade. *Oikos* 118:481-487. 2009.

NUSEC/UFAM. 2014. **Plano de Gestão da Floresta Estadual Tapauá**. Diagnóstico. Volume I. Tapauá, jul/2014. Relatório. 344 p.

OLIVEIRA, M. L. R.; SOUSA, D. R. N.; PEREIRA, G. P.; MACEDO, A. P. 2017. **Apoio ao processo de Identificação das famílias beneficiárias e Diagnóstico sócio produtivo em Unidades de Conservação Federais. Reserva Extrativista do Médio Purus, localizada nos municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá, no Estado do Amazonas**. Universidade Federal de Viçosa, 2017.

RODRIGUES, M.T. 2005. Conservação dos répteis brasileiros: os desafios para um país megadiverso. *Megadiversidade*, 1(1): 87-94. 2005.

SILVANO, D.L.; SEGALLA M.V. 2005. Conservação de anfíbios no Brasil. *Megadiversidade*, 1(1): 79-86. 2005.

SIMBERLOFF, Daniel. 1998. Flagships, umbrellas, and keystones: is single-species management passé in the landscape era? *Biological Conservation*, v. 83, n. 3, Great Britain, 1998, pp. 247-257.

TERBORGH, J.; LAWRENCE, L.; NUÑES, P.; RAO M.; SHAHABUDDIN, G.; ORIHUELA, G.; RIVEROS, M.; ASCANIO, R.; ADLER, G.H. 2001. Ecological Meltdown in Predator-Free Forest Fragments. *Science* 294 (5548): 1923-26. 2001.

TOCHER, M., GASCON, C.; ZIMMERMAN, B.L. 1997. **Fragmentation effects on a central Amazonian frog community: a ten-year study**. In: Tropical forest remnants: ecology, management, and conservation of fragmented communities (W.F. Laurance & R.O. Bierregaard, eds.). University of Chicago Press, Chicago, p.124-137. 1997.

TOMASI, A. 2016. **Potencialidades e limites da cadeia de valor do pirarucu no sul do Amazonas**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2016.

UFAM/DNIT. 2008. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da BR - 319**. Vol. 3 Meio Biótico. Universidade Federal do Amazonas. 405 p. 2008.

VITT, L.J.; CALDWELL, J.P. 2014. **Herpetology: An introductory biology of amphibians and reptiles**, 4a Ed. Academic Press, San Diego. 734p. 2014.

VOGT, R.C.; MOREIRA, G.; DUARTE, A.C.O.C. 2001. **Biodiversidade de répteis do bioma floresta Amazônica e Ações prioritárias para sua conservação**; pp.89-96 In: Capobianco, J.P.R.. (Org.), Biodiversidade na Amazônia Brasileira, Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, São Paulo. 2001.

WWF-Brasil. 2014. **Padrões da rede WWF para gestão de programas e projetos de conservação**.

14. ANEXOS DO PLANO DE MANEJO

ANEXO 1: Diagnóstico Ambiental para Subsidiar a Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (Br-319)

ANEXO 2: Diagnóstico Socioeconômico do Interflúvio Purus-Madeira

ANEXO3: Relatório Consolidado do Diagnóstico Ambiental da Reserva Extrativista do Médio Purus – Produto 5

ANEXO4: Diagnóstico Socioeconômico da Reserva Extrativista do Médio Purus